

He. S.
350 - G.

45026

HD5708.47.P67.2637.775 1997

X-96-055646-9

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



Mestrado em Economia e Política Social

O desemprego de média e longa duração dos jovens

Um estudo de caso: Barreiro, Cascais e Torres Vedras

TESE DE MESTRADO

Fernando Manuel Pereira Tristany

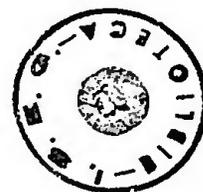
Orientação: Prof. Doutor José António Correia Pereirinha

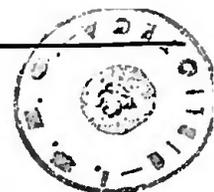
Júri:
Presidente - Prof. Doutor José António Correia Pereirinha
Vogal - Prof. Doutor Rogério Roque Amaro
Vogal - Prof. Doutor Mário Nunes Gomes Bairrada

Maio de 1997

Abreviaturas utilizadas

EUA	Estados Unidos da América
GATT	General Agreement on Trade and Tarifs
DMLD	Desemprego de Média e Longa Duração
CE	Centro de Emprego
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
PIB	Produto Interno Bruto
RFA	República Federal da Alemanha





Resumo

O desemprego de longa duração verificado na Europa nos últimos anos é um fenómeno que se tem mantido persistente apesar dos esforços dos vários sectores, pondo em causa a própria coesão europeia.

Quando o desemprego atinge os jovens, defraudando expectativas de encontro de um lugar remunerado na população activa, este fenómeno reveste-se de uma gravidade acrescida, pois além de afectar de imediato a sua inserção na sociedade vai produzir a longo prazo efeitos especialmente nefastos tanto para o jovem desempregado como para a sociedade em geral.

Após uma revisitação dos conceitos tradicionais e das recentes contribuições para a explicação do *Desemprego Média e Longa Duração* dos jovens, é feito o estudo e avaliação deste fenómeno nos Concelhos de Torres Vedras, Barreiro e Cascais, com a intenção de averiguação das variáveis que o determinam. Os resultados obtidos apontam para o Centro de Emprego e para o nível de habilitações como as principais determinantes da colocação.

Palavras-chave: desemprego; jovens; longa duração; matching function; Torres Vedras; Barreiro; Cascais.

Abstract

The long duration unemployment phenomenon verified in Europe in recent years has kept persistent despite efforts from various sectors, threatening european coesion.

When unemployment affects youngs defrauds prospects of a career, with imediate impact on social integration and negative long-term effects on both the unemployed and the society in general.

After a brief characterization of traditional concepts and recent contributions to the explanation of Youth Medium and Long Term Unemployment, a study is carried out concerning the regions of Torres Vedras, Barreiro and Cascais. Results point to the Employment Center and educational level as main variables in the explanation of success in getting a job.

Keywords: unemployment; youth; long-term; matching function; Torres Vedras; Barreiro; Cascais.

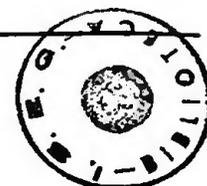
Índice

Lista de Quadros.....	7
Lista de Figuras.....	8
Agradecimentos.....	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. DESEMPREGO: CONCEITOS E PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM DO FENÓMENO.....	15
2.1. As transformações recentes do mercado de trabalho e o desemprego de longa duração	15
2.2. O custo do desemprego.....	21
2.3. A posição das várias doutrinas na explicação do fenómeno do desemprego	25
2.4. Desemprego e mercado de trabalho.....	33
2.4.1. Desemprego por salários reais (clássico)	36
2.4.2. Desemprego por procura deficiente (cíclica).....	38
2.4.3. Crescimento na oferta de trabalho.....	40
2.4.4. Desemprego de equilíbrio (natural).....	41
2.5. A variável tempo no contexto do desemprego.....	42
2.5.1 Desemprego friccional.....	48
2.5.2 O desemprego estrutural.....	51
2.5.3. O desemprego sazonal	54
3. OS FLUXOS DO MERCADO DE EMPREGO NO CONTEXTO DE “MATCHING FUNCTION”	56
3.1. Seguro de desemprego e programas para o mercado de trabalho	61
3.2. Fluxos brutos de trabalhadores e de postos de trabalho	63
3.3. Fluxos de desemprego: donde e para onde	65
3.4. Outros fluxos.....	67
3.5. Desafios à teoria económica e à explicação do “puzzle” dos fluxos de trabalho	68
4. O DESEMPREGO EM PORTUGAL.....	79
4.1. O desemprego a nível nacional.....	79
4.2. O desemprego a nível regional	83
4.3. Desemprego jovem	84
4.3.1. A posição do poder político face ao desemprego de longa duração nos jovens	85
5. O DESEMPREGO JOVEM NOS CONCELHOS DO BARREIRO, CASCAIS E TORRES VEDRAS	87
5.1. Fontes de informação e métodos de análise	88
5.2. Análise dos fluxos entre 1988 e 1995.....	90
5.2.1. Análise global	91
5.2.2. Barreiro	103
5.2.3. Cascais	107
5.2.4. Torres Vedras.....	111

5.3. Análise dos fluxos entre Fevereiro 95 e Janeiro 96.....	116
5.3.1. Caracterização da população abrangida pela investigação.....	116
5.3.1.1. Sucesso na colocação.....	116
5.3.1.2. Centros de Emprego.....	117
5.3.1.3. Habilitações	117
5.3.1.4. Residência	118
5.3.1.5. Sexo	118
5.3.2. Variáveis explicativas da colocação	119
5.3.2.1. Centro de emprego	119
5.3.2.2. Habilitações	120
5.3.2.3. Residência	121
5.3.2.4. Sexo	121
5.3.2.5. Análise de Variância	122
5.3.2.5. Análise de componentes principais.....	123
6. CONCLUSÕES.....	125
BIBLIOGRAFIA.....	131

Lista de Quadros

Quadro 1 - Stress associado ao desemprego e outros acontecimentos.	22
Quadro 2 - Tipos de equilíbrios a preços fixos.....	27
Quadro 3 - Fluxos e stocks de desemprego em 1987, em alguns países europeus.....	58
Quadro 4 - Condições de acesso ao desemprego e subsídios, em diversos países do mundo.....	60
Quadro 5 - Despesas do Programa Escandinavo para o Mercado do Trabalho (% do PIB).	63
Quadro 6 - Fluxos brutos do mercado de trabalho em 1987, em alguns países do mundo.....	64
Quadro 7 - Estrutura regional das empresas e do emprego por regiões.....	80
Quadro 8 - Evolução do desemprego em Portugal e outros países.	82
Quadro 9 - Posição dos principais partidos políticos portugueses face ao desemprego de longa duração dos jovens.	87
Quadro 10 - Posição dos centros de emprego quanto aos tipos de inscrição no desemprego.	89
Quadro 11 - Caracterização da amostra quanto ao sucesso na colocação.	117
Quadro 12 - Caracterização da amostra quanto à distribuição pelos Centros de Emprego.	117
Quadro 13 - Caracterização da amostra quanto ao nível de habilitações.	118
Quadro 14 - Caracterização da amostra quanto à área de residência.	118
Quadro 15 - Caracterização da amostra quanto ao sexo dos inscritos.	119
Quadro 16 - Sucesso na colocação por Centro de Emprego.....	119
Quadro 17 - Sucesso na colocação por nível de habilitações.	120
Quadro 18 - Sucesso na colocação por localização da residência.....	121
Quadro 19 - Sucesso na colocação por sexo dos inscritos.	122
Quadro 20 - Análise de variância.	122
Quadro 20 - Contraste entre Centros de Emprego (Duncan 95%).....	122
Quadro 21 - Contraste entre níveis de habilitações (Duncan 80%).....	123
Quadro 22 - Componentes das variáveis nas dimensões principais determinadas.	124



Lista de Figuras

Figura 1 - Curva do moral.....	22
Figura 2 - Mercado de trabalho em equilíbrio e desequilíbrio no desemprego.....	34
Figura 3 - desemprego por equilíbrio e por desequilíbrio.	34
Figura 4 - Desemprego por salários reais.....	37
Figura 5 - Desemprego por procura deficiente.	39
Figura 6 - Duração média do desemprego.	49
Figura 7 - Quatro efeitos das novas tecnologias sobre o emprego.....	52
Figura 8 - Fluxos explicativos da formação do desemprego.....	56
Figura 9 - Estados para trabalhadores e empresas no modelo Burda e Wyplosz.	72
Figura 10 - Taxa de Desemprego nos Países da UE.	81
Figura 11 - Taxa regional de desemprego por NUTS 2.....	83
Figura 12 - Desemprego jovem por NUTS 2	84
Figura 13 - Taxa regional de desemprego jovem por NUTS 2.	85
Figura 14 - Existências de inscritos totais - evolução da importância relativa de cada Centro de emprego.....	92
Figura 15 - Existências “primeiro emprego” - evolução da importância relativa de cada Centro de Emprego.....	93
Figura 16 - Dinâmica de mercado de trabalho - evolução dos factores para o total de inscritos.....	93
Figura 17 - Dinâmica de mercado de trabalho - evolução dos factores para o primeiro emprego.	94
Figura 18 - Fluxos e existências para o conjunto dos Centros de Emprego.....	94
Figura 19 - Evolução dos acréscimos nos inscritos.	96
Figura 20 - Evolução dos acréscimos nos anulados.	97
Figura 21 - Evolução das relações entre acréscimos dos fluxos.	99
Figura 22 - Evolução das coberturas das existências.	101
Figura 23 - Evolução das relações entre fluxos e existências.....	102
Figura 24 - Fluxos e existências no Centro de Emprego do Barreiro.....	103
Figura 25 - Evolução dos acréscimos nos inscritos no Centro de Emprego do Barreiro.....	104
Figura 26 - Evolução nos acréscimos nos anulados no Centro de Emprego do Barreiro.....	105
Figura 27 - Evolução dos acréscimos entre fluxos no Centro de Emprego do Barreiro.....	105
Figura 28 - Evolução das coberturas das existências em anos no Centro de Emprego do Barreiro.	106
Figura 29 - Evolução das relações entre fluxos e existências no Centro de Emprego do Barreiro.	107
Figura 30 - Fluxos e existências no Centro de Emprego de Cascais.	108
Figura 31 - Evolução dos acréscimos nos inscritos no Centro de Emprego de	

Cascais.	108
Figura 32 - Evolução dos acréscimos nos anulados no Centro de Emprego de Cascais.	109
Figura 33 - Evolução dos acréscimos entre fluxos de entrada e de saída no Centro de Emprego de Cascais.	109
Figura 34 - Evolução das coberturas das existências no Centro de Emprego de Cascais.	110
Figura 35 - Evolução das relações entre fluxos e existências no Centro de Emprego de Cascais.	111
Figura 36 - Fluxos e existências no Centro de Emprego de Torres Vedras.....	112
Figura 37 - Evolução dos acréscimos nos inscritos no Centro de Emprego de Torres Vedras.	112
Figura 38 - Evolução nos acréscimos nos anulados no Centro de Emprego de Torres Vedras.	113
Figura 39 - Evolução dos acréscimos entre fluxos de entrada e de saída no Centro de Emprego de Torres Vedras.....	114
Figura 40 - Evolução das coberturas das existências no Centro de Emprego de Torres Vedras.	115
Figura 41 - Evolução das relações entre fluxos e existências no Centro de Emprego de Torres Vedras.....	115
Figura 42 - Coordenadas das variáveis no modelo da análise de componentes principais.....	124
Figura 43 - Peso das variáveis estudadas nas dimensões principais determinadas.....	124

Agradecimentos

Ao meu orientador e coordenador do Mestrado, Prof. Doutor José Pereirinha, pela disponibilidade com que acompanhou este trabalho.

Ao director da Divisão de Estudos e Pessoal do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Dr. Carvalho Abrantes; ao Dr. José Lucas, director do Centro de Emprego do Barreiro, ao Sr. José Bragança, do CE de Cascais, ao Dr. Alexandre Oliveira, do CE de Torres Vedras, e restante pessoal destes centros.

Ao Miguel, pelo seu contributo na elaboração do trabalho.

À minha esposa, pelo seu apoio incansável durante todo o tempo em que foi feito este trabalho.

1. Introdução

O objectivo nuclear desta dissertação é contribuir para uma investigação sobre os factores que influenciam a existência de desemprego de média e longa duração (DMLD) entre os jovens. Tendo desenvolvido expectativas durante a primeira fase da sua vida podem vir a confrontar-se com a ausência de oportunidades de trabalho, defraudando assim essas mesmas expectativas e podendo vir a produzir a curto e a longo prazo vários tipos de externalidades decorrentes da sua não inserção na sociedade. Para além desta razão, que por si só poderia justificar o motivo da escolha deste tema, existe ainda a grave verificação de que o desemprego entre os jovens não pode em geral ser classificado como desemprego tecnológico, razão muitas vezes apontada como uma das principais causas do desemprego actual.

Na abordagem teórica que serve de suporte a este trabalho foi seleccionada a literatura disponível mais recente sobre os conceitos de base para averiguar da existência de fundamento, à luz da doutrina convencional, para a explicação do fenómeno do desemprego tal como ele é caracterizado actualmente. Verificou-se que o mercado de trabalho assume uma características únicas, pelo que a doutrina convencional evidencia certas limitações na explicação deste fenómeno.

Esta constatação é assumida pelos autores referenciados, uma vez que não é só o equilíbrio entre os mercados de bens e o de trabalho que explica este fenómeno mas também outras variáveis. Com o objectivo de conhecer melhor a importância destas variáveis, o desemprego foi abordado através de duas vertentes: uma de natureza mais estática e outra mais dinâmica. No primeiro grupo são expostas as diversas formas de equilíbrio e de desequilíbrio do desemprego; no segundo grupo foi considerada a alternativa de investigar a importância da variável “tempo” no contexto do desemprego.

Quanto à variável “tempo”, verificou-se existir uma certa diferenciação entre a do desemprego dos jovens e dos desempregados em geral, que poderia contribuir para melhor se conhecer o fenómeno em estudo. Como entre os vários estados (emprego, desemprego e fora da população activa) existem certas regras, foram investigados os tipos de fluxos relevantes, sua explicação, contribuição para a produção de stocks, rotação, ocorrência de equilíbrio/desequilíbrio e tentou-se determinar a influência de indicadores macro na evolução do fenómeno do desemprego.

Optou-se por investigar o fenómeno através dos dados disponíveis no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), com especial ênfase nos centros de emprego (CE) de Barreiro, Cascais e Torres Vedras. Estes CE foram seleccionados em função de determinados parâmetros, relacionados não apenas pela sua importância neste fenómeno como também de natureza logística.

Nos dados recolhidos nestes CE, distinguem-se numa primeira fase a análise dos fluxos e existências entre 1988-95, tanto para o total como para os inscritos como “primeiro emprego”, tendo os resultados desta investigação ultrapassado as expectativas iniciais quanto à forma flagrante que distinguem claramente estas duas populações.

Numa segunda fase, através de uma base de dados criada para o efeito, investigou-se significado das diversas variáveis disponíveis na explicação do sucesso na colocação e respeitantes aos inscritos como primeiro emprego que estiveram a competir na angariação de colocação entre Fevereiro de 1995 e Fevereiro de 1996.

As fontes de estatísticas utilizadas foram principalmente o IEFP e o INE, entre outras. As dificuldades encontradas foram devidas em grande parte ao facto de os dados disponíveis serem vincadamente quantitativos. A opção tomada foi explorar os dados de natureza quantitativa, deixando em aberto para investigação futura questões como o comportamento dos jovens no desemprego de média e longa duração, o seu estilo de vida e o seu perfil sócio-económico. Por essa razão apresentamos em anexo

uma proposta de questionário que poderia vir a contribuir para obter melhor informação de âmbito qualitativo.

Foram consultados os partidos políticos com assento na Assembleia da República, bem como as duas Centrais Sindicais, a fim de determinar o seu grau de sensibilidade, bem como quais as soluções que poderiam recomendar para a sua solução. Apenas dois partidos responderam, o que tornou a abordagem por esta via incompleta mas reafirmou a nossa convicção de que o poder político deve ter uma posição na explicação e solução do problema.

Após esta introdução, destacam-se, na estrutura da dissertação:

- no Capítulo 2, a abordagem teórica sobre os significados e os diversos conceitos do desemprego em geral, para depois, sem ter tido respostas sobre a natureza do desemprego (em especial de longa duração), serem abordadas as análises teórica e empírica da Teoria de “Job Search”. Destaca-se a variável “tempo” como um dos elementos fundamentais da explicação da natureza heterogénea do mercado de trabalho;
- no Capítulo 3, e em complemento à Teoria de “Job Search”, analisam-se os fluxos no mercado de trabalho na Europa, que embora não respondam directamente à explicação do desemprego dos jovens, parece evidenciar uma forma de abordagem que se reveste de grande interesse pela dinâmica que o seu modelo oferece;
- no Capítulo 4 introduz-se o caso em estudo pela apresentação do desemprego em Portugal;
- no Capítulo 5, através da investigação junto aos CE do Barreiro, Cascais e Torres Vedras, apresenta-se uma análise comparativa dos fluxos totais com os fluxos dos inscritos como primeiro emprego e a determinação das variáveis explicativas da distinção entre duas populações de inscritos como primeiro emprego: uma que conseguiu colocação e outra não o

tendo conseguido ao final de 12 meses de inscrição passou à situação de DMLD;

- no Capítulo 6 tenta-se uma resposta às questões inicialmente levantadas, fazendo um resumo dos pontos mais significativos e deixando algumas pistas para a solução do objectivo desta dissertação: encontrar explicação para o fenómeno do desemprego de longa duração dos jovens.

2. Desemprego: conceitos e perspectivas de abordagem do fenómeno

Neste capítulo pretende-se abordar o mercado de trabalho tal como se apresenta, pelo que se inicia a investigação a partir da doutrina convencional para em seguida evoluir para outro tipo de abordagem que melhor explique a formação do desemprego. A doutrina convencional, desenvolvida num contexto em que havia mais homogeneidade no mercado de trabalho, tem vindo a revelar-se insuficiente face às alterações deste mercado em que não existem nem dois lugares nem dois empregados iguais. Com a alteração do paradigma da empresa, o mercado de trabalho teve que reformular-se, o que vai de certo modo ao encontro do carácter heterogéneo dos indivíduos.

2.1. As transformações recentes do mercado de trabalho e o desemprego de longa duração

A análise das transformações mais recentes do mercado de trabalho pode socorrer-se de duas ópticas: uma de natureza mais global e outra mais restrita. Numa abordagem mais “macro” evidencia-se, face à recessão da economia a nível mundial nomeadamente na Europa a partir de 1973, que com o choque petrolífero o número de postos de trabalho não aumentou, enquanto que se verificaram acréscimos contínuos da população. Além disso, as empresas tendem a ajustar os seus custos às exigências da competitividade através de medidas fáceis de implantar e com resultados imediatos: extinção de postos de trabalho, quer através de reestruturações quer por substituição por tecnologias cada vez mais independentes de mão-de-obra. Estas medidas ocorrem como forma de sobrevivência empresarial, mesmo que daí resulte o desemprego permanente e a exclusão de indivíduos profissionalmente activos do mercado de emprego, com as consequências a nível da sua inserção na vida social.

Num passado recente, até ao final da 2ª Grande Guerra, as sociedades ocidentais possibilitavam a integração quase plena da população activa (podia-se considerar estarmos em pleno emprego). A mesma situação já não se verifica actualmente, absorvendo as empresas apenas a mão-de-obra qualitativamente apta às novas tarefas para se manterem competitivas num mercado cada vez mais concorrencial. As empresas compram e vendem utilidade dos meios que utilizam, e numa época de profunda transformação a experiência dos indivíduos, as suas habilitações académicas e a idade só valem aquilo que as empresas estão dispostas a pagar por elas. A competência profissional é antes que tudo o garante do posto de trabalho na empresa.

Numa óptica mais “micro” assiste-se à mudança do paradigma da empresa. As empresas alteraram as suas relações de trabalho (Boyer, 1987), estando interessada apenas em garantir a empregabilidade dos seus assalariados e aumentar a sua mobilidade interna e externa. Para a empresa, esta empregabilidade tem como significado conceder aos seus funcionários as aptidões para obterem melhores empregos, dentro e fora das próprias organizações, de modo a manterem-se “competitivos” no sistema de emprego vigente, (Fluck, 1994). Esta tese contraria assim a tese anteriormente existente, em que à empresa interessava obter os melhores empregados e mantê-los o maior tempo possível. Aos empregados compete-lhes estarem aptos a responder às novas exigências do seu posto de trabalho, ou melhor, da sua empresa, e melhorarem constantemente as suas qualificações de modo a não se auto-excluírem do mercado de trabalho, minimizando os seus custos de substituição e contribuindo crescentemente para o resultado.

Assiste-se assim a uma alteração qualitativa do âmbito do mercado de trabalho. É, deste modo, a valorização das competências que está em causa - o valor que o mercado de trabalho lhes atribui. É o emprego que, nas sociedades ocidentais, reflecte o grau de inserção social dos indivíduos. Se, anteriormente, era a empresa que garantia

o emprego, agora é o próprio mercado que vai regular esta função. Com a alteração do paradigma da empresa, o comportamento dos indivíduos passa a ser determinante no sucesso profissional. Assim, os indivíduos em idade activa passam a estar obrigados a avaliar todas as oportunidades que o mercado lhes oferece para se manterem competitivos no mercado de trabalho e, para isso, além de estarem bem informados (sendo portanto decisiva a função da informação para poderem avaliar as oportunidades de mercado) necessitam de ajustar as suas competências à exigências do mercado de trabalho. Autores como Burda e Wyoplisz (1994) chamam a isto o processo de conjugação¹.

O contributo profissional do indivíduo deixa assim de ser estático para se tornar dinâmico, com uma postura permanente de intervenção, com diferentes experiências profissionais de trabalho incluindo a possibilidade de iniciar trabalho por conta própria. É a diversificação das experiências profissionais que parece contrariar a tese da especialização anteriormente verificada. Com estas alterações (do paradigma da empresa, do circuito de informação) é possível aumentar a eficiência do mercado, uma vez que oferta pode ajustar-se mais rapidamente às solicitações da procura produzindo um desemprego friccional mais curto.

Neste aspecto os activos jovens à procura dos primeiros empregos ficam numa situação duplamente desfavorável, pois se anteriormente não possuíam especialização agora também não detêm qualquer experiência profissional diversificada e vêm-se confrontados com uma concorrência de outras faixas etárias oriundas de empresas que praticam uma política de recursos humanos que permite garantir a empregabilidade dos seus colaboradores. O filtro do recrutamento que vai permitir seleccionar candidatos aptos para a realização de várias tarefas pode assim excluir os jovens activos à procura do primeiro emprego por não possuírem qualquer experiência profissional e estarem

¹ Denominado como "matching function" que abordaremos com mais detalhe

quase completamente dependentes da formação.

Dentro da empresa começa a ser encorajada a mobilidade interna de postos de trabalho, deixando a gestão das carreiras a cargo dos próprios indivíduos e confiar-lhes a atribuição de objectivos temporários e distintos da sua função de base. Ao adoptar esta política a empresa permite que os seus colaboradores possam reintegrar-se no mercado de trabalho. Com o exercício desta política de empregabilidade a empresa evita que os seus colaboradores deixem de ser atractivos para o mercado de trabalho e afasta o “fantasma” do desemprego de longa duração (Granier, 1994), mas pode contribuir para aumentar a pressão dos empregados, outrora afastados do segmento da procura de trabalho, sobre o mercado de emprego.

Como uma das origens recentes da expansão do desemprego colocam a questão do carácter obsoleto do Fordismo. No início dos anos 80, enquanto que os EUA e o Japão viviam um clima de expansão, a recessão que se fazia sentir no Europa era encarada como um “mal localizado”. Este alerta, vindo da Europa, era afinal o início de uma nova revolução. No final dessa década, essas duas potências começavam a evidenciar sinais de enfraquecimento e de dificuldades de enfrentar essa nova ordem económica.

Enfrentam-se simultaneamente vários desafios: reduzir os níveis elevados de desemprego na Europa (cerca de 18 milhões de desempregados, ou seja cerca de 20% da população activa), reduzir o défice orçamental dos EUA e nos países europeus e solucionar o problema da dívida do Terceiro Mundo. Diversos economistas e analistas consideraram que não seria possível fomentar uma recuperação a longo prazo que permitisse a solução destes macro-problemas. É o caso de Boyer (1987), um dos teóricos que aborda o fundo do problema através da Teoria da Regulação.

Assiste-se cada vez mais a um divórcio entre o fordismo e a necessidade de se aumentar a flexibilização. Em relação às sociedades ditas desenvolvidas (que podemos dizer seguem as regras fordistas) pode afirmar-se com bastante certeza que se nada

for feito, nada mais resta do que assistir a um engrossar constante dos números do desemprego.



No entender de Boyer, o método fordista tornou-se obsoleto devido ao custo do “gigantismo” das organizações, ao declínio dos resultados do ratio produto/capital e à diminuição da produtividade. Em simultâneo, e a jusante do sistema, assiste-se a uma alteração do comportamento dos consumidores, tendo o entusiasmo pelo consumo maciço de bens como viaturas, electrodomésticos e casas novas entrado em declínio. Inicia-se a passagem da massificação à personificação, e as economias avançadas, conceptualmente assentes no fordismo (e na minimização dos custos evidenciada nas curvas de experiência), entraram em crescimento lento, produzindo elevadas taxas de desemprego.

Assim, os antigos métodos fordistas, muito pouco flexíveis, não conseguiram resistir aos vários ritmos, com sucessivos abrandamentos, alternados com acelerações do crescimento económico. O fordismo estava preparado para responder a solicitações quantitativas. Tinha assim dificuldade em responder a alterações qualitativas do mercado.

Às deficiências do sistema técnico acima descritas, Boyer (1987) acrescenta ainda a existência de “desordem internacional”. Esta resulta da falta de coordenação internacional das políticas económicas dos diferentes países, tendo por um lado o conflito existente entre os modos de regulação aos níveis nacionais e, por outro lado, de um regime de acumulação emergente que se verifica ao nível mundial. Na Europa os governos dos vários países vêm limitados os seus poderes de intervenção a partir de Maastricht, devendo subordinar as políticas nacionais aos interesses comunitários, nomeadamente para cumprir com os objectivos de convergência. Mas a própria Europa, como mercado único que pretende ser também evidencia grandes dificuldades de conciliar os interesses comunitários com a concorrência de países como os do Sudoeste Asiático, do Japão, dos EUA e de países sul americanos, daí advindo a

dificuldade em encontrar consensos nas negociações do GATT e outros.

Ao assumir o declínio da Revolução Industrial, que perdurou nestes últimos dois séculos, Boyer (1987) indica que esta situação leva muitos especialistas (vários autores citados) a acreditar que vai despontar uma nova expansão no final deste século, com a Revolução da Informação. Para isso, é necessário que se verifique um novo conjunto de inovações que conduza a um processo equilibrado entre o investimento, produtividade e procura.

Não são porém apenas os motivos de ordem técnica que explicam o fenómeno. Boyer alerta que ainda são mais importantes os motivos de ordem social. Com o objectivo de exercer um maior controlo, patrões e gerentes terão investido demasiado na divisão do trabalho, produzindo maior insatisfação nos trabalhadores e desprezando o envolvimento e as competências individuais na qualidade e na produtividade. Com o declínio do fordismo veio a evidenciar-se que a saída para a crise passa por um novo tipo de relações de trabalho, de uma nova gestão empresarial mais aberta à participação dos trabalhadores, e de uma nova organização social.

Aquilo que Marx quis implantar como modelo, mesmo através do recurso à violência, como uma maior intervenção dos trabalhadores nas empresas, acaba por ser parcialmente adoptado, devido a ter-se esgotado o modelo fordista. Foi preciso quase um século para provar a falência da Segunda Vaga, tal como Toffler (1979), defendeu em "Choque do Futuro". E foi através do desemprego que se evidenciou toda uma realidade que estava oculta pela existência do pleno emprego. Esta alteração (ao planeamento, segundo os métodos fordistas) não parece ser pacificamente aceite, pois mesmo ao nível governamental (URSS, com os planos quinquenais; França, Le Plan; Departamentos de Planeamento), seja ao nível empresarial, Galbraith (1967), (cit. in Toffler, 1979), demonstrou o mesmo para o contexto das economias capitalistas, em que as grandes empresas continuam a esforçar-se por aumentar a racionalização da produção e da distribuição para planear o seu futuro da melhor forma possível.

2.2. O custo do desemprego

Segundo Sloman (1991), o maior custo do desemprego é sem dúvida para os desempregados. Começando pelo factor financeiro decorrente da perda do rendimento, medido como a diferença entre a previsão de salário e o eventual benefício de estar desempregado, sendo este o custo material de estar desempregado. Mas não é apenas no plano material que os desempregados são atingidos, pois acabam por ser psicologicamente afectados à medida que cai a sua auto-estima, sucumbindo mais facilmente a doenças relacionadas com o "stress".

O factor tempo revela-se para o desempregado de uma forma especial para a evolução das suas reacções ao seu estado de desempregado. Um dos aspectos mais relevantes do desemprego é a persistência de certas populações durante um largo período de tempo (superior a um ano) nesta situação, dando-se a este fenómeno o nome de *desemprego de média e longa duração*. Em certos países, como por exemplo os EUA, certos autores (Samuelson, 1994) questionam quanto à integração do DMLD na população activa, pois o afastamento do mercado de trabalho pode produzir no desempregado desmotivação em relação ao emprego o que o pode levar a afastar-se definitivamente do mercado deste mercado. Sloman (1991) refere ainda existirem os custos para a família e amigos do desempregado. As relações pessoais podem vir a degradar-se, e assim, pode aumentar a violência doméstica com o aumento de famílias destruídas.

Num estudo efectuado nos EUA por Holmes (1967), o desemprego é referido em terceiro lugar na lista das causas do *stress* a que os indivíduos estão sujeitos, imediatamente a seguir aos acontecimentos "morte do cônjuge" e "prisão". No Quadro 1, encontra-se uma lista das principais causas do *stress* e uma estimativa do nível de *stress* produzido sobre o indivíduo, e seria útil investigar se existem associações entre estes acontecimentos, isto é, se existe por exemplo relação entre despedimento e morte de cônjuge ou entre despedimento e alterações significativas das condições de

trabalho.

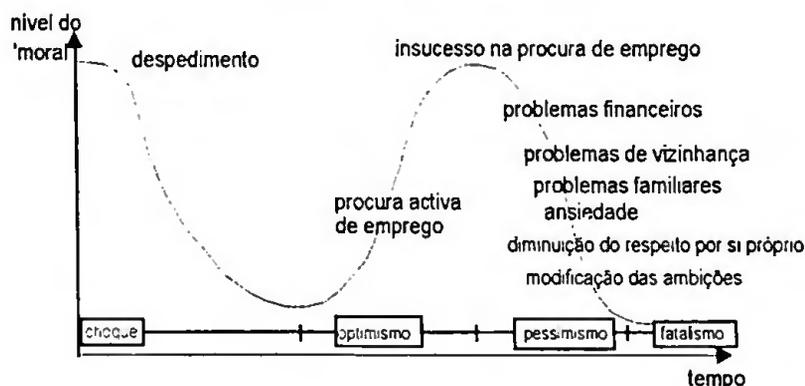
Quadro 1 - Stress associado ao desemprego e outros acontecimentos.

Acontecimento	Nível de stress associado
Morte do cônjuge	100
Prisão	66
Despedimento do emprego	49
Morte de amigo	47
Dispensa do emprego	40
Perda de ano escolar	37
Saída dos filhos de casa	29
Alterações significativas das condições de trabalho	20

Fonte: Holmes (1967).

A partir do momento do despedimento o indivíduo assume várias formas de comportamento. Rabier (1990) resume as várias etapas percorridas pelo desempregado, a que chama "curva do moral", apresentada na Figura 1.

Figura 1 - Curva do moral



Fonte: Rabier (1990).

Verifica-se assim que, após um período de "choque" devido à perda de emprego, o desempregado mobiliza-se para obter uma nova colocação; não o conseguindo, assume um comportamento que é nocivo para o próprio e para o meio envolvente. O desempregado necessita de um certo optimismo para se manter interessado em procurar emprego: estando numa situação de curva decrescente vai agravar a dificuldade em manter-se motivado para exercer pressão sobre o mercado de trabalho, daí acentuando a sua propensão para manter-se indefinidamente no

desemprego. Em Portugal, esta forma de desemprego assume uma certa importância, se pensarmos que corresponde à situação de metade dos indivíduos desempregados, apresentando nos últimos anos tendência para se agravar.

Paugam (1994) indica que as novas formas de pobreza na Europa Ocidental estão ligadas a diversos tipos de evolução estrutural, de entre os quais a maior causa é degradação do mercado de emprego. O acréscimo do DMLD que atinge esta parte da Europa afecta nomeadamente os jovens sem experiência profissional, as mulheres e os trabalhadores mais idosos que perderam seu emprego devido ao fecho ou a uma reestruturação da sua empresa.

Ao mesmo tempo, a proliferação de empregos precários e as dificuldades de inserção profissional de populações menos qualificadas explicam as dificuldades económicas de numerosos lares. Paugam (1994) quando analisa a relação entre a precariedade profissional e outros aspectos da vida pessoal dos indivíduos constata que existe, para a totalidade dos países estudados (França, Reino Unido, Holanda, Dinamarca, Itália e Espanha), uma forte correlação entre esta precariedade e o “isolamento”, o “divórcio” e a “fraca participação na vida social” bem como outros aspectos de natureza material tais como o “fraco rendimento familiar”, o “fraco conforto do lar” e o “fraco equipamento do lar”. Foi também constatado por Paugam (1994) que esta precariedade origina também outras deficiências tais como a “dependência das transferências sociais” e um “mau estado de saúde”. Este autor refere existir, pelo menos em dois países² (França e Reino Unido), uma forte correlação entre a precariedade profissional e os problemas durante a juventude. Este resultado reforça a hipótese da transmissão deste problema de geração em geração.

No entanto, a correlação observada entre dois indicadores não implica a

² O indicador sobre problemas da juventude apenas foi possível para três países: França, REINO UNIDO e Dinamarca.

existência de um determinismo absoluto. O autor refere que, por exemplo no Reino Unido, 67% dos desempregados há mais de dois anos não conheceram quaisquer dificuldades durante a sua juventude. Em França, 44% das pessoas na mesma situação em relação ao desemprego não conheceram problemas de dinheiro, nem familiares durante a juventude. E conclui Paugam (1994), *“mesmo que a precariedade profissional, em especial, o DMLD atinge mais fortemente as pessoas saídas de meios familiares em dificuldades, é conveniente não fazer dos problemas na juventude - e assim, por extensão, da herança familiar -, a causa mais importante da pobreza dos dias de hoje”*.

Há ainda os custos indirectos para a economia decorrente da perda do “output” do desempregado. Segundo ainda Sloman na obra citada assinala-se, que no desemprego, o “output” é inferior ao “input” potencial, querendo dizer que no desempregado o custo de o manter nesta situação é superior ao que ele produz. Além da diferença de rendimento para o próprio desempregado, a subutilização de recursos implica também baixar os rendimentos para os outros indivíduos:

- perdas de impostos, desde os impostos sobre rendimentos e segurança social, e, dado que o desempregado gasta menos, paga menos IVA e direitos de importação. O governo também incorre em custos administrativos associados ao funcionamento dos serviços de processamento de subsídios. Além disso, o governo incorre em custos extra com cuidados de saúde, serviços sociais e com segurança;
- as empresas perdem lucros que poderiam produzir se houvesse pleno emprego;
- outros trabalhadores perdem rendimentos adicionais que teriam através de um maior “output” nacional.

Finalmente parece estar provado que altas taxas de desemprego implicam aumento no crime e vandalismo (Sloman, 1991), com custos evidentes para as vítimas

que se reflectem no agravamento das condições sociais.

Os custos do desemprego são também por vezes parcialmente compensados por benefícios: é o caso dos trabalhadores que saem voluntariamente dos seus empregos para encontrar um melhor lugar, podendo vir a ser compensados no futuro emprego pelas perdas de rendimento. Em países com elevadas taxa de cobertura do risco de desemprego pode levar muitos desempregados a persistir nesta situação, pois os custos podem ser inferiores ou iguais aos benefícios de estar no desemprego.

Sob o ponto de vista nacional, a força de trabalho que está preparada para deixar os empregos e estar um curto lapso de tempo no desemprego é mais adaptada e móvel, o que é uma resposta a circunstâncias de mudança económicas. Tal força de trabalho levará a uma maior eficiência e a um maior crescimento económico (embora mais no curto prazo do que no longo prazo).

Desemprego involuntário a longo prazo é considerado como um tema diferente: os custos pesam claramente mais que os benefícios, tanto para o indivíduo em questão como para a economia global. Uma camada de desempregados a longo prazo, desmotivados, desqualificados é um problema económico e social.

2.3. A posição das várias doutrinas na explicação do fenómeno do desemprego

Verifica-se que o desemprego continua a agravar-se apesar de inúmeras tentativas, nomeadamente quer a nível da Comunidade Europeia (Livro Branco Sobre Crescimento) quer a nível governamental (p. ex. em Portugal: “Medidas de Combate ao Desemprego”, do Ministério do Emprego e Qualificação Profissional; “Plano Mateus”, do Ministério da Economia). A sua persistência vai permitir testar as soluções surgidas da discussão no âmbito do quadro teórico para a área da economia, da sociologia e outras áreas do conhecimento científico.

Quanto à origem do desemprego, existe controvérsia entre o contributo de

Freyssinet (1993) que se apoia na formulação proposta por Malinvaud (1977), e que consiste na teoria dita do “equilíbrio geral a preço fixo” (muitas vezes também denominada da teoria do desequilíbrio). A teoria do equilíbrio (dita neoclássica) pretende que, para um dado período, o equilíbrio entre a oferta e a procura nos vários mercados (mercado de bens e do trabalho) obtêm-se através da variação de preço. Esta tese neoclássica assenta no pressuposto de que os preços são suficientemente flexíveis para se fixar a um nível tal que permita que toda a procura encontre uma oferta (e inversamente).

Na teoria neoclássica de equilíbrio só podem existir duas formas de desemprego: voluntário e transitório. Voluntário quando os que procuram emprego não aceitam trabalhar à taxa de salário que se fixa no mercado de trabalho; transitório, quando resulta do prazo de adaptação da oferta à procura.

A teoria do equilíbrio a preços fixos adopta uma hipótese oposta, a da rigidez de preços a curto prazo, ou seja, que não se adaptam de uma forma tão rápida que permita assegurar para cada mercado o equilíbrio entre a oferta e a procura. O equilíbrio, nestas condições, não se realiza através do ajustamento dos preços mas pelo ajustamento das quantidades: se a oferta de trabalho (dos trabalhadores) é maior do que a procura, certas ofertas não encontrarão colocação, e reciprocamente se a procura de trabalho é excedentária certos lugares não serão preenchidos. Na primeira situação permite-se verificar a existência de outra forma de desemprego: involuntário, que aparece quando para uma taxa dada de salário no mercado de trabalho, a quantidade de trabalho oferecido (pelos que procuram emprego) é superior à procura de trabalho (ou oferta de emprego). A rigidez da taxa de salário impossibilita um ajustamento imediato, pelo que uma parte dos trabalhadores desempregados dispostos a aceitar uma taxa de salário corrente não encontra emprego, muito embora as empresas estivessem interessadas em contratá-los.

Pela combinação dos dois mercados podem existir quatro tipos de situações possíveis, conforme se apresenta no Quadro 2.

Quadro 2 - Tipos de equilíbrios a preços fixos

		MERCADO DE BENS Excesso de oferta	MERCADO DE BENS Excesso de procura
Mercado de trabalho	Excesso de oferta de trabalho	Desemprego keynesiano	Desemprego clássico
	Excesso de procura de trabalho		Inflação controlada

Fonte: Malinvaud (1977)

O desemprego keynesiano resulta da conjugação das ofertas excedentárias nos dois mercados: as empresas estão dispostas a produzir mais mas não o fazem por falta de procura; os trabalhadores que se apresentam no mercado de trabalho não encontram portanto emprego. A insuficiência do nível da actividade económica explica a existência deste tipo de desemprego, pois tanto os trabalhadores como as empresas desejariam atingir um nível de emprego e de produção mais elevado. Neste caso, uma política de manutenção de preços de cariz constante reduzirá os desequilíbrios e assim o desemprego.

Deduz-se, portanto, que para este tipo de emprego basta actuar ao nível da procura para resolver o desemprego. Tal como está explícito em Freyssinet (1993), parece-nos demasiado vago este propósito, pois não considera a heterogeneidade do desemprego nem como se vai suportar o custo de manter a procura de bens. Se for através de acréscimos nos salários reais poderá vir a ter impacte nos custos de produção e remeteria para as empresas o encargo de suportar o custo do emprego excedentário; se for através de mecanismos de controlo de preços pode implicar aumentos nos impostos o que iria reduzir os rendimentos do trabalho, baixando o consumo e os rendimentos do capital, baixando o investimento.

O desemprego clássico resulta da existência de forças em sentido contrário nos dois mercados. Como no caso precedente, os recursos de força de trabalho disponível

são superiores ao nível de emprego, mas no mercado de bens a situação é inversa: as empresas oferecem quantidades inferiores à procura. Esta situação é possível em duas situações: insuficiência de equipamentos produtivos (constrangimento físico) ou ao facto de que um nível de produção mais elevado é considerado não rentável pelas empresas (constrangimento de mercado).

A longo prazo, o primeiro constrangimento é semelhante ao segundo: a insuficiência do aparelho produtivo resulta de um nível muito baixo de investimento. No passado, investimentos adicionais foram considerados não rentáveis pelas empresas. É portanto a rentabilidade insuficiente que gerou o desemprego clássico. Uma política de resposta da procura de bens aumentará o desequilíbrio, isto é, o excesso de procura no mercado de bens. Além do aspecto heterogéneo do desemprego, tal como foi referido para o caso Keynesiano, importa referir quem suporta o custo do acréscimo da procura.

A inflação controlada é uma situação simetricamente oposta ao desemprego keynesiano: no mercado de trabalho a oferta de emprego é inferior à procura, mas a penúria de mão-de-obra não permite aumentar o nível de produção. Em ciclos de crescimento económicos rápidos, este fenómeno é necessariamente gerador de inflação, e só a rigidez dos preços no curto prazo poderá retardar o processo inflacionista.

A quarta situação logicamente possível (em branco no Quadro 2), não tem interesse prático, pois supõe ao mesmo tempo uma oferta de bens superior à procura e uma penúria de mão-de-obra para as empresas, o que não tem sentido em economia de mercado e muito menos ao nível do conjunto da economia.

Além das conclusões anteriores indicadas pode-se concluir:

- 1) o desemprego keynesiano não gera qualquer mecanismo de reequilíbrio automático: pode-se reproduzir indefinidamente na ausência duma política económica apropriada. Da coexistência durável do emprego e da

inflação resulta uma característica estrutural e não uma anomalia transitória;

- 2) o desemprego clássico não é normalmente uma situação susceptível de se perpetuar; a penúria no mercado de bens provoca período a período um acréscimo dos preços que tendem a restaurar a rentabilidade; mas uma questão mais importante aparece: a evolução se realizará na direcção duma situação de inflação controlada ou de desemprego keynesiano? Segundo Malinvaud (1977), numa primeira análise, a segunda alternativa é mais verosímil;
- 3) a manutenção durável dum desemprego keynesiano é gerador de desemprego clássico potencial, que se manifestará aquando do abrandamento da retoma. Com efeito, a insuficiência do nível de investimento cria progressivamente uma situação pela qual não será mais rentável para os empresários responder a um acréscimo na procura de bens.

Tanto Freyssinet (1993) como Malinvaud (1977), quando abordam esta questão, consideram que a produção funciona com tecnologias rígidas, o que é verdade no curto prazo mas não o é totalmente a longo prazo. Parece-nos, com tecnologias variáveis (conforme se pode depreender da análise da função de produção de Cobb-Douglas) é possível à produção vir a compensar, a prazo, a penúria de mão-de-obra com outro tipo de tecnologia, e, portanto, acréscimos nos salários reais, com outro tipo de tecnologia, podem não ter impacte negativo nos custos. Por outro lado, os modelos parecem não contemplar a mobilidade da mão-de-obra: regiões com salários reais elevados podem atrair mão-de-obra de outras regiões, muito embora esta mobilidade acabe por vir a ter influência no equilíbrio no mercado de trabalho e vir a gerar salários reais mais reduzidos.

Os monetaristas sustentam que numa fase de luta contra o desemprego só uma política de realização de despesas públicas permitirá relançar a procura agregada, já que os beneficiários de tal política são pessoas com elevada propensão ao consumo e as encomendas do sector público estimularão essa procura global.

A política monetária, ao tornar abundante a moeda, mais não faria do que gerar acréscimos no entesouramento. Um acréscimo na circulação monetária criaria um excesso de liquidez nos agentes económicos, o que implicaria um acréscimo na procura de bens e serviços ou elevação de preços (incluindo a taxa de juro), consoante o tipo de mercado que se tratar. Como resultado, com taxas de juros mais elevadas, poder-se-ia estar a limitar os investimentos e daí ficaria limitada a oferta de bens e serviços, o que implicaria acréscimo nos preços, acréscimos nas taxas de juro, diminuição dos investimentos e, em última análise, produção de desemprego ou pelo menos a não criação de postos de trabalho.

Parece, portanto, não haver consenso entre os economistas quanto à solução do fenómeno do desemprego. Os debates teóricos sobre a natureza do desemprego não são mais que uma discussão entre especialistas. No entanto, segundo Freyssinet (1993), existem duas escolas que se opõem (a escola de inspiração liberal e os que adoptam uma posição mais intervencionista. Segundo os economistas de inspiração liberal estamos perante “desemprego clássico”. Portanto, nesta perspectiva, a solução é a criação duma dinâmica de rentabilidade→investimento→emprego: a restauração da rentabilidade permitirá às empresas gerar maiores meios financeiros e motivação para novos investimentos; a concretização destes investimentos implicará a criação não artificial de emprego. Esta foi a política seguida pela maior parte dos países capitalistas industrializados (EUA, Japão) nos últimos dez anos. Surge no entanto a dificuldade de o aumento das margens de lucro exercer uma pressão sobre os outros componentes do PIB: a massa salarial e das despesas públicas. Nestes casos a questão que se coloca é saber como é possível esperar que os lucros se transformem em investimentos no

momento em que a procura global se encontra comprimida. Debatendo-se com uma procura que não seja expansível, se houver investimentos serão para melhorar a produtividade, para melhorar a competitividade face a uma procura estagnada e não investimentos de capacidade, destinados a aumentar a produção. Terão assim um efeito destruidor e não criador de emprego. A única saída para esta contradição é o alargamento da importância que o sistema produtivo do país pode vir a ocupar no mercado mundial, abordado no caso “Portugal XXI” (Mateus, 1995).

Os que entendem que o desemprego se apresenta como um fenómeno de contornos keynesianos, conduzem à prioridade de relançar a economia graças a uma acção sobre a procura global. É a dinâmica procura→produção→emprego. Assenta no pressuposto da existência em simultâneo de capacidade de produção e de força de trabalho desempregada, assim como de necessidades não satisfeitas.

No aspecto do desemprego, onde parecem existir, à primeira vista, duas correntes opostas, essas oposições apenas teriam lugar se partissem de pressupostos iguais. Havendo pressupostos diferentes, encontra-se afinal uma certa complementaridade entre elas. Na teoria neo-clássica, que constitui a referência dos economistas liberais, parte-se do princípio que a procura de bens é elástica, daí a justificação para aumentar a capacidade através dos investimentos, sendo estes produzidos através da melhoria da rentabilidade. Se o contexto económico-social não incentiva o aumento da procura os investimentos não têm qualquer justificação. Apenas nos casos de procura contida de bens com carências para satisfazer é possível aceitar esta política, pois a decisão de investimento assenta sobre o cálculo da sua rentabilidade durante o período de utilização.

Na óptica keynesiana, a insuficiência da procura global, na ausência da intervenção pública, também se explica pela insuficiência do nível de investimento, ele mesmo comandada pelas previsões da rentabilidade líquida que fazem os empresários (comparação de eficácia marginal do capital e a taxa de juro).

Admitindo uma tese de complementaridade das duas doutrinas, parece poder existir um falso debate na oposição entre desemprego clássico e keynesiano, ou seja, a oposição entre desemprego provocado pela insuficiência da rentabilidade e o desemprego provocado pela procura insuficiente. Esta tese, a ter qualquer significado é à escala macroeconómica e a curto prazo. Malinvaud (#) acrescenta ainda que, a curto prazo, em lugar de três tipos possíveis de equilíbrio, passam a haver cinco:

- 1) desemprego keynesiano, quando existe excesso de oferta nos três mercados;
- 2) desemprego clássico, quando existe excesso de oferta de trabalho mas excesso de procura para os dois produtos;
- 3) desemprego misto, quando há excesso de procura no mercado para um produto mas excesso de oferta para os outros dois mercados (pode-se falar de desemprego keynesiano de contaminação clássica quando o produtos com excesso de procura é menos importante que os outros dois);
- 4) inflação com controlo generalizado, quando o excesso de procura existe nos três mercados;
- 5) inflação com controlo parcial, quando existe excesso de oferta para um produto mas excesso de procura nos outros dois mercados.

Se, à luz da realidade actual, o desemprego maciço é um produto da crise e que a crise é a expressão das alterações profundas no funcionamento do sistema produtivo, este debate entre desemprego clássico e keynesiano é secundário. Qualquer das teorias assenta em pressupostos genéricos. Com um mercado de trabalho heterogéneo é difícil aceitar uma teoria globalizante se o macro-fenómeno do desemprego resulta da agregação de micro-fenómenos. Uma receita geral, seja clássica ou keynesiana, apenas pode ter interesse prático em sistemas económicos em que a procura de bens e de trabalho tenham uma estrutura homogénea.

Na procura de uma solução para o problema do desemprego podemos condensar os pressupostos de base:

- um mercado de trabalho heterogéneo;
- procura rígida a curto prazo (quer para o mercado de trabalho quer para o mercado de bens);
- paradigma das empresas em mutação do anterior sistema de relação empresário - trabalhador para projecto - colaborador;
- economia globalizada pelo abandono de medidas proteccionistas dos Estados, e que portanto, a não ser nas indústrias de grande inovação, a oferta excede a procura (nos países mais desenvolvidos);
- controlo das inflação é uma preocupação fundamental para as autoridades monetárias, com uma política cambial subordinada às políticas cambiais de países com maior capacidade produtiva ou utilizadora.

É apresentada a seguir uma abordagem possível para a resolução do problema, a propósito da análise do desequilíbrio no desemprego.

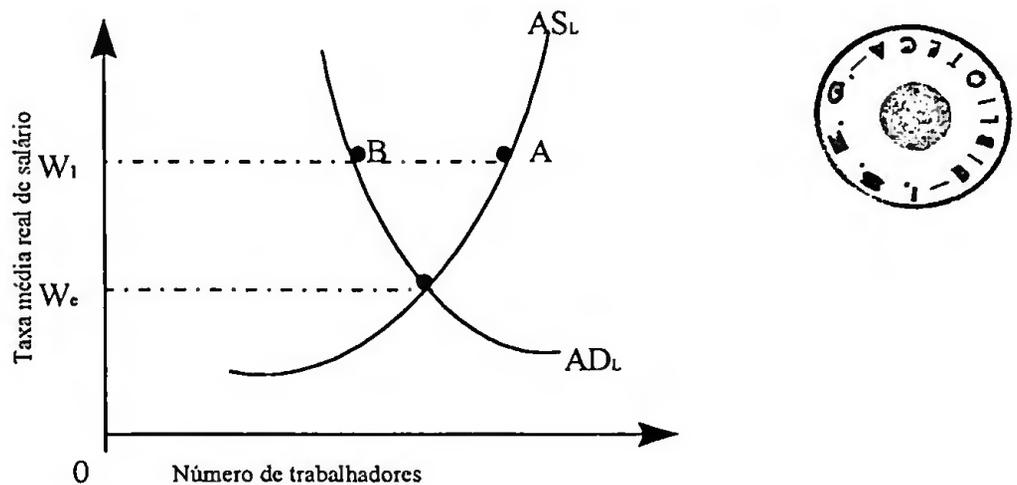
2.4. Desemprego e mercado de trabalho

As causas do desemprego podem agrupar-se em duas grandes categorias (Sloman, 1991):

- 1) desemprego de equilíbrio
- 2) desemprego de desequilíbrio

A Figura 2 evidencia a procura agregada de trabalho e a oferta agregada de trabalho, isto é, a procura e a oferta total de trabalho na economia global.

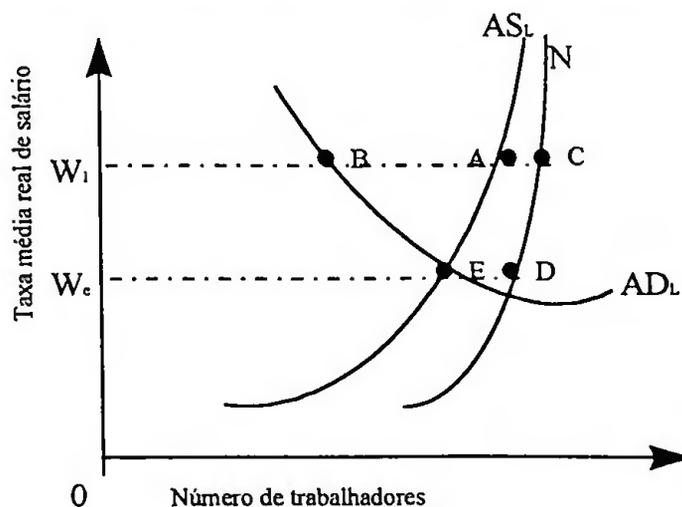
Figura 2 - Mercado de trabalho em equilíbrio e desequilíbrio no desemprego.



Fonte: Sloman (1991)

A curva da procura agregada para o mercado de trabalho (ADL) exibe a procura total aos diferentes níveis de salários reais; a curva da oferta agregada (ASL) mostra o total de indivíduos dispostos e capazes para o trabalho aos diferentes níveis de salários reais. A-B representa o desemprego que resulta de salários reais (W_1) acima do ponto de equilíbrio, podendo ter maior ou menor significado quando existe maior ou menor elasticidade. Portanto, a salários reais W_1 , com curvas menos inclinadas, pode resultar maior desequilíbrio no desemprego.

Figura 3 - desemprego por equilíbrio e por desequilíbrio.



Fonte: Sloman (1991)

Existe equilíbrio no desemprego quando se verifica uma diferença entre aqueles

que desejariam um emprego a salários correntes (e) e aqueles que estariam dispostos a aceitar qualquer salário para conseguir um lugar.

A curva da oferta agregada de trabalho (ASL), crescente, evidencia o número de trabalhadores dispostos a aceitar trabalho por cada taxa de rendimento (salário). Esta curva é relativamente inelástica, pois a dimensão da força de trabalho, a cada momento, não se altera significativamente. Sem dúvida que não é totalmente inelástica porque em A salários mais elevados encorajam alguns indivíduos a entrar no mercado de trabalho (isto é, pais que estavam a tomar conta dos filhos), e em B o desempregado estará mais favorável a aceitar essas ofertas de emprego do que continuar à espera de encontrar outras formas de emprego mais bem pagas. Ainda numa perspectiva mais global, salários mais elevados incentivam os indivíduos de outras regiões a moverem-se para regiões com salários elevados (mobilidade, migração)

A procura agregada para o mercado de trabalho (ADL) é decrescente. Com salários altos aumenta o número de empresas interessadas em economizar em trabalho: são encorajadas a substituir o trabalho por outros factores de produção. O mercado de trabalho estará em equilíbrio ao salário W_e onde a procura iguala à oferta.

Se o salário se situar acima de W_e , o mercado estará no estado de desequilíbrio. É ilustrado na Figura 3. À taxa de salário W_1 , há um excesso de oferta de trabalho de $A-B$, produzindo o chamado desemprego de desequilíbrio.

Para que ocorra o no desemprego de equilíbrio devem verificar-se duas condições:

- 1) oferta de trabalho (dos trabalhadores) deve exceder a procura agregada;
- 2) haver uma certa “viscosidade “ nos salários, ou seja, a taxa de salário não cair imediatamente para W_e .

No entanto, mesmo quando o mercado está em equilíbrio, não basta procurar emprego para conseguir colocação. Alguns indivíduos estarão no desemprego, esperando encontrar um melhor emprego. É o caso ilustrado na Figura 4. A curva N

mostra a dimensão total da força de trabalho, como a curva AS_L reflecte o número de trabalhadores dispostos a aceitar trabalho por cada taxa de rendimento do trabalho. A diferença horizontal entre estas duas curvas produz o desemprego de desequilíbrio, patente na distância $D-E$. “Desemprego de desequilíbrio” pode ser assim definido como o excesso de indivíduos à procura de emprego sobre aqueles que estão dispostos a aceitar emprego.

Note-se que a curva AS_L se coloca mais perto da curva N a salários elevados. A explicação advém do facto do desempregado estar cada vez mais interessado a aceitar empregos à medida que os salários sobem, isto é a salários elevados pode corresponder acréscimo no número de desempregados que aceitam empregar-se.

A Figura 3 mostra ambas as curvas de equilíbrio e de desequilíbrio do desemprego. Ao salário W_1 o desequilíbrio no desemprego é $A-B$; o equilíbrio no desemprego é $C-A$; donde o total do desemprego é $C-B$.

Há três razões possíveis para que a taxa actual de salários se situe acima da taxa de equilíbrio do mercado:

- 1) a taxa de salários foi projectada para cima do equilíbrio;
- 2) houve uma quebra na procura agregada (empresas) sem a correspondente quebra de salários;
- 3) houve um acréscimo na oferta agregada de trabalho (trabalhadores) sem a correspondente quebra dos salários.

Qualquer destas três causas pode dar origem a diferentes tipos de desemprego de desequilíbrio.

2.4.1. Desemprego por salários reais (clássico)

O desemprego por salários reais ou clássico resulta quando as centrais sindicais usam o seu poder monopolista de imposição para “puxar” os salários acima do nível de equilíbrio. Pode ser também causado pelos governos quando introduzem legislação

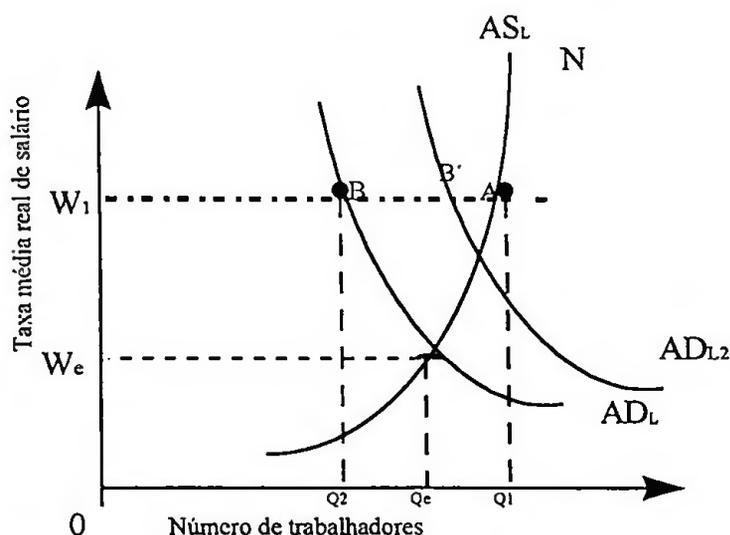
sobre fixação de salário mínimo, ou operam com uma política de preços e rendimentos que garante aos trabalhadores obter automaticamente aumentos de salários acima da inflação.

Na Figura 4, se a taxa média é projectada para cima de W_e para W_1 , a oferta de trabalho (trabalhadores) crescerá para Q_1 pois os salários elevados encorajam mais pessoas a engrossar a força de trabalho e aceitar as ofertas de emprego.

A procura de trabalho cairá para Q_2 pois as empresas, face aos altos custos do factor trabalho, limitam a produção e tentam substituir o trabalho por outros factores de produção (p. ex. empresas que substituem trabalhadores por robots nas linhas de montagem)

O desequilíbrio no desemprego será de $Q_1 - Q_2$ (isto é o valor $A-B$)

Figura 4 - Desemprego por salários reais



Fonte: Sloman (1991)

O efeito final sobre o desemprego, no entanto, não será assim tão negativo. O salário extra pago aos que continuam empregados promoverá despesas extra em consumo. Este acréscimo de procura agregada de bens e serviços incentivará as empresas a procurar mais trabalho, pois elas serão levadas a aumentar os “output” para enfrentar a procura adicional. Se o seu efeito for deslocar a procura de trabalho

para AD_{L2} , o desemprego a salários reais cairá de $A-B'$.

Os clássicos na década de 20 e 30 atribuíam o desemprego em massa existente nesse período aos salários reais demasiado elevados (até a alternativa se denomina desemprego “clássico”). Salários reais elevados foram apontados pelos governos conservadores do Reino Unido como a razão das altas taxas de desemprego nos últimos anos. Tratava-se evidentemente de uma economia estruturada com base numa forte incorporação do factor trabalho. À medida que decresce o peso do trabalho no custo do produto final decresce o interesse da abordagem clássica do fenómeno do desemprego.

A solução para o desemprego por salários altos poderia ser a redução dos mesmos salários, subsistindo no entanto algumas dúvidas:

- 1) se o governo reduz os salários mínimos, serão os trabalhadores mais pobres os que mais sofrerão;
- 2) há muita dificuldade em reduzir a importância das centrais sindicais quando estas pretendem aumentar os salários reais;
- 3) mesmo que o governo conseguisse reduzir a médias dos salários reais, teria reflexos nas despesas com o consumo e daí resultaria redução da força de trabalho.

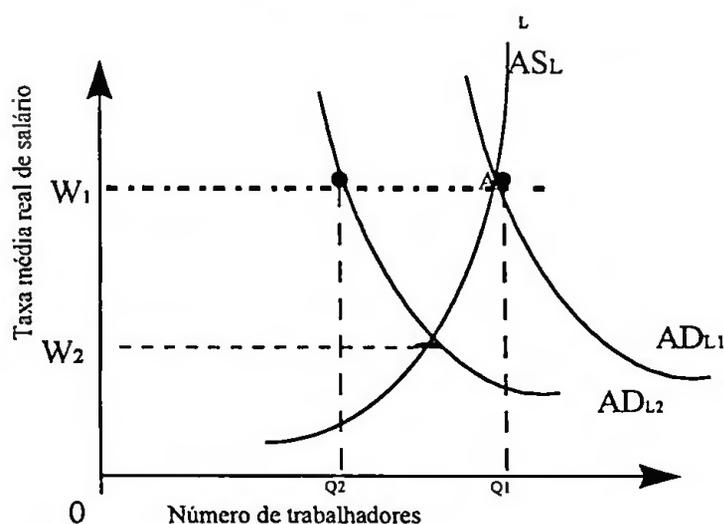
2.4.2. Desemprego por procura deficiente (cíclica)

O desemprego por procura deficiente (cíclica) está associado a recessões económicas. Logo que a economia entra em recessão, a procura do consumidor baixa. As empresas enfrentam a impossibilidade de atingir o nível normal das vendas dos seus “output”. Por uns tempos poderão estar preparadas para aumentar os stocks de produtos não vendidos, mas mais cedo ou mais tarde começarão a baixar a produção e o factor de trabalho que utilizam. Instala-se uma profunda recessão e aparece como resultado um desemprego por procura deficiente.

Logo que a economia recupera e começa a crescer novamente, o desemprego por procura deficiente então começará a baixar. Como flutua com o ciclo económico, é muitas vezes referido como “desemprego cíclico”.

Este tipo de desemprego, ilustrado na Figura 5, resulta do desemprego por desequilíbrio derivado da queda na procura agregada (AD) sem queda correspondente nos salários reais, isto é as empresas procuram menos trabalho mas por várias razões (sejam pela pressão das centrais sindicais ou outras) os salários revelam-se rígidos.

Figura 5 - Desemprego por procura deficiente.



Fonte: Sloman (1991)

Assumindo-se inicialmente que a economia está num pico do ciclo económico, a procura agregada e a oferta de trabalho são iguais a salários correntes de W_1 , não havendo desemprego por desequilíbrio. Se assumirmos que a economia caminha para a recessão, a procura dos consumidores baixa, e como resultado as empresas procuram menos trabalho. A procura de trabalho desloca-se para AD_{L2} . Se houver resistência a cortes de salários tais que os salários se mantenham em W_1 , haverá então desemprego de desequilíbrio, de $Q_1 - Q_2$.

Mesmo se os salários baixassem para W_2 , mantinha-se o desemprego por procura deficiente. A razão é que o corte geral de salários através da economia reduzirá os rendimentos dos trabalhadores e então reduzirá o consumo de bens. Como baixa a

procura agregada de bens haverá então uma maior redução na procura de trabalho: a curva da procura agregada de trabalho deslocar-se-á para a esquerda de AD_{L2} . Ao mesmo tempo os salários cairiam para W_2 e W_2 passaria a ser o salário de equilíbrio. E assim continuaria a ser desemprego por procura deficiente.

Pode também existir a longo prazo se a economia funciona abaixo da sua capacidade total e os mercados de trabalho continuam em desequilíbrio. Mesmo no pico do ciclo económico, o “output” actual poderia estar consideravelmente abaixo do “output” potencial.

Com o fim de reduzir desemprego com procura deficiente, os governos pensaram assegurar que a procura agregada fosse suficientemente alta. Medidas para crescer a procura agregada, podem, porém, ser prejudiciais à inflação e às balanças de pagamento, conforme foi já abordado no capítulo anterior.

2.4.3. Crescimento na oferta de trabalho

Se a oferta de trabalho aumenta sem o correspondente aumento na procura de trabalho, a taxa de salário de equilíbrio baixa. Se a taxa de salário é projectada para baixo, pode ocorrer desemprego de desequilíbrio (indivíduos saem do mercado de emprego por os salários não compensarem o trabalho que forneciam).

Esta não é a principal causa do desemprego por procura deficiente, dado que a oferta de trabalho muda de uma forma lenta. No entanto é um problema para os finalistas que deixam a escola todos os anos para obter postos de trabalho, gerando um fluxo de novos trabalhadores para o mercado de trabalho. Este fluxo de jovens recém-formados vai alimentar o mercado vestibular do emprego de indivíduos sem qualquer experiência profissional e que vêm goradas as perspectivas que alimentaram durante o período de formação escolar. Alguns estarão dispostos a continuar a estudar aliviando momentaneamente a pressão sobre a procura de emprego, outros ainda, estarão dispostos a aceitar empregos que nada têm a ver as suas primeiras escolhas

(advogados a dar aulas, médicos na propaganda médica, economistas como empregados bancários, etc.) mas outros manter-se-ão na situação de preferir aguardar a profissão e o salário que entendam aceitar, mantendo-se, portanto em desemprego voluntário.

Há também um problema potencial a longo prazo se existem tendências sociais para deixar mais mulheres com crianças à procura de emprego. Na prática, no entanto, com o rápido crescimento do emprego em “part-time”, e o baixo nível médio dos salários pago às mulheres não causa grandes problemas de excesso de oferta de trabalho, pois salários baixos desencorajam a formação de acréscimos na oferta de trabalho

2.4.4. Desemprego de equilíbrio (natural)

Sempre que não exista equilíbrio geral da economia a níveis de salários correntes (mesmo quando existam tantas vagas como indivíduos desempregados) pode coexistir certo tipo de desemprego: por várias razões nem todas as vagas são preenchidas. Este problema resulta duma deficiente conjugação (“matching function”) dos condicionalismos do mercado de trabalho. Haverá talvez excesso na procura de trabalho (vagas) em certos mercados e excessos de oferta (desemprego) noutras. Pode haver vagas para técnicos de informática e desemprego indústria do aço, e os desempregados das indústrias do aço não se transformam imediatamente em técnicos de informática. Pode até acontecer a existência de vagas e desemprego no mesmo mercado, mas os desempregados podem ser incapazes, não desejarem ocupar as vagas existentes, ou simplesmente ignorar a sua existência.

Assim pode ocorrer um desequilíbrio macroeconómico mesmo com a procura agregada igual à oferta agregada, havendo assim desemprego de desequilíbrio pois a nível microeconómico a oferta e a procura não se combinarem. Isto é, pode ocorrer desemprego de equilíbrio.

2.5. A variável tempo no contexto do desemprego

Na explicação da variável “tempo” conjugaram-se os contributos de Mortensen (1986) que utilizou a abordagem de Kiefer e Neumann (1980) e de Clark (1982). Segundo aqueles autores, os trabalhadores com baixos rendimentos dividem-se em dois tipos: os que, pelas suas características pessoais preferem ficar permanentemente no estado de baixo rendimento, e os que, através do aproveitamento de acontecimentos exógenos, ficarão nesse estado transitoriamente. Esta distinção é reconhecida implicitamente na política do sector público orientada para ajudar estes trabalhadores. Assim, para os primeiros, os “permanentes”, são utilizados programas que se destinam a alterar as suas características pessoais. Quando aos segundos, os “transitórios”, a política é de facultar um seguro de desemprego. Esta distinção, não é rígida. Alguns desempregados poderão transitar de um grupo para o outro, dependendo essencialmente da magnitude dos fluxos de entrada e de saída no desemprego.

Nestas situações de desemprego, Mortensen (1986), através da teoria “Job Search”, aborda a variável tempo, pela explicação da duração do período de procura de emprego. Assim, esta teoria mostra o tempo despendido na procura de um emprego aceitável como uma actividade “produtiva”, pelo menos na óptica do trabalhador interessado. Abrange-se os trabalhadores não empregados os que são classificados como estado produtivo na força activa. Esta inferência causou bastante controvérsia nos princípios dos anos 70, em particular para aqueles que seguiam a escola keynesiana.

No entanto, para os neoclássicos de tradição Marshaliana, esta ideia não é tão questionável. Ainda outros economistas entendem que a formulação das hipóteses sobre o fenómeno não são assim tão simples que possa ser explicado pelas estruturas teóricas quer Marshalianas quer Keynesianas. O conjunto óbvio das hipóteses respeita à distribuição da duração da procura dos desempregados.

Partindo do salário do estado de reserva, w^* , Mortensen (1986) considera que

a taxa da probabilidade de o desempregado abandonar o desemprego é determinada pela conjugação da probabilidade de receber uma proposta e de a aceitar. Esta probabilidade de saída do desemprego é explicada pelas implicações de vários tipos de constrangimentos. Aplicando o mesmo princípio, Franz (1982) explica que a duração no desemprego nos jovens pode ser vista como uma sequência de probabilidades de aceitar emprego (ou deixar a população activa). No seu entender, existem, porém, duas questões importantes: Primeiro, deve-se avaliar a curva da "hazard function", em que o problema é se a probabilidade de sair do desemprego aumenta ou diminui com a duração do desemprego. A resposta a esta questão pode ser expressa pela curva da "hazard function" que terá que ser analisada através da utilização de uma função de distribuição apropriada; segundo, dado o perfil da "hazard function" o tratamento teórico dos determinantes da duração do desemprego é essencial a fim de estabelecer, na função aleatória, a duração do desemprego para cada indivíduo, inserindo a duração do desemprego na função aleatória uma estimativa da probabilidade individual de deixar o desemprego em termos actuais e futuros e - se a "hazard function" é crescente e decrescente - se essa probabilidade é maior ou menor.

Tomando em conjunto estes parâmetros pode-se considerar dois aspectos diferentes:

- 1) a função de distribuição da "hazard function" fornece informação sobre a previsão da duração do desemprego, pois por ela mesma pode avaliar-se a probabilidade corrente ou futura de deixar o desemprego;
- 2) a fim de calcular esta probabilidade para cada indivíduo é necessário ter conhecimento da sua duração. Assim, é necessário utilizar o tratamento teórico dos determinantes da duração do desemprego.

No caso dos jovens, o traçado da curva da "hazard function" parece não ser tão óbvio. No tempo da duração do desemprego, e com baixa probabilidade de sair do desemprego, dado que o empregador ou olha para o jovem desempregado pela

reduzida experiência profissional ou pela sua fraca adesão ao trabalho. Por outro lado, o aumento da duração no desemprego pode induzir o jovem a ficar mais exposto a aceitar ofertas de trabalho de níveis e salários inferiores, isto é, o seu salário de reserva diminui. Este comportamento implica um aumento na probabilidade de deixar o registo de desemprego.

Portanto, à medida que o tempo vai passando, o mesmo indivíduo pode enfrentar um aumento e depois um declínio na probabilidade de sair do desemprego. A razão invocada por Franz (1982) para o caso da RFA é que o desempregado jovem não se sente tão atingido no princípio do desemprego (vertente optimista) como mais tarde (vertente pessimista). Além disso, os Centros de Emprego necessitam de alguns dias para completar o registo individual e propor um emprego, e ainda mais alguns dias são necessários para que a pessoa comece a trabalhar. Ambos os exemplos implicam que a “hazard function” pode apresentar um pico nos primeiros dias e depois ser decrescente com o tempo.

Franz (1982), ainda ao abordar a relação dos factores económicos com a probabilidade do desempregado jovem sair dos registos de desemprego, apresenta o modelo teórico em que relaciona estes dois parâmetros. Esta probabilidade pode ser vista como a probabilidade de receber um oferta de emprego e a de aceitar uma oferta (também já indicada por Mortensen (1986), isto é:

$$p(ab) = p(b/a) \cdot p(a)$$

correspondendo a uma análise puramente “micro”, pois numa perspectiva macroeconómica a aceitação de uma oferta de emprego pelo indivíduo i implica um decréscimo na probabilidade de obter uma oferta de emprego para outro indivíduo j ($i \neq j$).

No entanto, o modelo utilizado por Franz (1982), que resulta da aplicação dos princípios que explicam a duração do desemprego em geral, assume que o jovem

desempregado, além de estar sujeito às regras do desemprego em geral, é mais sensível a determinados condicionalismos, tais como escolhas intertemporais (estudo vs. trabalho), que o levam a estudar no primeiro período para maximizar a utilidade esperada no segundo período, acrescentaríamos ainda que nesta decisão pode pesar o contexto do mercado de trabalho, em que quando ocorrem taxas de desemprego elevadas, a probabilidade de receber uma proposta de emprego (ao nível das suas expectativas) é baixa e o custo da oportunidade em estudar é baixa. No caso de pleno emprego, muitos jovens abandonam a sua carreira de estudantes a troca de um emprego, pois o custo da decisão em continuar a estudar seria elevado. Quando a contribuição marginal para o rendimento familiar do salário do jovem é elevada é de esperar um custo de oportunidade elevado, já não se colocando apenas a decisão ao nível individual mas também ao nível do agregado em que está inserido.

Clark (1982), distingue este fenómeno da concepção tradicional segundo a sua concepção de rendimento. Enquanto que a anterior concepção enfatizava a inferência da procura de emprego e a conseqüente duração do desemprego, a outra, mais recente foca sobre a brevidade e a frequência da duração do desemprego. Ambas apresentam tipicamente a concentração entre os fluxos entre desemprego e emprego.

A análise dos fluxos permite avaliar o dinamismo do mercado de emprego para os jovens. A tremenda volatilidade no comportamento do mercado para jovens pode ser estabelecida pela análise da duração média na duração em cada estado. Os jovens acabados de sair da escola na RFA apresentam maior períodos de emprego (9 meses), enquanto que os restantes jovens apresentavam menores períodos (4 meses). Mortensen (1986), ao abordar a Teoria da "Job Search" acrescenta que, além dos parâmetros, abordados por outros autores, o modelo da história individual dos trabalhadores, que pode ser descrito como cadeia de Markov, pode ser caracterizado em termos das probabilidades por período que um indivíduo na população passa de um estado para cada um dos outros.

O modelo de Franz (1982) não apresenta de uma forma relevante a influência de outros factores tais como a mobilidade (interna como externa), em parte devido à fraca importância que este factor parece oferecer na RFA. Países como uma forte cultura migratória (por exemplo: Portugal) podem representar alternativas para os jovens desempregados ou sub-empregados ao mercado local de emprego. Em última análise, a função que a emigração exerce sobre a descompressão na procura de trabalho permite caminhar-se para um equilíbrio do mercado de emprego, subir os salários reais e motivar os jovens a voltar ao mercado de trabalho. Daqui resultaria um aumento da procura de trabalho seguido de um decréscimo dos salários reais a longo prazo.

Nem todas as pessoas que deixam o registo de desemprego se encontram empregadas. Na década de 80, na RFA, cerca de 30% dos jovens que deixaram o desemprego voltaram para o estudo, optaram por ser domésticas ou foram incorporados nas Forças Armadas da RFA (voluntariamente ou não). Estas alternativas envolvem um problema de auto-selecção dos indivíduos. A escolha de se tornar militar ou domésticas pode ser determinado por factores como a duração do próprio desemprego. No caso da emigração poder-se-ia incluir no primeiro estado de emprego (numa perspectiva local) ou criar um quarto estado “trabalhador emigrante”, uma vez que a emigração a curto prazo faz decrescer a procura de emprego com a consequente subida de salários reais.

Tomando como base o modelo Markov, Franz (1982) estabelece três estados possíveis para o estado de desemprego: o primeiro estado refere ao indivíduo que deixa o desemprego porque encontra trabalho; o segundo estado integra os que deixam o registo de desemprego sem encontrar trabalho a seguir; o terceiro estado refere-se aos que permanecem registados como desempregados. Consequentemente, são possíveis três equações para descrever a duração do desemprego para cada tipo de indivíduo e três funções determinam a que grupo o indivíduo pertence.

Clark (1982), no seu contributo para resolver a problemática do desemprego jovem, demonstra que tanto o desemprego como a participação jovem respondem fortemente às condições do mercado de trabalho. A recessão de 1975 custou aos jovens cerca de 800 000 postos de trabalhos nos EUA. O crescimento na economia durante os últimos anos de 60 criou cerca de 300 000 lugares para jovens trabalhadores. A expansão da procura agregada é especialmente potente para fazer oportunidades para aqueles que estão em maior desvantagem.

Iniciativas estruturais na área da eficácia de conjugação de funções, formação e programa para criação de postos de trabalho merecem de Clark (1982) algumas observações. Primeiro, dado um quantidade certa de postos de trabalho, programa de formação e de conjugação de funções apresentam resultados escassos para produzir uma contribuição assinalável para a solução do desemprego jovem. Ajudando um indivíduo desempregado através de formação ou tentando a sua colocação apoia-se através das contribuições de outros. Dada uma certa rigidez da quantidade de postos de trabalho, pelo menos a curto prazo, o emprego total não pode aumentar ajudando todos os trabalhadores a melhorar os seus atributos ou procurar mais eficiência. Cada procura adicional de trabalhadores, por exemplo, implica perda de oportunidades para outros, gerando assim externalidades negativas. Estas acções apenas podem ter eficácia se foram acompanhadas de acções para expansão do número de postos de trabalho.

Segundo ainda Clark (1982), existe ainda outro óbice ao uso de fundos estruturais quando aplicados para a criação de emprego público ou para subsidiar a actividade privada. O sucesso desses programas dependem essencialmente da criação líquida de postos de trabalho e de fornecer utensílios e experiência aos jovens para permanecerem empregados durante um vasto período de tempo.

O tempo que um indivíduo permanece no desemprego revela-se um factor da maior importância, considerando que, conforme se constatou no capítulo anterior, o moral do desempregado apresenta várias fases (Rabier, 1990), baixando à medida que

o tempo evolui. Passados 1, 2 ou 3 anos reduz-se a possibilidade de reingressar na população activa, pelo que o fenómeno é denominado da forma especial já mencionada, como *desemprego de longa duração*. Quando o indivíduo permanece no desemprego apesar das suas tentativas de encontrar colocação (vertente optimista) pode enquadrar-se no desemprego involuntário, mas se a sua atitude em relação ao mercado de trabalho for passiva (vertente pessimista) e havendo lugares para preencher, poder-se-ia considerar mais perto do desemprego voluntário, isto é, muito semelhante ao do indivíduo que rescinde o seu contrato e permanece no desemprego.

2.5.1 Desemprego friccional

Ocorre desemprego friccional quando os indivíduos deixam os seus empregos, seja voluntariamente ou mesmo forçados, e estão no desemprego durante um período, enquanto procuram novo emprego. Há uma distinção clara entre desemprego friccional e cíclico: enquanto o primeiro é resultante de alterações dinâmicas da economia, o segundo é uma das resultantes de um baixo nível da procura agregada num contexto de salário e preços rígidos.

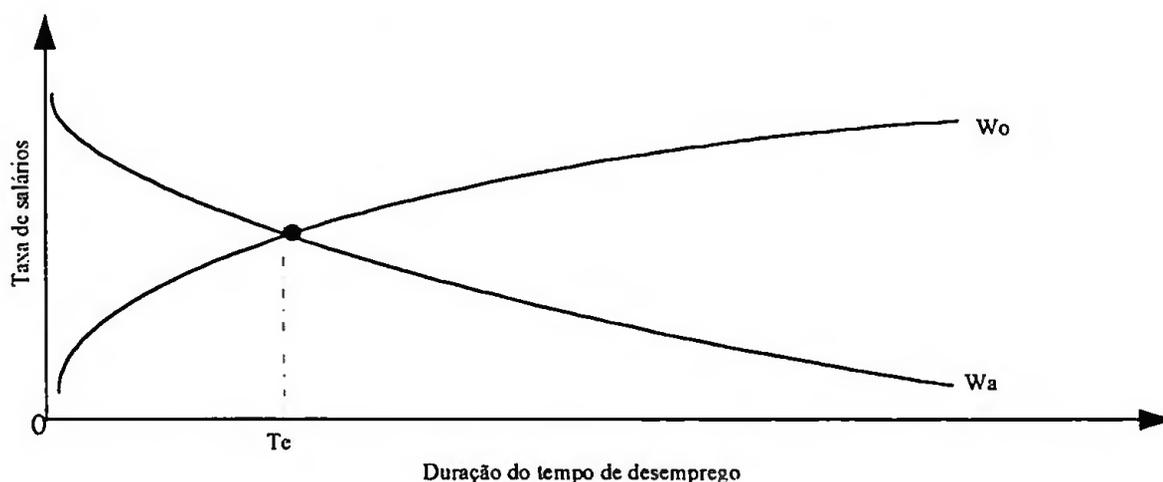
Assim, no desemprego friccional os indivíduos podem não conseguir o primeiro tipo de emprego que procuram, apesar de as vagas existirem. Os empregador pode continuar sempre à procura, à espera de poder contratar o indivíduo o mais qualificado possível (optimizar a relação entre o posto de trabalho que se pretende preencher e o empregado, a que os diversos autores denominam de “matching function”). Do mesmo modo, o indivíduo desempregado pode não aceitar o primeiro emprego que lhe é oferecido. Prefere continuar a procurar, esperando que um melhor possa aparecer.

O problema oferece contornos em grande parte imputáveis à informação imperfeita: os empregadores não estão completamente informados sobre a força de trabalho disponível; os trabalhadores não estão completamente informados sobre os

empregos disponíveis e o que estes exigem. Ambos empregadores e trabalhadores, entretanto, continuam a procurar: os empregadores o trabalhador certo, e, os trabalhadores o emprego certo.

Procurar emprego exige assim tempo. Os mais persistentes procuram um emprego, o melhor salário oferecido e o melhor trabalho. É ilustrada na Figura 6 pela curva W_o , e representa também o tempo que o indivíduo se encontra no desemprego na expectativa de vir a receber um melhor salário. Esta mostra também o maior salário que o trabalhador tipo receberia desde que esteja no desemprego.

Figura 6 - Duração média do desemprego.



Fonte: Sloman (1991)

Quando começa à procura de emprego, o indivíduo tem uma expectativa elevada quanto à obtenção de um bom salário, mas com o tempo vai sendo mais baixo o salário que eles aceitarão. A curva W_a representa o salário que é aceitável pelo trabalhador-tipo e evidencia que à medida que a variável tempo evolui o desempregado aceita qualquer emprego mesmo com um salário baixo.

A duração média de desemprego será T_e , isto é, o tempo que o trabalhador ficará em média no desemprego até encontrar um emprego a um salário aceitável. O indivíduo bem informados não fica no desemprego para além de T_e , momento em que o mercado não lhe oferecerá um salário mais vantajoso, podendo assim evitar chegar a

uma situação em que terá de aceitar qualquer emprego e sofrerá ainda uma penalização acrescida pelo facto de ter estado desempregado.

Assim, uma das formas para minimizar o desemprego friccional é dispor de melhor informação sobre o trabalho. Esta pode ser fornecida pelo governo (centros de emprego), por agências privadas de emprego, pelos meios de comunicação social ou, se quiséssemos aproveitar meios mais sofisticados de informação, a criação de bolsas “on line” de emprego, em que os trabalhadores e os empregadores poderiam inscrever as suas procuras de emprego e de trabalho, respectivamente. Assim teríamos como efeito atingir o pico da curva W_o mais cedo, e assim deslocar a intercepção da W_o e W_a para a esquerda, do que resultaria um mercado de emprego mais eficiente pois o desemprego friccional teria uma duração média (T_e) mais próximo de zero.

Se existirem postos efectivos de trabalho vagos, isto é, postos vagos com valor económico real (se não estiver ocupado a empresa não produz o nível de “output” desejado) o empregador perde o rendimento relativo ao posto vago. Não conseguindo ocupar um lugar vago, a empresa poderá estar a produzir um “output” inferior ao desejado, e se o tempo médio de preenchimento de um lugar (T_e) for elevado o empregador pode perder o “output” respeitante à duração desse período. Daí que o próprio empregador, nas condições indicadas, tem também vantagem em diminuir o período de espera no preenchimento de um lugar vago (desocupado por rescisão ou por criação de um lugar vago).

Do lado da procura de emprego, a perda de rendimento associada à variável tempo implica que o trabalhador, não sendo compensado no futuro por um salário mais vantajoso, enfrente o custo da espera do emprego ao salário desejado. Portanto, tanto do lado da procura como da oferta de trabalho pode haver interesse na eficiência do mercado, embora numa análise mais “macro” do lado da procura agregada os “output” perdidos possam ser utilizados por outras empresas (no caso da oferta de bens não esgotar a procura). São inegáveis, no entanto, as dificuldades de comunicação

entre os empregadores e os desempregados.

Uma explicação para o tempo de espera no desemprego é também o tempo necessário para obter o contrato (exames médicos, psicotécnicos e outros). Ainda por deficiência na informação, pode ocorrer um maior período devido à tentativa por parte da empresa de maximizar o processo de conjugação entre o lugar a ocupar e o empregado, adiando a decisão de contratação. Portanto, o tempo médio de espera (T_e) do lado da procura de trabalho parece resultar de deficiência na informação, pois a empresa, ao procurar maximizar o processo de conjugação ("matching function"), pode não estar suficientemente informada sobre o mercado e manter-se com um lugar desocupado à espera, para atingir este objectivo.

Parece, portanto, poder concluir-se que, tanto do lado da oferta de trabalho como da procura, há interesse em reduzir o tempo médio de desemprego.

2.5.2 O desemprego estrutural

Ocorre desemprego estrutural quando a estrutura da economia se altera. O emprego pode expandir-se em algumas indústrias ao mesmo tempo que noutras se reduz. Genericamente, e segundo Samuelson (1989), verifica-se este tipo de desemprego quando o padrão regional ou ocupacional de vagas por preencher não coincide com o padrão de trabalho disponível, parecendo que este autor remete para as dificuldades de conjugação entre a procura e a oferta de trabalho. Sloman (1991), apresenta uma evolução em relação ao conceito anterior pois entende que há duas grandes razões:

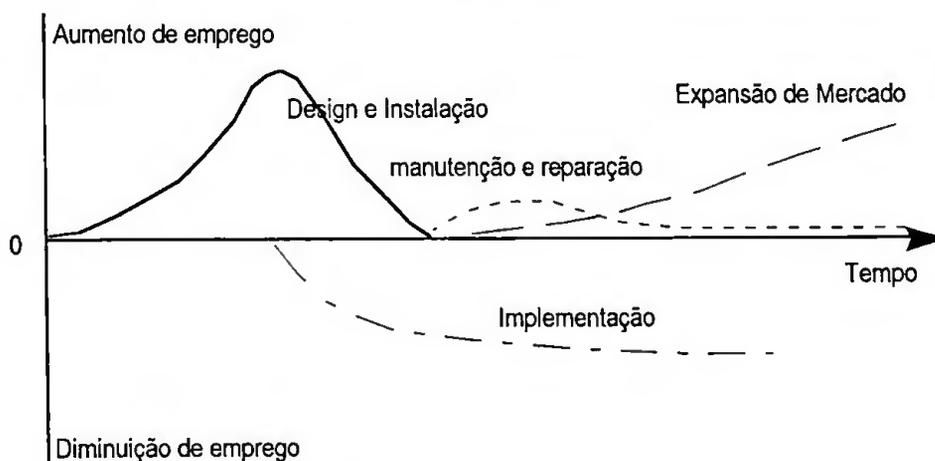
- 1) alteração do tipo de procura: algumas empresas sofrem diminuição da procura. Pode resultar da mudança das preferências dos consumidores, perdendo certos bens a actualidade, ou pode ser devido à concorrência de outras indústrias. São exemplos a deslocação da procura do consumidor do carvão para o petróleo, do telex para o telefax e das

máquinas de escrever para os computadores. Haverá então desemprego estrutural em áreas em retracção;

2) alteração nos métodos de produção (desemprego tecnológico): novas técnicas oferecem o mesmo tipo de resultado de produção com poucos trabalhadores. É conhecido como “progresso técnico”. A menos que os “output” se expanda para absorver excessos de trabalho, os indivíduos serão dispensados. Cria-se assim o desemprego tecnológico.

Segundo os defensores das alterações de tecnologia como forma de recuperar o desemprego imediato, estas alterações permitem melhorar a competitividade das empresas e daí poder vir a manter-se e mesmo a vir a ter necessidade de aumentar o nível de mão-de-obra existente antes da modificação tecnológica (Figura 7).

Figura 7 - Quatro efeitos das novas tecnologias sobre o emprego.



Fonte: Rajan e Cooke (1986)

A inovação tecnológica pode implicar desemprego friccional numa fase imediata, uma vez que os desempregados oriundos de empresas que alteraram a tecnologia podem procurar a colocação junto de empresas que usavam tecnologias que eles dominavam. Alguns, ainda nas empresas em vias de reconversão, poderão vir a ser recuperados para as novas tarefas, não passando assim ao desemprego. Outros, já no desemprego, poderão inscrever-se em programas de formação com o objectivo de poderem reingressar no mercado de emprego. Mais uma vez, a variável tempo pode



ser uma explicação para o aumento deste tipo de desemprego. Em primeiro lugar, o tempo necessário para as empresas se reconverterem, recomeçarem a laborar com novas tecnologias, mais competitivas e eventualmente com mais necessidade do factor trabalho; em segundo lugar, para realizar a reconversão dos trabalhadores afastados do emprego por desfasamento tecnológico (alteração no processo “matching function”).

O desemprego estrutural pode ocorrer por vezes regiões específicas do país, sendo então designado por desemprego regional. Está em geral relacionado com a existência de uma concentração de certo tipo de indústria em áreas específicas. Um exemplo é o declínio da indústria têxtil no norte de Portugal, que implicou altas taxas de desemprego no Vale do Ave.

O nível de desemprego estrutural depende de três factores:

- 1) grau de concentração regional da indústria: quanto maior for diversificada a economia regional, menor será o efeito causado pelo declínio de um tipo de indústria;
- 2) velocidade da adaptação da procura e da oferta na economia: quanto mais rápida for a taxa de mudança tecnológica ou a deslocação das preferências dos consumidores, mais rápida será a taxa de produção de excessos;
- 3) imobilidade do trabalho: quanto menos aptos ou menos disponíveis estão os trabalhadores para um novo emprego, mais elevado será o nível de desemprego estrutural. A imobilidade geográfica é um problema em especial para o desemprego regional; imobilidade ocupacional é um problema com o desemprego tecnológico onde a experiência anterior não é mais utilizada. A primeira está dependente de diversos factores: da cultura, da facilidade de encontrar novos alojamentos, das ocupações dos membros da família; a segunda depende das possibilidades de adaptação e de formação.

Para encontrar uma solução para o desemprego estrutural pode considerar-se duas formas de actuação: orientação do mercado e intervencionismo:

- 1) orientação do mercado: consiste em encorajar os indivíduos em “tomar uma atitude dinâmica” e procurar emprego, se necessário em outras partes do país. Requer encorajar os indivíduos a adoptar uma atitude mais positiva para a reciclagem, e se necessário aceitar alguma redução de salário;
- 2) intervencionismo: requer uma maior intervenção do governo em conciliar emprego e desemprego, nomeadamente através do subsídio de empresas que se instalem em áreas com elevado desemprego (política regional), como é o caso da instalação das linhas de montagem de automóveis no distrito de Setúbal, e a criação de esquemas que incentivem a formação profissional.

2.5.3. O desemprego sazonal

Ocorre quando a procura para certos tipos de trabalho flutua com a estação do ano. Este problema é também particularmente grave nas áreas de lazer do Algarve, onde o desemprego pode atingir elevados níveis durante o Inverno.

As políticas para reduzir emprego sazonal são semelhantes às utilizadas para o desemprego estrutural. A variável tempo pode ser explicação para este tipo de desemprego na medida em que o desempregado sazonal pode optar por um novo emprego que possa complementar a estação baixa, necessitando para isso do factor tempo para encontrar essa indústria ou essa região.

A mobilidade ocupacional ou geográfica pode vir a atenuar este tipo de desemprego. Em qualquer dos casos não basta tempo e mobilidade para encontrar emprego, é também necessário que o desempregado esteja disposto a aceitar.

A qualidade da informação pode também exercer um maior efeito catalizador

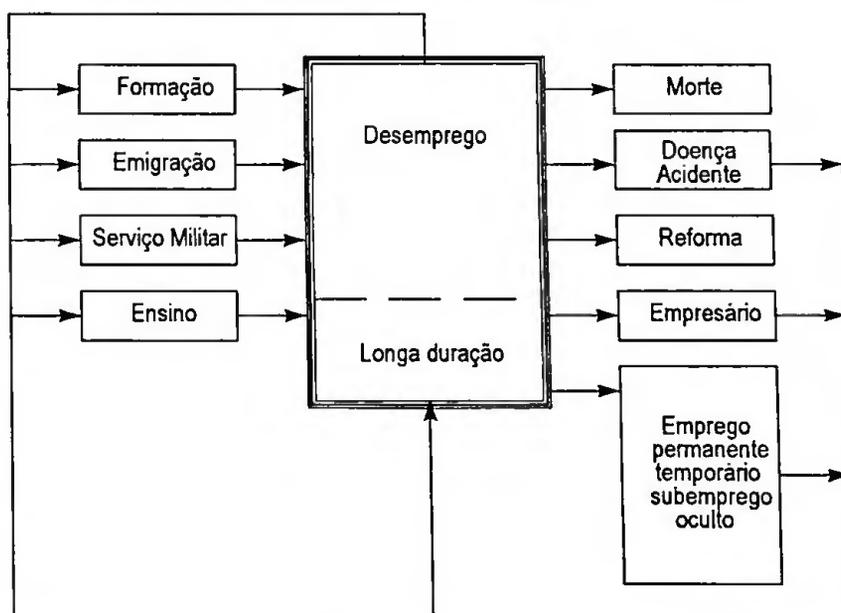
entre a oferta e a procura de trabalho. Se numa região pode ocorrer desemprego sazonal em certo tipo de actividade, mas existir procura de trabalho noutras, por deficiência na informação podem existir empregadores à procura de trabalho e desempregados à procura de emprego.

3. Os fluxos do mercado de emprego no contexto de “matching function”

Segundo Burda e Wyplosz (1990), a dificuldade em encontrar emprego consiste no facto de a criação de emprego exigir um par: um trabalhador e um novo lugar ou um lugar vago, isto é, além de existir um lugar novo ou vago é necessário que se conjugue esta necessidade de ocupação com um trabalhador com os atributos para esse lugar. É esta compatibilidade que é geralmente denominada de “matching function”, ou função de conjugação³.

A Figura 8 permite identificar os fluxos mais importantes relacionados com o desemprego.

Figura 8 - Fluxos explicativos da formação do desemprego.



Se os fluxos de entrada no desemprego são ao mesmo nível dos fluxos de saída, o stock de desemprego permanece constante, pela manutenção do nível de stock e pela permanência média do desempregado neste estado. O quadro apresentado em seguida formaliza o anterior:

³ Tradução da nossa responsabilidade

Aplicação da Gestão de Stocks aos fluxos de desemprego

$$D = DCD + DMLD$$

$$Df = DCDf + DMLDf$$

$$Sf = Si + E - S$$

$$Df = (DCDi + E - S) + (DMLDi + E - S)$$

$$Df = |DCDi + (D + \text{Empresários} + \text{Emprego} + \text{Form} + \text{Emig} + \text{SM} + \text{Ens}) -$$

$$- (M + D + R + \text{Empresários} + \text{Emprego} + \text{Form} + \text{Emig} + \text{SM} + \text{ENS} + \text{DMLD})| +$$

$$+ |DMLDi + (\text{DCP12}) - (M + D + R + \text{Empresários} + \text{Emprego} + \text{Form} + \text{Emig} + \text{SM} + \text{ENS})|$$

D = Desemprego; DCD=Desemprego Curta Duração; DMLD=Desemprego Média e Longa Duração,
Sf = Stock final; Si: Stock inicial; E= Entradas; S: Saídas; Df= Dsemprego Final; DCDi= Desemprego de Curta Duração inicial;
DMLDi= Desemprego de MD inicial
R= Reforma; Form=Formação; Ens=Ensino; SM= Serviço Militar, M=Morte; DCD12= Desemprego D/C com 12 meses

Do lado direito incluem-se os desempregados que saíram da população activa e que não se enquadram em alguma das outras situações. Certos desempregados saem temporariamente da população activa; outros saem de uma forma definitiva, isto é, ficam em definitivo afastados do mercado de trabalho. Outros ainda podem entrar directamente na população activa via emprego, sem passar pela situação de desemprego. Daí que os fluxos de entrada no desemprego podem não evidenciar a maior ou menor dinâmica do mercado de emprego, uma vez que os fluxos de entrada no desemprego podem não abranger a totalidade dos fluxos.

A contribuição de Burda e Wyplosz (1994) para a introdução da variável tempo na explicação do desemprego pode agrupar-se em duas grandes vertentes: a análise das origens do desemprego segundo a classificação já anteriormente abordada e a explicação do fluxo entre emprego e desemprego seguindo um modelo baseado na alteração dos estados. A grande inovação que Burda e Wyplosz (1994) trazem a este fenómeno decorre da introdução do factor aleatório que pode explicar a produção dos fluxos entre os diferentes estados, enquanto que nos capítulos anteriores se encaravam como fenómenos mais de natureza determinística. Estes autores analisaram os fluxos entre emprego, desemprego e população não activa, bem como a evolução dos stocks de desemprego alimentados a montante pelo emprego e pelas entradas na população activa e reduzidos pelas saídas para o emprego e para fora da população activa.

Evidencia-se no Quadro 3 a situação dos fluxos e stocks em alguns países europeus (França, Alemanha, Reino Unido e Espanha), em 1987, parecendo existir um certo equilíbrio entre os fluxos. Se a análise é quantitativamente correcta, nada nos garante que não possa existir um stock residual, isto é, a existência de desempregados que permanecem nesta situação apesar de o número de entradas no desemprego ser semelhante ao das saídas. Este stock residual reflecte uma “disciplina” na rotação que o distingue o stock de desemprego do stock de um bem normal. Um outro aspecto relaciona-se com a cobertura dos stocks existentes face aos fluxos de saída. Enquanto que em França o stock existente tem uma rotação de 1.63, isto é, tem uma rotação próxima de um ano e meio, em média, ao passo no Reino Unido é inferior, pois já se aproxima mais de uma vez por ano (1.19).

Quadro 3 - Fluxos e stocks de desemprego em 1987, em alguns países europeus
(milhões de pessoas)

	Fluxos de desemprego		
	Para o desemprego	Do desemprego	Stocks de desemprego
França	4.12	4.13	2.53
Alemanha	3.73	3.64	2.23
Reino Unido	3.03	3.48	2.91

Fonte: Burda e Wyplosz (1990)

Combinar qualificações, ocupação empresarial e local de habitação requer uma vasta informação. Os mercados de trabalho mais eficientes são os mais rápidos a funcionar, os que revelam menos tempo durante o desemprego friccional. O desemprego friccional, além de resultar da eficiência do processo na função de conjugação, depende do número de saídas de emprego e o número de lugares. Se ignorarmos os fluxos de e para o “mercado de inactivos”, o número de trabalhadores que fica desempregado (por mês/ano) representa a fracção s , dos empregos existentes (L), denominada taxa de saída. Quando o desemprego aumenta de sL trabalhadores que passam ao desemprego, diminui quando os desempregados encontram emprego. Se usarmos f para referenciar a taxa de regresso ao emprego, isto é, a fracção de

desempregados (U) que vão para o emprego, a alteração no desemprego num dado período é dado por:

$$U = sL - fU$$

Os acréscimos no desemprego (U) não provêm apenas dos fluxos de entrada de desempregados vindos do emprego (s), deduzidos dos fluxos de saída que regressam ao emprego (f). Além destes fluxos existem outros, não se podendo ignorar os fluxos de indivíduos à procura de primeiro emprego, sem qualquer experiência profissional.

Desemprego friccional, na perspectiva de Burda e Wyplosz (1994), pode ser entendido como o stock U^f do desemprego que é esperado ocorrer, mesmo se em termos normais o desemprego permanece estável. A igualdade de fluxos das entradas e saídas do desemprego ocorre quando $\Delta U = 0$), o que implica:

$$U^f = (s/f) L$$

Desemprego é como se indicou em capítulos anteriores como a proporção de desempregados na população activa ($N = L + U$). Assim a taxa de desemprego friccional é dado a partir de (1), por:

$$u^f = U^f / N = s / (s + f)$$

Ambas as taxas de saída e entrada no emprego podem ser interpretadas como probabilidades: a probabilidade s de perder um emprego estando normalmente empregado, e a probabilidade f de encontrar emprego estando desempregado. A ocorrência de desemprego friccional é mais ou menos frequente consoante as entradas e saídas no desemprego. Se o desempregado encontrar emprego resulta um fluxo de saída do desemprego, mas se um empregado perde o emprego resulta um fluxo de entrada no desemprego. Além destes fluxos, há a registar outros tipos de fluxos, mas para o desemprego apenas é relevante o das saídas para fora da população activa. Se num dado período o mais frequente são as rescisões do que as contratações, donde se os fluxos de inscritos no desemprego é superior aos anulados pode revelar um

acréscimo no desemprego friccional.

A taxa de entrada no emprego f pode depender basicamente de duas circunstâncias: da eficácia da função de conjugação; e dos incentivos de se manter desempregado. No processo de conjugação já abordado nos capítulos anteriores deduz-se que a taxa f é maior ou menor de acordo com a sua eficácia. Enquanto a primeira se pode atribuir à eficiência na informação, a segunda circunstância pode-se enquadrar numa perspectiva de desemprego voluntário (o desempregado permanece nesta situação por opção independentemente das condições do mercado).

No que respeita aos incentivos que podem levar o desempregado a optar por se manter no desemprego verifica-se que variam de país para país:

Quadro 4 - Condições de acesso ao desemprego e subsídios, em diversos países do mundo.

	Condições de acesso		Duração máxima	Assistência	Taxa de Substituição	
	Emprego	Período	Subsídio		Solteiro	Casado
Áustria	156 semanas	5 anos	30 semanas	Ilimitada	41	44
Bélgica	90 semanas	27 meses	Ilimitada		60	60
Dinamarca	(d)	3 anos	30 meses	Ilimitada	64	64
Finlândia	(d)	4 anos	2 anos	Ilimitada	59	59
França	12 meses	24 meses	30 meses	Ilimitada	59	59
Alemanha	3 anos	4 anos	12 meses	Ilimitada	58	58
Grécia	7 meses	12 meses	5 meses		50	50
Irlanda	48 semanas	1 ano	15 meses	Ilimitada	29	43
Itália	2 anos	1 ano	6 meses		15	15
Países Baixos	3 anos	5 anos	38 meses		70	70
Noruega	(d)	2 anos	80 semanas		62	62
Espanha	48 meses	48 meses	24 meses		62	80
Portugal 1						
Suécia	5 meses	12 meses	60 semanas		90	90
Suécia	5 meses	12 meses	69 semanas		90	90
Suíça	12 meses	2 anos	50 semanas		70	70
Reino Unido	11 semanas	1 ano	52 semanas	Ilimitada	16	26
EUA	20 semanas	1 ano	26 semanas		50	50

1 Portugal: os dados não se encontravam publicados no documento de referência

Fonte: OECD, Employment Outlook, Julho 1991

3.1. Seguro de desemprego e programas para o mercado de trabalho

Olhando de novo para o Quadro 4, por análise comparativa entre os sistemas de protecção praticados na UE em 1991, confirmada pela situação posterior, constata-se que:

- 1) continua a existir uma grande heterogeneidade de condições praticadas dentro da UE, o que pode contribuir para dificultar a mobilidade no mercado de trabalho na Europa e pode produzir stocks de desemprego independentes das condições de mercado;
- 2) não se verificou ainda uma convergência de sistemas de modo a vir conseguir a obter uma maior harmonização, em parte devido à dificuldade de estabelecer um sistema que não penalize os sistemas mais favoráveis nem produza custos de protecção ao desemprego insustentáveis;
- 3) continua a existir uma grande fosso entre a UE e os países mais desenvolvidos como os EUA e Japão, o que pode prejudicar a capacidade competitiva dos Europeus face aos sistemas daqueles países, podendo, na Europa, produzir desemprego pelo facto de os custos dos “output” poderem ser superiores a esses países.

A taxa de saída do emprego s tem duas componentes: estrutural e cíclica. O aspecto estrutural está ligado à facilidade com que as empresas despedem os trabalhadores. É menor em países onde existem restrições legais e sociais (como na maior parte dos países europeus) e maior em países onde os despedimentos são melhor aceites (isto é, no Reino Unido e EUA).

O aspecto cíclico é simplesmente o facto de que durante as recessões aumenta a probabilidade de perder o emprego, e assim, produz desemprego friccional. Os dois componentes da taxa de saída do emprego podem actualmente estar ligados (p. ex. no Reino Unido). Algumas regiões ou especializações podem ainda ser mais afectadas por

oscilações cíclicas do que outras e podem existir grupos de trabalhadores que apresentam maiores taxas de saídas do emprego para o desemprego, portanto com maior peso friccional e provavelmente maiores taxas de desemprego.

A taxa de obtenção de emprego f depende da forma como o desempregado se empenhou na procura de trabalho, quantos novos postos de trabalho estão disponíveis, e qual o grau de facilidade de aproveitar uma oportunidade. O objectivo fundamental do seguro de desemprego é proteger o capital humano contra mudanças prematuras no nível das ocupações nas empresas, em resposta à perda involuntária de emprego. Adicionalmente, porque o desemprego provoca muitas das vezes traumas pessoais, os subsídios de desemprego ou apoio assistencial podem reflectir uma maior percepção das necessidades pela solidariedade e consciência social. O Quadro 4 mostra como varia o subsídio de desemprego de país para país, com respeito a critérios de atribuição, substituição de rendimento, e período de urgência.

Ao mesmo tempo, os subsídios de desemprego podem ter efeitos adversos. Podem encorajar os trabalhadores desempregados de indústrias em declínio a esperar pela sua recuperação em lugar de serem reciclados e mudar de sector. Também actuam como um desincentivo para procurar um posto de trabalho, ou como um incentivo para não ser um “desempregado activo à procura de emprego”. Se os subsídios forem aliciantes para o desempregado, e particularmente se forem duradouros, alguns desempregados podem preferir subsidiar o lazer. Isto é particularmente verdade para os subsidiados com baixos valores.

Como se pode verificar no Quadro 5 há uma tendência evidente para os indivíduos se manterem desempregados mais tempo em países onde os subsídios de desemprego são elevados ou sendo pagos durante longos períodos. Logo que a taxa de obtenção de emprego decresce, o desemprego friccional aumenta. Isto evidencia a existência de um “trade-off” adverso entre o aspecto social e a eficiência na economia, isto é, a partir de determinado nível de prestação social o aspecto económico fica

prejudicado. A título de exemplo Sloman (1990) assinala como a mundialmente aclamada segurança escandinava não obteve sucesso na redistribuição com o “trade-off”, uma vez que continua a apresentar taxas elevadas de desemprego apesar das elevadas taxas de protecção. A Dinamarca, por exemplo, apresenta a maior fatia do PIB a subsidiar o desemprego (4.8%) e apresenta uma das taxas mais elevadas de desemprego (8.4%), enquanto que a Europa ocidental apesar de apresentar uma taxa de desemprego ligeiramente mais elevada (9.8%) não parece subsidiar esta situação na mesma proporção (2.5% do PIB).

Quadro 5 - Despesas do Programa Escandinavo para o Mercado do Trabalho (% do PIB).

	Dinamarca	Finlândia	Noruega	Suécia	Europa Ocidental
Formação	0.5	0.3	0.1	0.5	0.2
Apoio à Juventude	0.2	0.0	0.0	0.2	0.2
Criação directa de trabalho	0.0	0.4	0.1	0.3	0.2
Total dos programas activos	0.7	0.7	0.2	1.0	0.5
Subsídios ao Desemprego	2.8	0.9	0.4	0.7	1.6
Reforma antecipada	1.2	0.6	0.0	0.1	0.3
Seguro total	4.1	1.5	0.4	0.8	1.9
Total	4.8	2.2	0.6	1.8	2.5
Desemprego médio anual	8.4	5.0	2.5	2.3	9.8

Fonte: Calmfors e Nymoem (1990); OECD, Economic Outlook

3.2. Fluxos brutos de trabalhadores e de postos de trabalho

A reflexão de Burda e Wyplosz (1994) refere que, segundo a doutrina convencional, o alto e persistente desemprego na Europa reflecte uma actividade económica insuficiente, uma estagnação no mercado de trabalho, ou ambas. O Quadro 6 revela que, em 1987, um ano médio no último ciclo económico, os centros de emprego em França apresentavam 4.1 milhões de novos casos de desemprego, ou seja, 340 000 por mês, enquanto que o número médio de desempregos era apenas de 2.7 milhões. Todos os meses o equivalente aproximado de 1.7% da força de trabalho em França passava pelo estado de desemprego.

A imagem é semelhante na Alemanha, Espanha e Reino Unido. Mesmo

quando comparado com os mercados de trabalho dos Estados Unidos e Japão, os mercados de trabalho na Europa estão longe da estabilidade. São caracterizados por um largo número de fluxos entre emprego, desemprego e inactividade.

Quadro 6 - Fluxos brutos do mercado de trabalho em 1987, em alguns países do mundo.

(milhares)

País	Desemprego			Emprego		
	Fluxos de entrada	Fluxos de saída	Stock médio	Fluxos de entrada	Fluxos de saída	Stock médio
França	4.115	4.128	2.728	4.528	4.814	15.685
Alemanha	3.726	3.636	2.497	6.046	5.811	27.070
Espanha	6.473	6.213	2.924	ND	ND	ND
Reino Unido	3.032	3.478	2.696	1.680	1.694	25.641
EUA	19.770	20.227	8.312	27.077	28.432	107.150
Japão	2.041	2.015	1.732	5.515	5.132	59.110

Os dados dos EUA e Japão são baseados em inquéritos sobre o mercado de trabalho e portanto não são directamente comparáveis com os dados Europeus. Os dados dos EUA referem-se a 1985. Para a França, os fluxos de emprego incluem emprego para recolocação no emprego.

Fontes: França: Ministère du Travail; Alemanha: Bundesanstalt für Arbeit; Espanha: Banco de España; REINO UNIDO: Employment Gazette; EUA: Dados fornecidos por J. Abowd; Japão: Ministry of Labor; Stocks de Emprego: OCDE.

Os resultados que resultam do estudo sobre os fluxos do trabalho bruto desafiam a macroeconomia convencional. Uma vasta classe de teorias de ciclos económicos assumem que os fluxos do desemprego para o emprego cresce durante uma recuperação, enquanto que os fluxos do emprego para o desemprego são a força motora por detrás do aumento do desemprego total durante a recessão. No entanto, segundo Burda e Wyplosz, os dados de todos os países examinados indicam que as recessões estão associadas com os aumentos nos fluxos brutos para o desemprego. Mesmo a maior parte das recentes saídas para o desemprego representa mais “candidatos a emprego” do que saídas da força de trabalho.

Em seguida Burda Wyplosz (1994), propõem-se explicar os factos em termos de função de conjugação, apresentando o “puzzle” dos fluxos dos trabalhadores, e apresentam estimativas de conjugação de funções para os quatro países europeus. A função de conjugação é capaz de explicar o padrão dos fluxos de saída e como o stock

de desemprego aumenta relativamente rápido nas recessões.

Para entender o desemprego, os autores focaram a atenção nos fluxos de e para o desemprego, e respectivamente donde e para onde os indivíduos se deslocam.

Segundo Burda e Wyplosz (1994) o comportamento dos fluxos brutos de desemprego em dado momento, surpreendentemente aberrante, é evidenciado através de séries temporais dos fluxos anuais de desemprego normalizadas pela força de trabalho em França, Alemanha, Espanha e Reino Unido. Em todos os quatro países, os fluxos de entrada e de saída do desemprego movem-se notavelmente em sintonia, tanto no ciclo como a longo prazo: por exemplo na Alemanha, a correlação entre os fluxos de entrada e de saída é de 0.92. Segundo estes autores esta característica não é partilhada pelos fluxos de entrada e de saída do emprego ou de entrada e saída da força de trabalho. Isto é de certo modo implícito desde que os fluxos sejam elevados em relação aos stocks; pequenos desvios entre tais fluxos elevados implica movimentos despercebidos no desemprego.

Os fluxos de entrada no desemprego são conhecidos por serem contra cíclicos. A existência de uma alta correlação entre os fluxos de entrada e de saída implica, no entanto, que os fluxos de saída do desemprego sejam também contracíclicos. Verifica-se assim a existência de uma relação uniformemente contracíclica. O suporte estatístico para uma constatação deste facto é feita por Burda e Wyplosz (1994) relativamente à taxa de utilização, com elasticidades mais fortes na Alemanha, França e Espanha e mais fracas no Japão, nos EUA e Reino Unido. Em qualquer destes países, tanto os fluxos de entrada e saída no desemprego são uniformemente contracíclicos.

3.3. Fluxos de desemprego: donde e para onde

Não é cientificamente aceite que os fluxos brutos de saída do desemprego aumentem nas recessões, e decresçam nas retomas, pois os movimentos de intercepção e de afastamento podem ocultar diferentes comportamentos dos

indivíduos: isto é, podem existir movimentos nos fluxos que sejam contracíclicos devido a ocorrerem movimentos paralelos aos fluxos verificados. Por exemplo, o acréscimo nos fluxos de saída do desemprego durante uma recessão pode corresponder a trabalhadores desempregados desencorajados que se auto-excluem da força de trabalho.

Similarmente, o declínio nos fluxos de entrada no desemprego durante uma fase de expansão do ciclo pode reflectir o facto de trabalhadores, ao juntar-se à força de trabalho, vão directamente para o emprego, em vez de transitar pelo desemprego. Surpreendentemente, Burda e Wiplosz (1994) verificaram que na Europa, em 1987, o número absoluto de trabalhadores desempregados que saem do desemprego para o emprego é mais elevado durante as recessões do que nas expansões, o que pode enquadrar um tipo de fluxos diferente do considerado na doutrina convencional.

Os fluxos de entrada no desemprego indiciam saídas do emprego (rescisões), entradas ou reentradas na população activa. Os fluxos de saída do desemprego indicam as saídas para o emprego (contratações) ou as saídas da população activa. Os dados detalhados disponíveis para França e Alemanha indicam que ambos os fluxos são curiosamente contracíclicos. Assim, nas expansões decresce o número de indivíduos que vai para o desemprego não apenas porque as rescisões são mais reduzidas, mas também porque decrescem os fluxos de saídas da força de trabalho.

Tal como está bem provado para os EUA, Akerlot (1988), citado por Burda e Wiplosz (1994), afirma que os despedimentos são contracíclicos (aumentam nas recessões/diminuem nas retomas) enquanto que as saídas de emprego são procíclicas (aumentam nas retomas/diminuem nas recessões).

Em França, onde há disponibilidade de dados, as saídas para o desemprego são compensadas pelas saídas para outros empregos e as saídas da população activa e representam a componente mais reduzida do fluxo de entrada no desemprego.

No que toca às saídas do desemprego, estas podem ser tanto para o emprego como saídas da população activa, incluindo o efeito de “trabalhador desencorajado”: o trabalhador desempregado que, ao abandonar a procura de emprego, se auto-exclui do conceito de população activa, citando os autores Perry (1977) e Clark e Summers (1979). A distinção entre estas duas interpretações dos fluxos é importante, determinando como os mercados de trabalho são vistos como eficientes na perspectiva da primeira interpretação (saídas do desemprego para o emprego), e ineficientes sob a segunda (saídas do desemprego por efeito da saída da população activa).

Na realidade, as saídas do desemprego para o emprego, verificadas pelos dados europeus, são superiores às saídas da população activa; a maior parte que deixa o emprego, na realidade, fazem-no porque conseguiram um emprego. Na França e na Alemanha, a fracção de fluxos de saída atribuídos a um novo emprego é relativamente constante no ciclo (na Alemanha, cerca de 60-70%).

Os dados verificados para a Alemanha mostram que os comportamentos contracíclicos dos fluxos de saída do desemprego reflectem primariamente os trabalhadores desempregados que se transferem para o emprego. Mais genericamente, a relativa estabilidade dos stocks de emprego e da população activa face a estes três enormes fluxos tomam implausível a hipótese de que estas saídas são simplesmente de trabalhadores que abandonam a população activa. Os autores constataram ainda existir uma situação idêntica nos EUA e Japão.

3.4. Outros fluxos

Os dados respeitantes aos quatro países analisados pelos autores revelaram que os fluxos de entrada no emprego são de um modo geral procíclicos, isto é aumentam com as retomas, mas o mesmo já os autores não verificaram para os fluxos de saída do emprego, pois os dados revelaram-se serem menos consistentes com o ciclo. Mesmo na eventualidade de se aceitar que os fluxos entre o emprego e o desemprego sejam

contracíclicos, estes podem ser compensados pelos fluxos procíclicos entre emprego e população inactiva e pelos fluxos entre emprego e desemprego.

A título de exemplo, os autores indicam que, durante uma expansão, alguns trabalhadores forem despedidos e alguns desempregados voltaram ao emprego, mas bastantes trabalhadores mudaram directamente de emprego sem passar pelo desemprego. Por outro lado, as entradas directas na população activa ocorreram mais frequentemente através do emprego (caso dos jovens que ingressam na população activa através da entrada directa no emprego) do que pelo desemprego, enquanto que alguns trabalhadores empregados saíram da população activa, possivelmente por a necessidade de segundo rendimento ter diminuído nesse momento.

Segundo os autores, baseados nos dados verificados para a Alemanha, o total dos fluxos brutos de saída da população activa não mostra qualquer marca cíclica. Os fluxos entre a população inactiva e emprego revelam-se procíclicos enquanto que (mas mais reduzidos) os fluxos entre a população inactiva e desemprego são contracíclicos. Durante a expansão, os movimentos de entrada e de saída da população activa tendem a ocorrer mais directamente através do emprego do que através do desemprego.

3.5. Desafios à teoria económica e à explicação do “puzzle” dos fluxos de trabalho

Burda e Wyplosz (1994) indicam que os dados empíricos identificados na última secção parecem desafiar a doutrina convencional, assumindo que os ciclos económicos afectam primariamente o mercado de trabalho pelos movimentos ao longo da procura derivada de trabalho. Neste aspecto, os fluxos de saída do desemprego são procíclicos, enquanto os fluxos de entrada no desemprego são contracíclicos.

O mais assinalável dos factos em discussão é que, em termos agregados, ambos despedimentos e contratações aumentam nas recessões. O “puzzle” pode ser explicado se aceitarmos que algumas empresas despeçam trabalhadores nas recessões enquanto fazem contratações.

Uma outra possibilidade é que a mesma empresa possa efectuar simultaneamente despedimentos e contratações, podendo este fenómeno resultar da heterogeneidade dos trabalhadores. Esta heterogeneidade pode ser evidenciada nas diversidade das idades e na qualificação dos trabalhadores, capital humano, e outras características. Uma implicação desta observação é que certas perdas de emprego podem reflectir diferenças significativas nas probabilidades de saída. Uma outra implicação é que as empresas podem explorar esta heterogeneidade para melhorar a qualidade média da sua força de trabalho, através dos despedimentos e contratação nas recessões, quando o custo de oportunidade desta decisão é mais baixo.

Os autores indicam que, citando Saint-Paul (1991), a uma dada taxa de obtenção de emprego, é verdade que um acréscimo nos fluxos de entrada no desemprego aumenta o nível de desemprego, resultando num aumento nos seus fluxos de saída. Por outro lado, não é possível usar a alta correlação entre os fluxos do desemprego como explicação para o alto stock de desemprego. A dificuldade com este argumento é que a taxa de obtenção (ou aleatória) de emprego cai sistematicamente nas recessões. Os dados sugerem que os fluxos de saída aumentam mas, menos que proporcionalmente que o stock, portanto a taxa de obtenção de emprego é procíclica enquanto que os fluxos de saída são contracíclicos.

Economistas do trabalho propuseram soluções de “matching function” como um dos modos de ligar a aleatoriedade da taxa de obtenção de emprego com as condições do mercado de trabalho, de forma a explicar o processo pelo qual trabalhadores e empregos encontram formas de relação de emprego. A expressão apresentada em seguida associa o stock de desemprego (U) e os lugares vagos (V) com o um fluxo (O) de novos empregos “match”:

$$O = x(U, V)$$

Numa fase de recessão, o processo de conjugação revela-se menos eficiente

segundo a perspectiva dos trabalhadores, devido ao congestionamento de trabalhadores desempregados. Em contraste, revela-se mais eficiente segundo a perspectiva dos empregadores, que se defrontam com mais candidatos potenciais. Se considerarmos separadamente o acaso, a probabilidade de colocação é positivamente relacionada com a abundância de lugares. Então, o processo de conjugação descrito é em princípio capaz de explicar os comportamentos observados das saídas de desemprego.

Para os objectivos que Burda e Wyplosz (1994) pretendem estudar, a existência de funções de conjugação é um teste de hipótese implícito em que o stock de desemprego total afecta as relações de uma forma suficientemente forte para explicar o acréscimo nos fluxos de saída durante as recessões. Em princípio pode constatar-se que para os quatro países abrangidos pela investigação (França, Alemanha, Reino Unido e Espanha), estes geralmente indicam que o puzzle do fluxo de trabalho pode ser explicado pelo funcionamento da “caixa negra” da “matching function” agregada. Isto revela que a função de conjugação contribui para a dinâmica do desemprego. No entanto, como será aprofundado por estas autores, lugares vagos são a condição necessária mas não suficiente para gerar emprego.

Com base nos pressupostos anteriores, Burda e Wyplosz (1994) propõem um modelo que estabelece como princípio que a criação de postos de trabalho é onerosa e que, portanto, a recolocação de trabalhadores pode ser preferível à eliminação de postos de trabalho se esse mesmo lugar tiver valor económico. Contudo, esta decisão dependerá da avaliação relativa de emprego (lugares preenchidos) *versus* vagos (postos existentes desocupados e criação prevista de lugares).

Secundariamente deve-se manter a noção, actualmente comum na literatura, que a conjugação é uma condição prévia para a criação de postos de trabalho. O modelo no entanto estabelece uma distinção crucial entre vaga correspondente a uma posição existente (lugares vagos) e aquela para os quais um posto de trabalho tem

contudo de ser criado (lugares previstos). Na Figura 9, o modelo que os autores propõem estabelece uma clara distinção entre a criação de lugares e a recolocação de trabalhadores, o que é relatado com dois tipos de vagas no modelo: emprego (e) é o número total de trabalhadores em relação ao emprego; lugares ($j \geq e$) igualiza emprego mais lugares não preenchidos; vagas (v) podem ser tanto lugares vagos ($j - e$) ou posições previstas ($v - (j - e)$). O desemprego e o emprego (lugares ocupados totalizam a população activa.

Admitindo que cada empresa emprega um trabalhador para produzir um "output" y , isto é, um determinado rendimento (o que nem sempre é possível valorizar, devido por exemplo aos postos não produtivos) e que a dimensão da força de trabalho é fixada e normalizada à unidade, as vagas estabelecidas pelas empresas (v) e os trabalhadores desempregados (u) não se podem conjugar sem que ocorram esses custos. Eles articulam-se de acordo com a função de conjugação, em que os autores admitem que: $x_1/T_1 > 0$, $x_2 > 0$, $x_{11} < 0$, $x_{22} < 0$, $x_{12} < 0$, e $x_{11} x_{22} - (x_{12})^2 = 0$ (retornos constantes à escala).

Para uma dada empresa há três hipóteses possíveis de actividade económica:

- 1) produzir com um trabalhador (tratando-se portanto de um lugar preenchido);
- 2) procurar um trabalhador para preencher um lugar vago de emprego (existe um lugar para preencher);
- 3) "ter simplesmente a ideia", sem ter efectuado qualquer desembolso para criar o lugar (um lugar previsto).

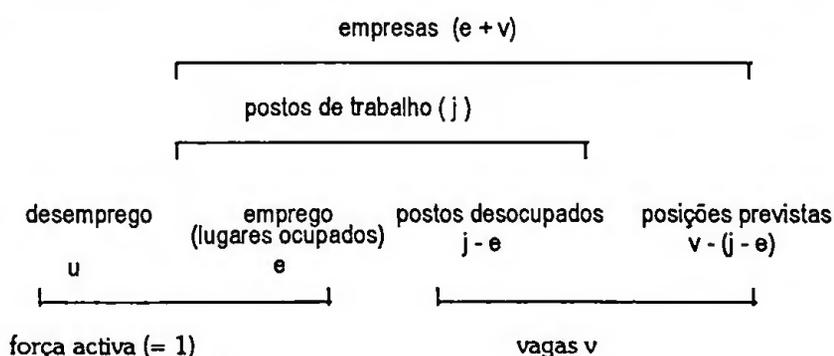
A totalidade das firmas nos dois últimos estados constitui o stock de vagas (r), que pode ser o mercado dos anúncios para as agências de emprego ou para a imprensa local.

Sob retornos constantes na conjugação "matching function", os autores consideram que a taxa de contratação ou de admissão à qual as vagas são preenchidas

é dada por $h(\theta) \equiv x/v = x(\theta - 1, 1)$, onde θ é o rácio vaga/emprego v/u . A taxa de obtenção de emprego na perspectiva do desempregado é $f(\theta) \equiv x/u = \theta h$, isto é, depende do número de lugares e do inverso do número de desempregados. É proporcional à existência de oportunidades reveladas pelo número de lugares, mas inversamente proporcional ao número de desempregados concorrentes a esse lugar (note-se que $h' < 0$ e $f' > 0$).

Emprego pressupõe a existência de postos de trabalho, que já existem ou são criados quando ocorre a conjugação ao custo fixo de criação de emprego K . Os lugares ou postos de trabalho continuam a existir até à sua destruição, o que ocorre a cada instante com a probabilidade δ . Este acontecimento pode acontecer, seja como depreciação ou obsolescência. Ao mesmo tempo, a “matching function” empresa - empregado pode alterar-se, ou mesmo correr mal, com a probabilidade s . Isto pode acontecer embora como uma fonte de conjugação específica da heterogeneidade, independente da destruição do lugar de trabalho. Na realidade, estas rescisões correspondem a outras saídas ou despedimento de um trabalhador sem intenção de extinguir o posto de trabalho. Para o propósito em estudo, esta probabilidade é exógena, mas plausível, dependendo das condições económicas.

Figura 9 - Estados para trabalhadores e empresas no modelo Burda e Wyplosz.



Fonte: Burda e Wyplosz, O. Cit

Sendo J , V^o e V^e os valores do capital da empresa correspondentes aos dos estados em que haja um lugar ocupado, um lugar vago, e uma posição prevista,

respectivamente, e sendo y o valor do produto correspondente a um trabalhador, w o salário pago ao trabalhador, e r a taxa real de juro, para empresas neutras ao risco, as três valorações obedecem às seguintes expressões:

$$rJ = y - w + \delta(V^c - J) + (1 - \delta)s(V^h - J) + J$$

$$rV^h = \delta(V^c - V^h) + (1 - \delta)h(J - V^h) + V^h$$

$$rV^c = h(J - V^c - K) + V^c$$

As três equações estabelecem que, a qualquer momento, a taxa de retorno instantânea do capital igualiza o seu custo de oportunidade. Na primeira equação, o retorno de manter um trabalhador no seu posto de trabalho (retorno normal medido pelo factor tempo actualizado à taxa de juro) equaliza o total do lucro corrente operacional, o próprio ganho de capital na operação, e o valor esperado de duas perdas potenciais de capital: o primeiro se o lugar é eliminado, o segundo se o lugar se mantém mas a relação empregador - trabalhador torna-se difícil.

Neste último caso a perda de capital é mais baixa desde que o próprio lugar (custoso de substituir) sobreviva. Na segunda equação, o retorno instantâneo igualiza o perda esperada de capital pela obsolescência acrescida do ganho de capital esperado, o qual ocorre se o lugar não é destruído e preenchido naquele instante, mais o ganho do próprio capital. Na última equação, o retorno corrente da posição prevista é simplesmente o produto da taxa de contratação pelo ganho de capital da criação de lugares, resultado líquido do custo de uma única criação de lugar, mais a própria avaliação.

Quando um trabalhador desempregado e uma empresa com um lugar vago se encontram há excessos para ser partilhados, e esta função de partilha é estabelecida no salário. O salário aqui assumido pode ser determinado por:

$$w = yw(\theta) \text{ com } w' > 0, 0 < w < \frac{y - [r + \delta + (1 - \delta)s]k}{y}$$

aqui se assume que w é determinado pela parte disponível para o trabalho, enquanto o capital, na produção, ganha um rendimento normal na produção.

O objectivo primário do modelo é estudar a dinâmica dos postos de trabalho j (quer preenchidos quer vagos) tal como o emprego e . A criação bruta de postos de trabalho é assumida como igual à parte do total da conjugações representado pela parte das posições potenciais no total das vagas, assim o stock líquido dos postos de trabalho evolui:

$$\dot{j} = [(v - (j - e)) / v]x - \delta j$$

O ponto no j significa a diferenciação em relação ao tempo. O emprego através da conjugação de vagas e desemprego, líquidas de todas as rescisões, evolui conforme:

$$\dot{e} = x(1 - e.v) - [\delta + (1 - \delta)s]e = \theta h(\theta) - [\delta + (1 - \delta)s + \theta h(\theta)]e$$

Para um dado θ , o sistema dinâmico bidimensional em e e j dado por (10) e (11) é globalmente estável, sendo o estado estacionário dado por:

$$\bar{e} = \frac{\theta h(\theta)}{\delta(1 - \delta)s + \theta h(\theta)'}$$

$$\bar{j} = \left[1 + \frac{(1 - \delta)s}{\delta + h(\theta)'} \right]$$

Sendo $e < j$. De notar que j/e é uma função positiva de θ , os mercados mais fechados são os maiores em stocks de postos de trabalho que não são preenchidos a qualquer instante relativo.

Os autores consideram o efeito de um declínio de y , (um decréscimo na procura ou um choque negativo na produtividade). donde resulta que $\theta = v/u$ deve cair para um outro valor, θ' .

Segundo os autores, o declínio de θ é então associado com os seguintes quatro casos alternativos, que se consideram ordenados por importância crescente:

-
- 1) $\theta > (j - e)/(1 - e)$. Eliminação de lugares previstos: neste caso as empresas cancelam simplesmente o recurso às agências de emprego pois não existe justificação para a sua intervenção. O stock de lugares e de emprego são desafectados no momento do choque: o ajustamento ao novo valor estável de j e e ocorre através da perda natural, os fluxos de trabalhadores e de postos de trabalho movem-se em direcções opostas; fluxos de entrada e eliminação de postos de trabalho declinam monotonicamente e os fluxos de saída e a criação de postos de trabalho saltam para baixo, crescendo em seguida;
- 2) $\theta < (j - e)/(1 - e)$, $V_h < J - V_h$. Fecho de postos de trabalho desocupados: segundo o choque, o valor do fecho de um lugar desocupado $V_h - V_c = V_h$ é inferior à perda de capital associado com os despedimentos ($J - V_h$); j salta discretamente para baixo para certo valor de $j' > e$, e a convergência ocorre através do atrito, a repercussão para os fluxos é um salto crescente na destruição de postos de trabalho (correspondendo a lugares desocupados) sem efeito imediato sobre o desemprego; os fluxos dos trabalhadores seguem o exemplo do caso 1;
- 3) $\theta < (j - e)/(1 - e)$, $V_h > J - V_h$, $j > 1$. Despedimentos: aqui o valor do capital de abrir postos de trabalho excede a perda de capital associado ao despedimento. Assim e mais do que j declina descontinuadamente; a taxa de desemprego aumenta discretamente sob o impacto. A condição $j > 1$ assegura que a redução de e reduz θ . Enquanto j é mais baixo no estado estacionário, o seu ajustamento é obtido unicamente através da perda;
- 4) $\theta < (j - e)/(1 - e)$, $V_h > J - V_h$, $j < 1$. Destruição de lugares ocupados: neste caso, o valor dos lugares existentes excede a perda de capital associada ao despedimento, mas despedimentos isolados aumentam
-

actualmente, mais do que reduzem θ . Para θ declinar, ambos j e e devem saltar para baixo, após o que convergem no seu nível de longo prazo. A taxa de desemprego sobe instantaneamente, o que possibilita um acréscimo no número de conjugações.

Segundo os autores, esta abordagem começa como um “puzzle”: como podem aqueles fluxos brutos de trabalho tão amplos e contracíclicos, dominar os movimentos líquidos nos stocks? E porque parece que se juntam enquanto as medidas brutas de criação de postos de trabalho e destruição de lugares se movem em direcções contrárias? Termina com a resolução do “puzzle” baseado no pressuposto de que saídas para o desemprego podem ser representados pelos retornos das “matching functions” não crescentes numa visão equilibrada da importância relativa dos fluxos dos trabalhadores e de postos de trabalho.

Mesmo que tratados teoricamente, quaisquer dos resultados necessitam de investigação adicional, e a das funções de conjugação estão ainda a oferecer grandes potencialidades. Hosios (1990) mostrou quanto a “matching function” pode explicar as variáveis no processo económico. Contudo, a natureza exacta da desconjugação mantêm-se inexplorada. Os resultados aqui apresentados apontam para a necessidade de endereçar a heterogeneidade explícita aos trabalhadores e empresas nos modelos agregativos.

Tal como melhores empresas, nas recessões, podem vir a substituir as mais fracas, os empregadores podem vir a aproveitar para melhorar a qualidade da suas equipas de trabalho expurgando-as das más conjugações durante as recessões e assim conseguir melhores trabalhadores de um maior número de desempregados. O modelo Burda e Wyplosz (1994) representa a primeira tentativa para distinguir entre postos de trabalho e emprego. Uma maior e explícita incorporação do conceito de custo de oportunidade aproximada ao ciclo económico parece poder vir a enriquecer o conhecimento destes fenómenos.

As críticas ao documento preparado por Burda e Wyplosz (1994) revestem-se para Abowd (1994) de dois significados. Este autor começa por questionar a tónica com que Burda e Wyplosz (1994) enfatizam demasiado a função dos fluxos brutos não conferindo muita atenção à importância das taxas de transição que seria segundo Abowd a parametrização mais natural sob o ponto de vista económico, e termina criticando a opção que Burda e Wyplosz (1994) tomaram em focar com demasiado ênfase a integração do trabalhador e os fluxos de trabalho, o que torna difícil ligar o modelo Burda e Wyplosz (1994) baseado em muitos modelos micro-heterogéneos directamente com os fluxos agregados. Consequentemente, Abowd espera que a estrutura do modelo de Burda e Wyplosz (1994) venha ainda a suscitar uma análise empírica mais profunda.

Na sua tese, Abowd entende que, quanto ao aspecto do demasiado enfoque nas questões dos fluxos, mesmo pensando que a taxa de saída do desemprego seja mais baixa durante a recessão, o aumento no stock acumulado de trabalhadores desempregados, mais do que compensa esta redução da taxa de saída, pelo que o fluxo bruto dos trabalhadores do desemprego para o emprego aumenta durante as recessões. Este fenómeno pode ser explicado pela acumulação de trabalhadores no desemprego durante a recessão, aumentando a taxa de transição do emprego e diminuindo a taxa em sentido inverso.

Abowd questiona ainda na sua tese que seria mais razoável perguntar onde os trabalhadores que saíram do desemprego durante a recessão vão encontrar postos de trabalho e se a eliminação bruta de postos aumenta ao mesmo tempo. Na sua opinião, esta questão não é mais “puzzling” nas recessões do que nos crescimentos. Claro que Abowd não poderia deixar de questionar a qualidade dos dados em particular quando o contexto económico se altera.

Para (1994), existem três pontos a abordar: terão os dados nos transmitido realmente o que Burda e Wyplosz (1994) reivindicavam? Se assim é, é o padrão

contracíclico de facto um puzzle? Franz faz um comentário sobre o modelo teórico dos fluxos de emprego e de trabalhadores.

Franz entende que a heterogeneidade é a maior atracção do documento de Burda e Wyplosz (1994): afirma que estes autores têm o direito de fixar o modelo de fluxos brutos teórico de trabalhadores e postos de trabalho. No entanto, há que realçar o facto de que o modelo afinal não toma muito em conta a heterogeneidade. Burda e Wyplosz (1994) não corresponderam completamente à expectativa criada na introdução de nomeadamente desmistificar o conceito de “agente representativo”. Isto é, todas as taxas de transição são constantes no modelo implicando isso homogeneidade para todos os agentes. A equação de salários poderia ainda talvez distinguir se o posto de trabalho é ou não existente, que significa se o custo do capital fixo K tenha sido pago entretanto.

Finalmente, Franz questiona o comportamento injustificado dos fluxos de saída ser sem dúvida devido a um importante incremento autónomo na taxa de destruição de postos de trabalho. Por isso, as vagas diminuem substancialmente e isso causa quedas nas conjugações apesar do aumento nas pessoas desempregadas. A maior desvantagem do modelo é que, a fim de produzir fluxos de saída contracíclicos, os autores têm que assumir quase “ad hoc” que a taxa de separação para postos de trabalho têm que se mover contracíclicamente. Apresentam argumentos mais ou menos plausíveis porque é isso o que pode acontecer, mas são inexplicavelmente silenciosos sobre contra-argumentos. Segundo Franz (1994), aqueles autores escreveram um estimulante mas incompleto documento.

4. O desemprego em Portugal

4.1. O desemprego a nível nacional

A origem do fenómeno do desemprego em Portugal segundo Rodrigues (1991), deve-se à conjugação num dado período de cinco tipos de fluxos:

- 1) desmobilização de cerca de 90 000 homens do contingente militar durante 1975-76;
- 2) o regresso massivo dos repatriados, estimados em cerca de 600 000 indivíduos, durante 1975-76;
- 3) a travagem dos fluxos de emigração, a partir de 1974;
- 4) uma nítida aceleração da entrada das mulheres na população activa, em prejuízo da população inactiva (entre 1971 e 81 o peso relativo das “domésticas” passou de 74.4% para 41.3%);
- 5) a deriva da cobertura escolar, nomeadamente a sua incapacidade de fazer face aos problemas de inserção profissional dos jovens.

No entanto, e no entender de MJR#, o agravamento do desemprego foi travado pelos seguintes componentes:

- 1) o progressivo envelhecimento da população, não apenas pelo topo mas também pela base, o que alivia a pressão das gerações mais jovens sobre a expansão da população activa;
- 2) a extensão da escolaridade, que atrasa a entrada dos jovens na vida activa;
- 3) a extensão da protecção social ao conjunto da população idosa, permitindo acelerar o seu retorno à inactividade.

O desemprego sofreria o impacto de outras circunstâncias que lhe alteraram a dimensão e o perfil:

1) a terciarização da economia, em prejuízo do desmantelamento da agricultura tradicional produz um desemprego estrutural (Mateus, 2000) abordar “os ajustamentos estruturais existentes para Portugal” destaca que a agricultura - tal como - num quadro mais geral, todas as actividades primárias - “conheceu durante a primeira fase de adesão à Comunidade Europeia, uma reestruturação relativamente desordenada com quebras acentuadas... do emprego”).

2) o fecho de muitas empresas e a destruição de postos de trabalho pela globalização da economia, produzindo simultaneamente desemprego conjuntural e algum estrutural. (Mateus, “em termos regionais verifica-se que as grandes regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, no que diz respeito ao número de empresas e ao nível de emprego, apresentam taxas médias de crescimento anual inferiores à média do país”) o desemprego a verificar-se é de natureza vincadamente conjuntural, uma vez que pela análise do quadro seguinte não se detecta alterações sensíveis à estrutura regional das empresas e do emprego

Quadro 7 - Estrutura regional das empresas e do emprego por regiões.

%

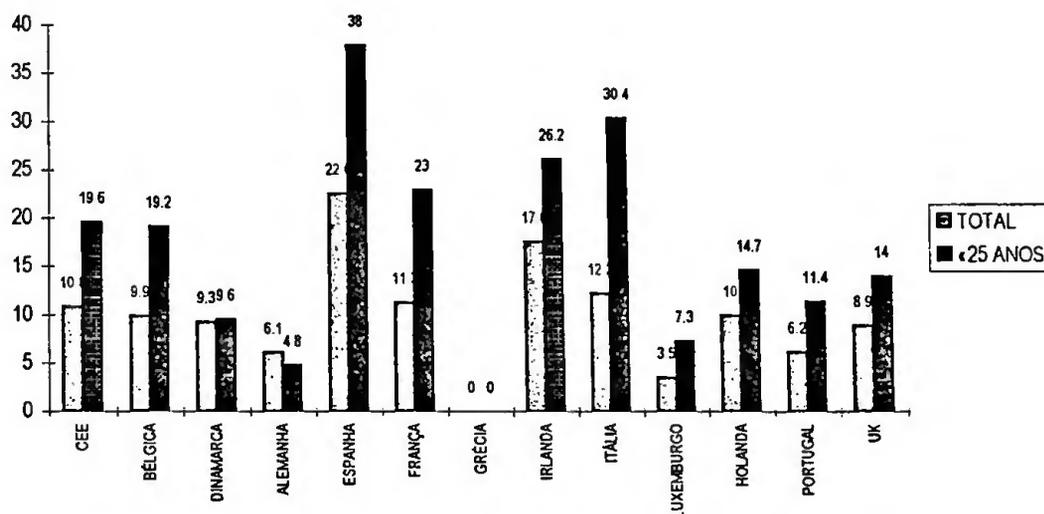
	Empresas						Emprego					
	Indústria		Construção		Serviços		Indústria		Construção		Serviços	
	82.0	92.0	82.0	92.0	82.0	92.0	82.0	92.0	82.0	92.0	82.0	92.0
Norte	36.5	34.9	13.0	12.3	50.4	52.8	62.6	60.8	11.5	9.7	25.8	29.5
Centro	30.9	25.7	11.7	14.1	57.4	60.2	61.0	56.5	10.1	11.1	28.9	32.4
Lisboa V. Tejo	19.1	15.6	7.0	9.1	73.9	75.2	35.7	28.5	9.9	8.7	52.1	60.6
Alentejo	24.2	18.3	5.8	8.7	70	72.9	41.5	34.2	11.0	10.9	47.5	54.9
Algarve	16.6	9.5	12.2	12.8	71.2	77.7	29.4	15.6	13.5	11.1	57	73.3

Fonte: Demografia das Empresas, op. cit.

O desemprego em Portugal tem apresentado taxas que se situam ligeiramente abaixo da média da UE, colocando-se em finais de 1994 a um nível muito semelhante dos EUA. Pela Figura 10 pode constatar-se que, desde 1993, que a UE apresenta uma

taxa de desemprego ao nível dos dois dígitos. Em Dezembro de 1994 confirmava-se esta situação devido essencialmente ao contributo de países tais como Espanha (22.6%); Irlanda (17.6%); Itália (12.2%) e França (11.3%).

Figura 10 - Taxa de Desemprego nos Países da UE.



Fonte: EUROSTAT - Desemprego 2-1995

Grécia - valores não disponíveis

A referir a elevada taxa que se verifica para os indivíduos com menos de 25 anos, em que praticamente duplica a taxa geral, contribuindo esta população para as taxas se apresentem com tais níveis e daí a constatação de que se torna necessário aprofundar este fenómeno nesta camada e empreender acções que visem minimizar o impacto do desemprego entre os jovens. De notar que, salvo o caso da Alemanha o desemprego dos jovens é bastante mais expressivo do que a média para cada país, pelo que se admite que não seja um fenómeno regional mas que interessa a todos os membros da UE. No caso de Portugal o desemprego nos jovens era em Dezembro de 1994 sensivelmente o dobro da taxa verificada para o país, desequilíbrio apenas verificável na Itália (12.2-30.4%); França (11.3-23%) e Bélgica (9.9-19.2%).

No que respeita à evolução do desemprego no período de 1992-95 e respectivas projecções para 1996 e 97 confirma-se no Quadro 8 que o desemprego

em Portugal tem evoluído a taxas inferiores às da UE, sendo as taxas comunitárias cerca do dobro das do EUA e 3 a 4 vezes superiores às indicadas para o Japão. Estas discrepâncias de taxas se verificam apesar de o consumo privado nos EUA se manter mais alto do que na UE mas no Japão ter abrandado nos últimos anos.

Quadro 8 - Evolução do desemprego em Portugal e outros países.

	UE	EUA	Japão	Portugal (total)	Portugal (<25 anos)
1992	9.4%	7.4%	2.2%	4.1%	10.0%
1993	10.9%	6.8%	2.5%	5.5%	12.7%
1994	11.3%	6.1%	2.9%	6.8%	14.7%
1995	10.7%	5.8%	3.1%	7.2%	16.2%
1996 (a)	10.3%	6.1%	3.2%		
1997 (b)	9.9%	5.8%	2.9%		

(a) Previsões

(b) Cenário

Fonte: Economics Européenne, Dez. 1995 e INE, IE

De assinalar que em Portugal a taxa de desemprego entre os menores de 25 anos continua a crescer a taxas superiores à do total do país, devido não só ao maior número de desempregados mas também ao decréscimo da população desta faixa etária. A título de curiosidade assinale-se que o Japão embora evoluindo a taxas de desemprego relativamente modestas tem evidenciado acréscimos que passam despercebidos mas que, em termos relativos, são muito superiores às das restantes regiões.

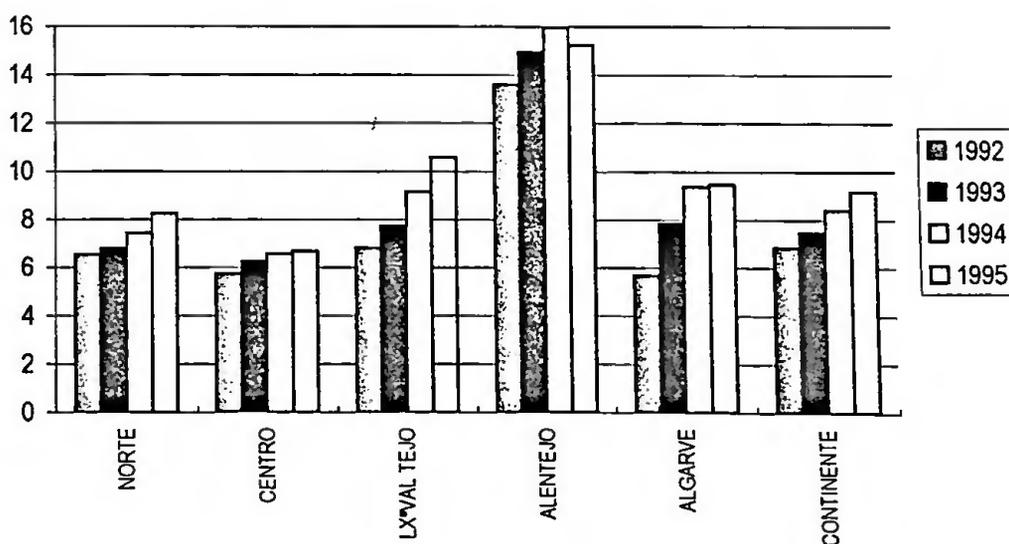
No que respeita aos restantes indicadores macroeconómicas constata-se que a UE tem evidenciado, a partir de 1994, taxas de crescimento económico que se aproximam das dos EUA, mantendo-se o Japão com taxas de crescimento bastante modestas mas com estimativas para 96 e 97 bastante elevadas comparativamente com o seu passado recente o que aproxima este país da UE e do EUA. O consumo privado continua a evoluir nos EUA a taxas elevadas quando comparadas com o Japão e a UE. Em contrapartida o consumo público é historicamente elevado no Japão, seguido da

UE, pois os EUA apresentaram sempre no decurso de 1992-95 taxas negativas.

4.2. O desemprego a nível regional

Na abordagem dos dados desagregados a nível regional do desemprego durante 1992-95 utilizamos as regiões definidas como NUTS 2. Verificamos que as maiores taxas de desemprego se situam no Alentejo, que se mantêm neste período entre 14-16%. No entanto, constatamos que é a região de Lisboa e Vale do Tejo a que maior contributo apresenta em valores absolutos para a formulação do desemprego (em 1995, o desemprego nesta região era de cerca de 41% do total dos desempregados do continente). De assinalar que é visível que as taxas de desemprego têm apresentado nestes últimos anos uma evolução para se agravar, à excepção do Alentejo, em que a taxa relativa a 1995 sofreu um decréscimo em relação ao ano anterior. Os dados relativos ao Algarve, devido às características sazonais do desemprego, devem ser sujeitos à respectiva correcção, pelo que o desemprego nesta região, em termos médios, deverá ser inferior.

Figura 11 - Taxa regional de desemprego por NUTS 2.

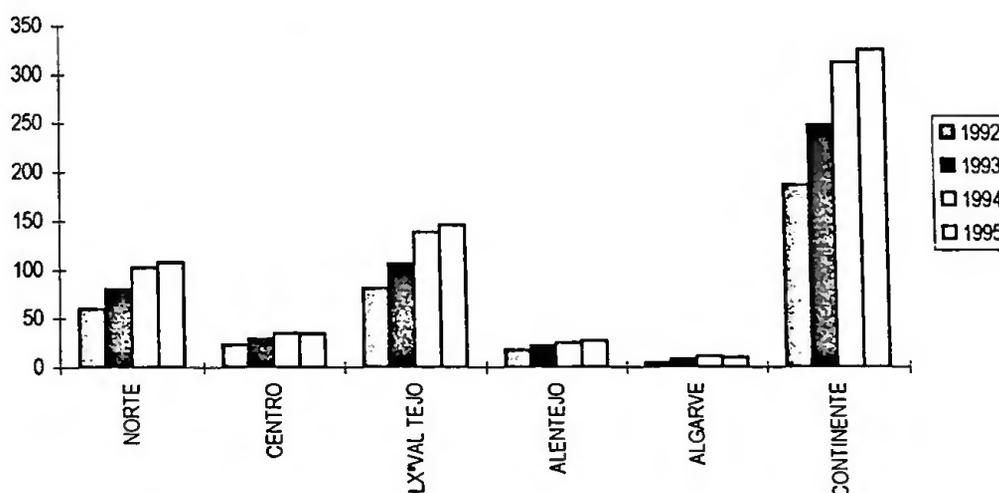


Fonte: IEFP (1992-95)

4.3. Desemprego jovem

A importância por regiões, no que se refere aos desempregados jovens, apresenta uma maior concentração na região Norte e Lisboa e Vale do Tejo, em parte devido à concentração da população nestas regiões. De notar ainda, de acordo com a Figura 12, que este fenómeno apresenta também tendência para se agravar em qualquer das regiões e o índice (1955=100) é de 174, ao nível nacional, isto é quase que duplicou o número de desempregados jovens em apenas 4 anos. No Norte, o índice é de 179; no Centro de 150; Lisboa e Vale do Tejo de 179, no Alentejo de 155 e no Algarve de 222 (embora nesta região o desemprego seja o mais reduzido do país e para qualquer dos anos deve ainda ser des-sazonalizado).

Figura 12 - Desemprego jovem por NUTS 2

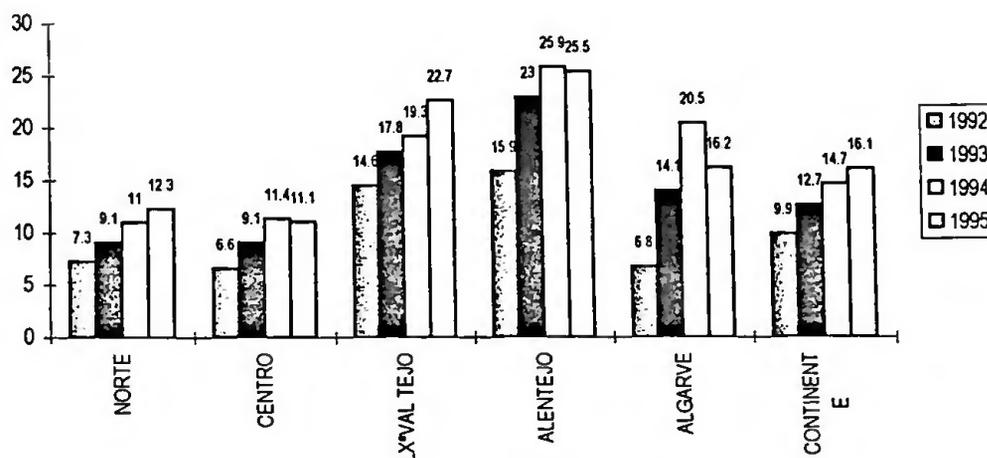


Fonte: IEFP (1992-95)

No que se refere à evolução da taxa de desemprego entre os jovens, conforme se depreende na Figura 13, confirma-se que se tem vindo a verificar um agravamento que apresenta como perfil regional maior destaque nas regiões do Alentejo, logo seguido pela região de Lisboa e Vale do Tejo. Muito embora o Alentejo apresente uma situação grave (cerca de 1/4 da população jovem em idade de trabalhar se encontra no desemprego), a situação de Lisboa e Vale do Tejo é duplamente grave, pois sendo

muito semelhante em termos relativos, é também a de maior importância, em termos absolutos, conforme se constatou na figura anterior.

Figura 13 - Taxa regional de desemprego jovem por NUTS 2.



Fonte: IEFP

Os dados da região Algarve deverão ser des-sazonalizados.

No que respeita à variável tempo do DMLD nos jovens, Mendes e Rego (1992), verificaram que no Norte 16.1% tinham menos de 25 anos; no Centro, 12.8%; Lisboa e Vale do Tejo, 13.5%; Alentejo: 11.6%; 17.1%. Ainda nesta faixa etária, as mulheres são significativamente as mais numerosas, como jovens desempregadas de longa duração. Esta situação, não é aliás particular desta faixa etária, pois a nível geral, as mulheres desempregadas de longa duração são o grupo mais importante, atingindo o seu máximo no Alentejo, com 90.5%, e o seu mínimo no Norte, com 68.2%, do total dos DMLD.

4.3.1. A posição do poder político face ao desemprego de longa duração nos jovens

Entendemos que esta investigação, incidindo sobre o desemprego de longa duração nos jovens, e dada a importância do fenómeno em causa, deveria integrar a

posição dos vários partidos, bem como as centrais sindicais, no que respeita às questões mais relevantes:

- 1) a definição deste fenómeno;
- 2) as suas causas;
- 3) a suas consequências;
- 4) as medidas e recomendações

Apenas responderam dois partidos com assento na Assembleia da República: O PSD/PPD e o PP/CDS. O PS acusou a recepção do questionário mas não enviou qualquer resposta. O PCP nem acusou a recepção nem remeteu qualquer resposta. As duas centrais sindicais tiveram o mesmo comportamento do PCP.

Quanto à definição deste fenómeno, há unanimidade entre o PP e o PSD. Quanto às causas não se pode deduzir que haja antagonismo de posições mas formas diferentes de justificar o fenómeno, no que se refere às consequências, as respostas do PP são mais relacionadas com as causas, pelo que na quadro abaixo integramos naquela célula. Finalmente quanto às medidas e recomendações existem posições diferentes mas que não são frontalmente antagónicas. A haver antagonismo seria ao nível das prioridades.

Quadro 9 - Posição dos principais partidos políticos portugueses face ao desemprego de longa duração dos jovens.

	Definição	Causas	Consequências	Medidas e recomendações
PP/CDS	*Faixa etária: 14 e 25 anos *No desemprego há mais de 1 ano	*Desajustamento entre a oferta produzida pelo sistema educativo e a procura de trabalho *Convergência nominal; *Falta de flexibilidade no mercado de trabalho	* Considera respondido nas causas	*Flexibilização; *Redução das despesas públicas;
PSD/PPD	*Faixa etária: 14 e 25 anos *No desemprego há mais de 1 ano	*Recessão na Europa; *Jovens com formação postos de trabalho inferiores ao número de candidatos *Jovens sem formação Falta de formação	*Mal estar social; *Envelhecimento da população activa; *Sobrecarga do sistema de Segurança Social	*Apoio às PME; *Estágio profissional de 12 meses, integrados no sistema académico *Divulgação dos cursos técnico profissionais junto das empresas *Incentivos para o desemprego *Auto - emprego; *Melhor acesso dos jovens à formação/ educação; *Troca de experiências com outros membros da UE

Fonte: Inquérito aos Partidos Políticos e Centrais Sindicais (1996)

5. O desemprego jovem nos concelhos do Barreiro, Cascais e Torres Vedras

O desemprego nos jovens assume um cariz diferente quando se compara com outras faixas etárias. Nos jovens à procura de emprego dificilmente se poderá falar em “baixo nível de escolaridade”, ou “vindos do sector primário”, ou “desemprego tecnológico”. Quando, porém, estes jovens após um largo período de procura de emprego, se mantêm na situação de desemprego, o fenómeno atinge outro grau de gravidade, dadas as externalidades potencialmente negativas que se podem gerar.

A dimensão do fenómeno começa a ser preocupante no DMLD dos jovens. Em 1995, ano em se lançou as bases desta investigação, 1/3 dos jovens desempregados já se encontravam no DMLD, e na faixa etária em que estão inseridos 3% estão no DMLD.

A natureza do fenómeno que é objecto de uma análise mais detalhada, numa selecção de CE, evidencia que o mercado de trabalho para os jovens tem um importante influência conjuntural. As probabilidades de saírem do desemprego variam de acordo com o contexto económico mas também podem variar de jovem para jovem de acordo com as suas características e comportamento.

5.1. Fontes de informação e métodos de análise

A fim de determinar as causas que determinavam a ocorrência de desemprego do Longa Duração entre os jovens ordenámos, os Centros de Emprego do continente, em função de três parâmetros:

- 1) maior proximidade da região de Lisboa, a fim de facilitar os contactos para recolha dos dados;
- 2) tivessem mais de 1000 inscritos à procura de primeiro emprego;
- 3) tivessem o maior peso relativo do primeiro emprego no total de inscritos.

Em Maio de 1995 os Centros de Emprego apresentavam os seguintes valores:

Quadro 10 - Posição dos centros de emprego quanto aos tipos de inscrição no desemprego.

Centro de Emprego	1º Emprego (A)	Ord	Total inscritos (B)	Ord	(A) / (B)	Ord
Porto	1438	7	16079	2	8.9	11
Viseu	2156	1	8862	6	24.3	1
Coimbra	2056	3	9201	5	22.3	2
Torres Vedras *	1219	11	5882	9	20.7	4
Loures *	1081	9	5882	9	11.2	8
Cascais *	1589	4	16630	1	9.6	10
Lisboa *	1387	8	13738	3	10.1	9
Barreiro *	2035	2	10817	5	18.8	5
Setúbal	1439	6	11830	4	12.2	7
Beja	1478	5	6976	7	21.1	3
Funchal	1029	10	6101	8	16.9	6

* Na área próxima de Lisboa

Fonte: IEFP, Maio 1995

Elegemos, assim os Centros de Emprego do Barreiro (12 pontos), Cascais (15 pontos) e Torres Vedras (24 pontos) por oferecerem um conjunto de melhores ordenações de acordo com os parâmetros acima descritos.

O CE do Barreiro está implantado numa região de forte actividade secundária (indústrias transformadoras) e abrange os concelhos de Barreiro e Moita. O CE de Cascais serve uma região vincadamente de actividade terciária (hotelaria e restauração). O CE de Torres Vedras que serve além deste concelho os de Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço está a sofrer uma profunda alteração estrutural. Inicialmente voltada para o sector primário (agricultura e vitivinicultura) esta região que evoluiu para o sector secundário, com a implementação de certas indústrias e com a abertura da A8, continuação para uma terciarização da economia, por uma grande expansão imobiliária e o alargamento do parque de hotelaria, além de estruturas financeiras.

Na determinação das variáveis que serviam de suporte para explicar o fenómeno do desemprego de Longa Duração entre os jovens seguiram-se dois caminhos:

-
- 1) a análise dos fluxos no período 1988/95, através de folha de cálculo.
 - 2) a exploração de alguns dados relativos a cada um dos inscritos nos CE em estudo, através do SPSS, e que estiveram a concorrer no mercado de trabalho entre Fevereiro de 95 e Janeiro de 96.

Na análise dos fluxos, que por si só justificam uma atenção especial, foram determinados os resultados dos cruzamentos entre os vários fluxos, as relações com as existências no final do ano e também o paralelismo com a evolução do PIB nacional (embora tivesse sido mais correcto se dispusesse de indicadores regionais), nomeadamente à luz das experiências de Burda e Wyplosz (1994) publicadas em 1993.

Na exploração dos dados relativos aos indivíduos foi tentado distinguir as variáveis que explicavam que uns jovens à procura do primeiro emprego conseguiram colocação enquanto que outros não tinham qualquer sucesso pelo que, ao fim de doze meses, passavam ao desemprego de longa duração. As variáveis disponíveis (habilitações, sexo, residência, sucesso na colocação e centro de emprego) oferecem algumas limitações para a determinação de resultados que sirvam para fazer alguma luz sobre o fenómeno. Outras investigações quer de natureza comportamental quer utilizando outro tipo de variáveis (contínuas, ordinais) ficam em aberto para outros investigadores que queiram prosseguir nestes estudos.

5.2. Análise dos fluxos entre 1988 e 1995

Esta capítulo analisará para o total dos três Centros de Emprego (CE) as relações intrafluxos, para depois proceder à comparação interfluxos. Na análise intrafluxos destacamos os comentários sobre a evolução de cada fluxo ao longo do período em estudo, nomeadamente dos incrementos e o seu significado. No que respeita à análise interfluxos, estabelecemos as comparações mais evidentes entre os fluxos de entrada, entre os fluxos de entrada e de saída e as relações entre os níveis de existências no final do ano e a rotação desses stocks tendo em vista o ritmo do seu

escoamento. No entanto, importa, mais uma vez, realçar que os dados fornecidos pelos CE oferecem certas limitações, assinaladas por vários autores, isto é, nas recessões, apenas os piores empregadores se dirigem aos CE para obter mão-de-obra, uma vez que os melhores preferem fazer directamente a selecção e a contratação, e nas retomas apenas os piores desempregados se dirigem aos CE para obter colocação, uma vez que os melhores desempregados conseguem contratação directa. Portanto, as Agências de Emprego e os CE são bolsas de segunda escolha, nas recessões, para a oferta de emprego e nas retomas para a procura de emprego. Além de constatar o perfil evolutivo dos dados através da apresentação da evolução dos dados e existências em termos absolutos, o tratamento dos dados teve assim os seguintes objectivos:

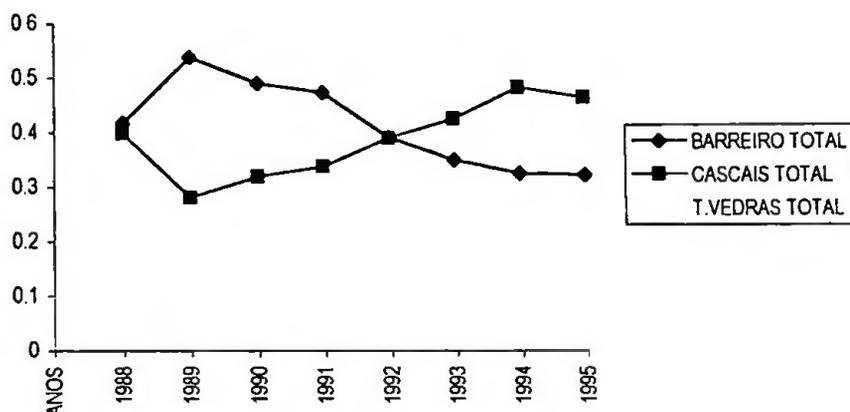
- 1) verificar a evolução dos acréscimos nos inscritos e nos anulados;
- 2) verificar o tipo de paridade entre fluxos de entrada e de saída através do coeficiente dos acréscimos;
- 3) verificar qual a capacidade de escoamento das existências de inscritos no final do ano para constatação da rotação média face ao ritmo das saídas;
- 4) valorizar o dinamismo do mercado de emprego via registos dos CE. Este índice permite realizar análises intemporais das relações entre os dois tipos de fluxos com as existências, tendo como “pano de fundo” o contexto económico ao nível nacional expresso em evolução do PIB.

5.2.1. Análise global

Numa primeira fase vão ser utilizados os dados agregados dos três CE, importando assinalar que a importância relativa de cada um dos CE, no que respeita aos fluxos e às existências, se modificou ao longo dos oito anos abrangidos pelo estudo. Assim, nos inscritos totais constatámos que se deu uma inversão das posições relativas entre Barreiro (+50%) e Cascais, sendo de início aquele o mais importante CE, mas em 1993, Cascais passou a liderar nos inscritos o conjunto dos três CE.

conforme se verifica na Figura 14, tendo Torres Vedras se mantido destacadamente em terceiro lugar, com uma importância praticamente constante (+20%) ao longo do período 1988/95.

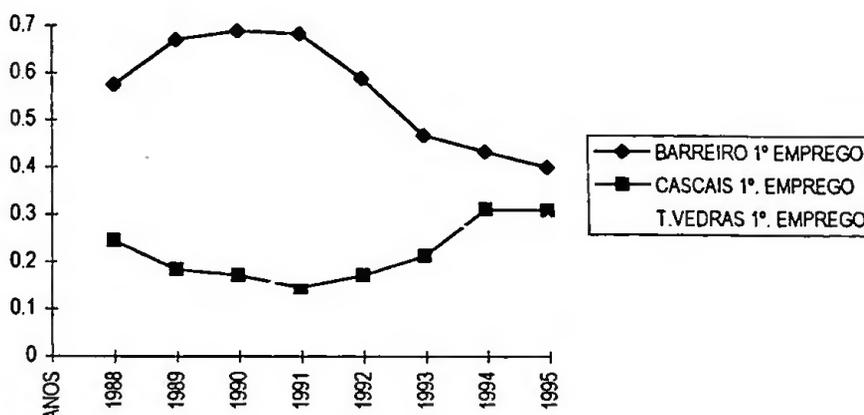
Figura 14 - Existências de inscritos totais - evolução da importância relativa de cada Centro de emprego.



Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95

Já no que diz respeito aos inscritos como “primeiro emprego” a importância de cada CE, após uma liderança destacada do CE do Barreiro, verifica-se uma convergência para uma partilha uniforme de cada Centro no que se refere aos que se inscrevem pela primeira vez, pelo que se pode comentar que, em termos relativos, se verificou no início uma hegemonia do CE do Barreiro (60-70%) para se verificar no final do período em estudo uma distribuição equitativa deste tipo de inscritos, entre os CE abrangidos neste estudo.

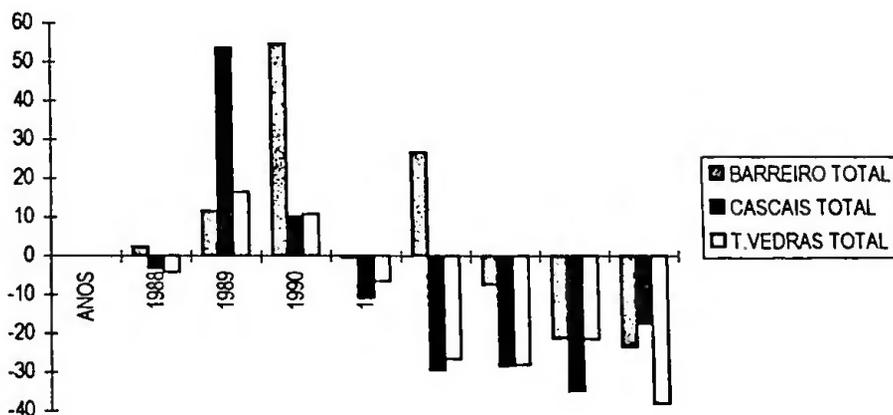
Figura 15 - Existências "primeiro emprego" - evolução da importância relativa de cada Centro de Emprego.



Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95

Também é interessante analisar os três CE pelo factor de dinamismo do mercado de trabalho (DINMERC) recorrendo à relação entre fluxos com o volume das existências: para o total dos inscritos. Conforme se avalia na Figura 16, a dinâmica do mercado de trabalho expresso em DINMERC está a abrandar para todos os CE, pelo que não se verifica qualquer efeito localizado mas sim generalizado. Verifica-se contudo que o CE do Barreiro que chegou a obter o factor 20 de DINMERC ainda em 1992, viu reduzir o seu factor de dinamismo do mercado para valores bastante modestos muito semelhantes aos outros CE englobados neste estudo. ⁽¹⁾

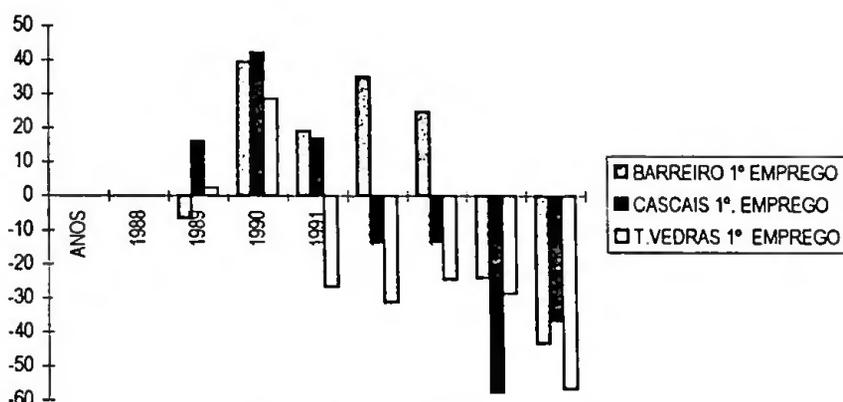
Figura 16 - Dinâmica de mercado de trabalho - evolução dos factores para o total de inscritos.



Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95

Seguindo o mesmo critério para os inscritos como “primeiro emprego”, constata-se que a situação destes inscritos é semelhante aos do total pelo que constata que o decréscimo do factor de dinamismo do mercado DINMERC se mantém, perdendo os CE o dinamismo que apresentavam no início do período em estudo para se situarem com factores de dinamismo negativos no últimos anos.

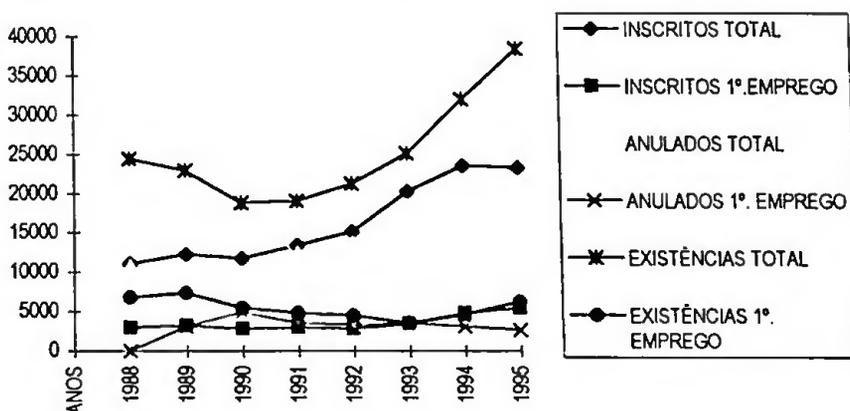
Figura 17 - Dinâmica de mercado de trabalho - evolução dos factores para o primeiro emprego.



Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95

Nas relações intrafluxos verificamos existir a seguinte evolução de cada fluxo para cada tipo de inscritos:

Figura 18 - Fluxos e existências para o conjunto dos Centros de Emprego.



Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95

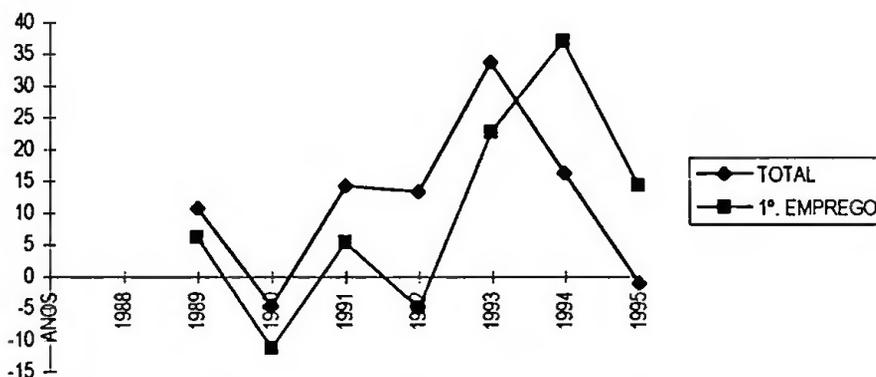
Para uma adequada percepção da evolução em valores absolutos o quadro

anterior permite tecer os seguintes comentários: quanto ao total de inscritos nos três CE, constata-se a existência de um incremento a partir de 1991, agravado por um decréscimo nos fluxos de saída, e embora não se disponha de PIB regional adequado, esta inversão de fluxos verifica-se nos mesmos anos em se acentua o abrandamento no crescimento do PIB nacional. Esta evolução tem como reflexo um agravamento imediato nas existências de inscritos no final dos anos seguintes; no que respeita ao “primeiro emprego” a visualização da figura anterior não permite de uma forma directa constatar a evolução deste tipo de desemprego, apenas recorrendo a uma análise mais detalhada e às comparações dos acréscimos se permite verificar as evoluções para cada tipo de inscrição no desemprego. A importância do “primeiro emprego” face ao total dos inscritos tem vindo a decrescer ao longo do período 1988/95. A maior parte das entradas no desemprego registado provém das “saídas da força de trabalho”, denominado “outros empregos” do que os “primeiro emprego”. Esta versão, para estes CE parece contrariar a observação de Burda e Wyplosz (1994) sobre os fluxos brutos de trabalhadores na Europa, Abowd, na suas matrizes de transição de Markov não valorizou explicitamente o fluxo “primeiro emprego”, pelo que aos quatro fluxos apresentados deveria ser acrescentados os fluxos $e \rightarrow FPA$; $u \rightarrow FPA$ e $FPA \rightarrow u$; $FPA \rightarrow e$. Como se pode verificar na Figura 19, os acréscimos dos fluxos de entradas apresentam um perfil semelhante para os totais de inscritos e os de “primeiro emprego”. Apenas se verifica que nos “outros empregos” estes acréscimos são sistematicamente superiores aos dos “primeiro emprego” a não ser a partir de 1993, ano em que o PIB nacional teve um abrandamento no crescimento, os acréscimos dos inscritos como “primeiro emprego” ultrapassaram os de “outro emprego”. De notar ainda que, para qualquer tipo de desemprego a tendência altista das entradas nomeadamente a partir de 1990, coincide temporalmente com o início da recessão da economia no plano nacional. Sem pretender associar directamente estes fluxos com a evolução do PIB nacional, poderíamos contudo comentar que, salvo as devidas

precauções, estes fluxos têm um perfil acentuadamente contracíclico com o crescimento nacional da economia.

Burda e Wyplosz (1994), contudo, assinalam que nas retomas o declínio nos fluxos de entrada deve-se a que alguns trabalhadores se juntam à força activa indo directamente para o emprego em vez de passar pelo desemprego. Os fluxos de entrada no desemprego poderão ser contracíclicos. É o que se verifica, no caso em estudo, na maior parte dos anos, mantendo contudo a reserva se a evolução do PIB nacional tem alguma projecção na economia destas regiões.

Figura 19 - Evolução dos acréscimos nos inscritos.



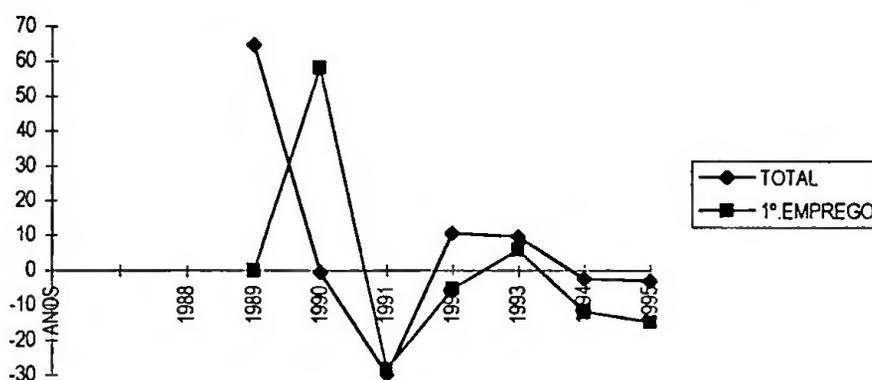
Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95

Quanto aos fluxos de saída, que podem vir a anular a tendência altista dos fluxos de entrada se os mercados de emprego se vierem a revelar com um certo dinamismo, constata-se que os acréscimos nos anulados têm um perfil oposto aos inscritos, mas não suficientemente forte para anular os influxos. Nos acréscimos nos fluxos dos anulados também existe uma certa similaridade entre os “outros empregos” e os “primeiro emprego”. Os fluxos de saída podem ser procíclicos, isto é, aumentam nas retomas e diminuem nas recessões. Burda e Wyplosz (1994) chamam a atenção para o facto de este conceito não estar cientificamente provado. Algumas saídas do desemprego, nas retomas, podem ser consideradas “abandono de 2º emprego”, “desempregados desmotivados”, etc. Algumas das saídas de desemprego, nas

recessões, podem derivar além de “desempregados desmotivados”, de reformas antecipadas e de substituições que as empresas levam a efeito nestes contextos.

Segundo Clark e Summers (1979) sempre que os trabalhadores saem do desemprego para o emprego os mercados são considerados eficientes e ineficientes quando estes saem do desemprego porque saem da população activa.

Figura 20 - Evolução dos acréscimos nos anulados.



Fonte: IEF, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95.

A figura seguinte permite constatar que o acréscimo nos fluxos que deveriam ser semelhantes para permitir um certo equilíbrio do sistema de desemprego, a partir de 1993, com fluxos de entrada a crescer e os de saída a baixar. De notar, ainda, que os acréscimos nas anulações que deveriam ser procíclicas, isto é, a crescimentos económicos elevados deveria corresponder acréscimos nas anulações e inversamente a abrandamento no crescimento deveria corresponder decréscimo nas anulações, não o evidenciam sempre quando comparados com a evolução do crescimento económico nacional. Até 1992 os acréscimos nestes fluxos de saída são procíclicos mas, a partir desse momento passam a oferecer um perfil contracíclico. Ou estes fluxos são independentes do PIB nacional ou de acordo com Burda e Wyplosz (1994), nas regressões as empresas aproveitam para melhorar o nível médio da sua mão-de-obra, substituindo os que oferecem uma conjugação de funções deficiente ou que oferecem custos mais elevados do que a contratação de indivíduos mais jovens, que pode explicar

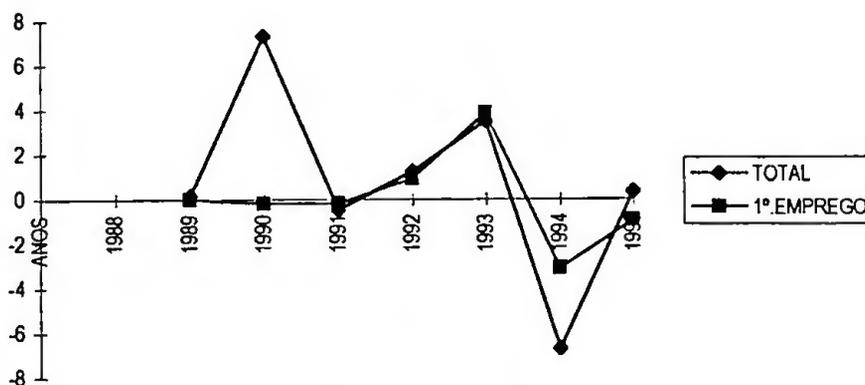
a separação das curvas dos acréscimos dos “primeiros empregos” e dos “outros empregos” a partir de 1992.

Se quisermos ainda verificar qual o comportamento dos dados empíricos através da análise comparativa dos acréscimos dos fluxos de entrada com os dos fluxos de saída para cada tipo de desemprego (variações nos fluxos de saída/variações nos fluxos de entrada) verificamos que os “primeiros empregos” apresentam inclinações positivas que variam entre 0, 1 no período compreendido entre 1988 e 1993, ano a partir do qual as inclinações caminham para valores negativos, o que parece evidenciar uma certa harmonia até 1993 e divergência, para os anos posteriores, entre os acréscimos dos fluxos para este tipo de inscritos. O mesmo já não sucede com os “outros empregos” em que há uma amplitude maior nos valores verificados, ou seja por influência de variáveis exógenas ao sistema de desemprego se produzem grandes oscilações nos inscritos como “primeiro emprego”. No período 1993/94, seja ou não por influencia do ciclo económico, estes rácios, para qualquer tipo de inscritos, caem para valores nitidamente negativos devido a incrementos negativos nos fluxos de saída, para virem a retomar a tendência para a convergência ao apresentar relações de acréscimos quase positivos. Esta comparação serve para comentar que a acréscimos nos fluxos de entradas num determinado sentido correspondem acréscimos nos fluxos de saída no mesmo sentido (paridade convergente) ou em sentido contrário (paridade divergente). Podemos assim afirmar que para qualquer do tipo de inscritos existiu uma certa paridade convergente entre os fluxos de entrada e de saída, pelo menos até 1993, ano a partir do qual qualquer dos tipos de inscritos apresenta fluxos com direcções contrárias (paridades divergentes).

Davis e Haltiwanger, já citados por Burda e Wyplosz (1994), em inúmeros documentos, chamam a atenção para o comportamento cíclico do emprego: “a *eliminação de emprego é fortemente contracíclica enquanto que a criação é medianamente procíclica ou mesmo acíclica*”. Donde se concluiu face aos dados

observados nestes CE, quando existe recessão existe uma rápida resposta do mercado através da eliminação de emprego o mesmo já não acontece com a retoma, a reacção do mercado neste contexto é frouxa ou mesmo inerte ao fenómeno. Deste facto as relações entre os acréscimos de fluxos poderão não apresentar paridade convergente uma vez que os fluxos podem exibir comportamentos autónomos. Segundo aqueles autores, nas recessões (que é o caso de 1993 e anos procedentes) o número de inscritos aumentaria rapidamente ao mesmo tempo que o número de anulados decresceria (teríamos paridade divergente, com curvas de inclinação negativa) e nas retomas (caso de 1994-95) o número de anulados aumentaria lentamente ou mesmo não variava enquanto que os fluxos de entrada diminuíram lentamente ou mesmo não diminuiriam (resultando uma paridade fracamente divergente, em virtude de aqueles terem pequenos acréscimos e estes terem pequenas diminuições). O que não é o caso para o total dos inscritos pois apresentam sempre relações positivas (no mesmo sentido) ou negativas (em sentidos diferentes) mas que já pode ser o caso dos “primeiros empregos” que de 1989 a 1991 a relação dos acréscimos foi de zero.

Figura 21 - Evolução das relações entre acréscimos dos fluxos.



Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95

A comparação intra e inter-tipos de inscritos pode ser a seguir analisada de uma forma mais integrada, quando se apresentam os quatro elementos: os dois tipos de inscritos e os dois tipos de fluxos. Verifica-se, assim quando se compara as relações

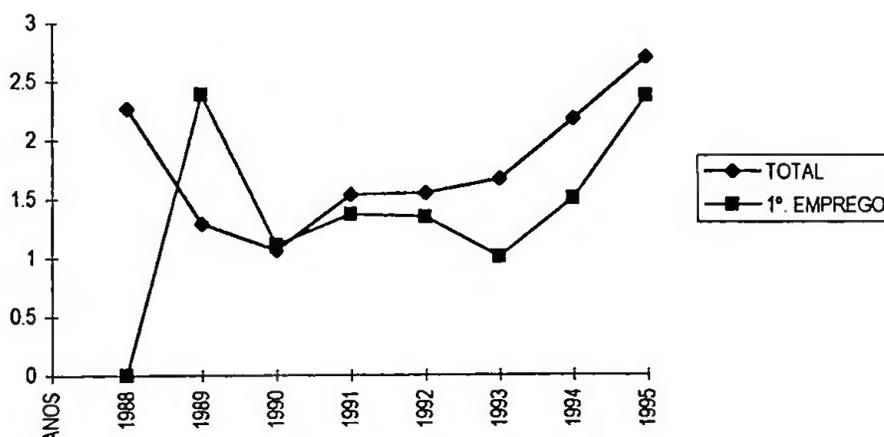
entre os fluxos de entrada e de saída para cada tipo de inscritos, existir um certo equilíbrio no desemprego registado até 1991, ano a partir do qual o número de inscritos é incessantemente maior do que os fluxos de saída. De assinalar, porém, que embora semelhante o traçado das duas curvas, no período em que o crescimento do PIB nacional começa a abrandar, o desequilíbrio nos “outros empregos” é mais acentuado do que nos “primeiro emprego”, só se invertendo esta situação a partir de 1994, ano em o PIB nacional começava a dar sinais de alguma retoma. A explicação pode ser apresentada por Burda e Wyplosz (1994) a propósito, já indicado do comportamento da empresas durante as recessões, quer pela substituição por novos activos humanos quer pela destruição de postos de trabalho.

Para confirmar a questões acima verificadas importa avaliar a rotação das existências no final do ano quando comparadas com os fluxos de saída. Esta vertente permite confirmar a gravidade deste fenómeno, isto é, não é por aumentarem os fluxos de entrada que o fenómeno é grave, é por não haver fluxos de saída que compensem o volume das entradas, aumentando o tempo em ficheiro e produzindo desequilíbrio no sistema de desemprego que um quadro de desemprego é grave. Pela análise do quadro seguinte verifica-se que as existências face ao seu escoamento através dos fluxos de saída apresentam uma cobertura mínima de 1 ano e máxima de 2.7 anos. As curvas das cobertura, para qualquer tipo de inscrito, em anos de existências são muito similares, nomeadamente a partir de 1990, ano a partir do qual, a evolução do PIB iniciou a sua descida e as duas curvas começaram a convergir, isto é, mantendo os “outros empregos” uma situação mais gravosa do que os “primeiros empregos”. Pode-se portanto comentar que o mercado dos desempregados inscritos pela 1ª vez é mais dinâmico do que os dos “outros empregos”. Burda e Wyplosz (1994) face a esta situação comentam que, além da oportunidade de substituição que as empresas parecem praticar nas recessões, os “outros empregos”, com faixas etárias superiores às do “primeiro emprego”, apresentam uma probabilidade de saída do desemprego mais

baixa devido ao seguro de desemprego, ao desfasamento tecnológico e por terem mais dificuldade de mobilidade, além de preferirem aguardar mais tempo por “o ”. Como consequência da regressão verificada em 1993, mas que já se vinha a vislumbrar nos anos precedentes (a partir de 1990), citando Burda e Wyplosz (1994), as altas taxas de desemprego produzidas pelas regressões podem apresentar dois tipos de situação:

- 1) as melhores empresas podem substituir as mais fracas, tomando se necessário as quatro medidas indicadas () com a amplitude derivada da função “choque”;
- 2) os empregadores também se aproveitam para expurgar as suas equipas das más conjugações e “caçar” melhores trabalhadores de uma maior “piscina” de desempregados. Portanto, nas regressões, podem-se operar também dois tipos de substituição: empresas/empresa e trabalhador/trabalhador. O primeira caso pode favorecer o segundo em vez que permite alimentar a “piscina” dos desempregados.

Figura 22 - Evolução das coberturas das existências.

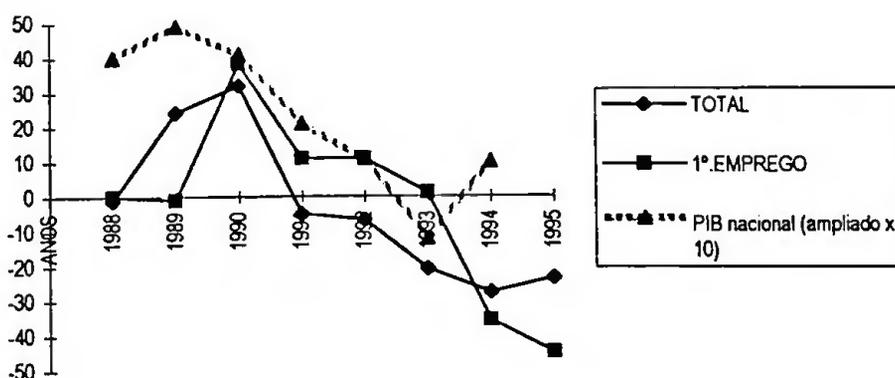


Fonte: IEF, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95

No que respeita à evolução dos pares anuais dos fluxos reportados às existências no final do ano, valorizado como factor indicativo da dinâmica do mercado, DINMERC, constatamos que o mercado de desemprego foi até 1990 muito mais

dinâmico. Perdeu, desde esse momento, todo o dinamismo caindo para DINMERC negativos. As duas curvas têm um perfil semelhante, mas os “primeiros empregos” evidenciaram-se até 1993 muito mais dinâmicos do que os “outros empregos” que em 1991 já haviam mostrado indícios de regressão. Se recorrermos ao traçado do crescimento do PIB nacional verificamos que até 1993 o DINMERC acompanha o traçado do, só que a partir de 1994, ao invés da evolução do PIB, não reflecte a retoma relativa a esse ano e seguintes. Burda e Wyplosz (1994) ao apreciar no seu trabalho a divergência entre a rotação das existências e a retoma económica, encara-a como resultante da destruição de lugares, da existência de lugares não preenchidos, ocorridos durante as recessões e não recuperados durante as retomas. Existem também empresas que fecharam durante a recessão e que ainda não foram substituídas posteriormente e a substituição de activos humanos com deficiente conjugação de funções por elementos com custos mais favoráveis, como forma de melhorar a qualidade média da sua mão-de-obra. A probabilidade de saída do sistema de desemprego para qualquer tipo de inscrito era maior no período 1988-91 quando o factor DINMERC era positivo para passar a ser uma probabilidade reduzida quando o factor DINMERC atingiu valores negativos, apesar de o PIB nacional, a partir de 1994 ter apresentado indícios de retoma.

Figura 23 - Evolução das relações entre fluxos e existências.

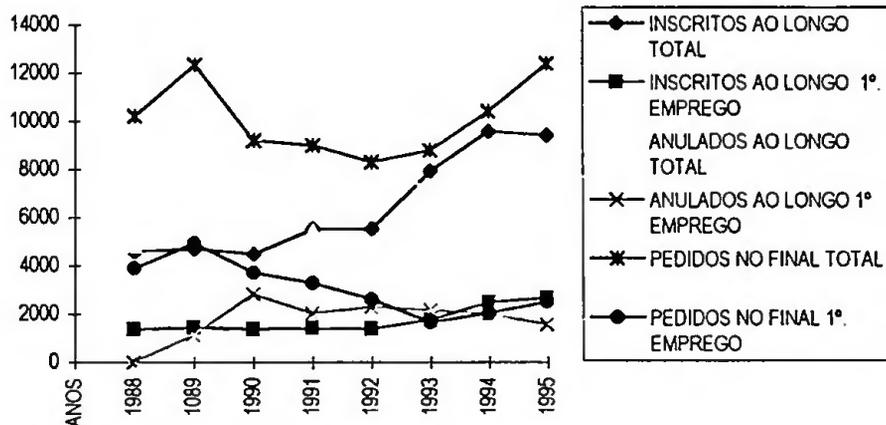


Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras, 1988-95

5.2.2. Barreiro

Neste Centro de Emprego é flagrante o peso dos inscritos em “outros empregos”, uma vez que os inscritos em primeiro emprego representam uma parte insignificante dos inscritos. Nota-se nos últimos anos um acréscimo acentuado das existências no final do ano, em parte devido não só a um acréscimo dos fluxos de entrada mas também ao decréscimo dos fluxos de saídas

Figura 24 - Fluxos e existências no Centro de Emprego do Barreiro.

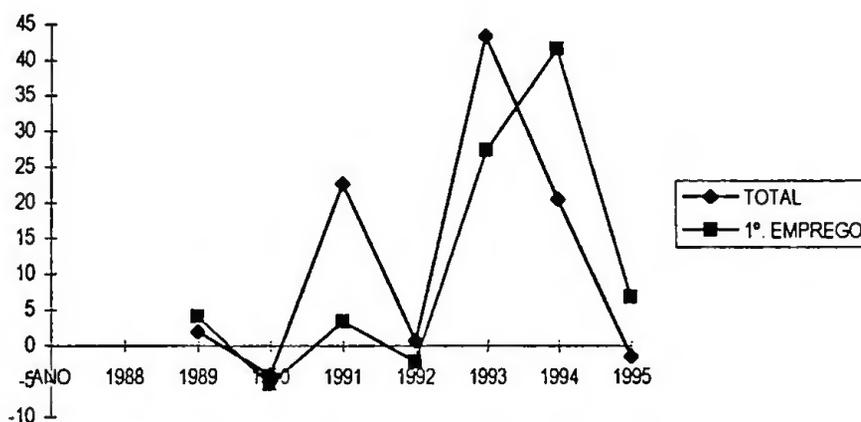


Fonte: IEFP, CE Barreiro

Verifica-se porém na figura anterior que os valores dos anulados se situaram até 1993 acima dos valores dos inscritos, data a partir da qual se constata uma inversão da situação anterior com as consequências sobre as existências. De notar ainda que 1993 foi o momento em que o PIB nacional atingiu o seu menor crescimento no período 88/95. Os acréscimos nos inscritos apresentam um perfil em forma de dente, e embora predominantemente positivos apresentam picos cada vez mais elevados revelando fortes acréscimos intermitentes com uma amplitude progressiva. O perfil da curva dos acréscimos do “primeiro emprego” é muito semelhante à dos “outros empregos”. O ano 1993, em que o PIB nacional atingiu o seu menor crescimento é o momento em que evidencia maior acréscimo nos inscritos totais. Contudo, o pico dos inscritos em “primeiro emprego” apenas se verifica no ano

seguinte, podendo constituir o efeito retardado (em 1994) do PIB de 1993 sobre os primeiro emprego”, enquanto que os “outros empregos” reflectiam de imediato (ainda para 1993) a influência da regressão desse ano. De notar ainda que, para o total dos inscritos em 1993, e nomeadamente nos “outros empregos”, se acentua um movimento de divergência entre os fluxos de entrada e saída com o consequente agravamento nas existências neste tipo de inscritos.

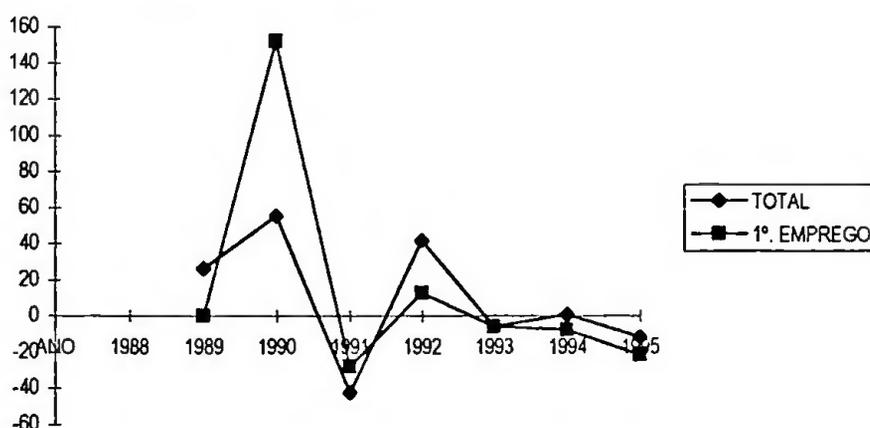
Figura 25 - Evolução dos acréscimos nos inscritos no Centro de Emprego do Barreiro.



Fonte: IEFP, CE Barreiro

No que respeita aos anulados constata-se que a curva dos acréscimos é simétrica (efeito “espelho”) da dos inscritos, apresentando uma sequência de decréscimos sucessivos, com as duas curvas a oferecer um andamento muito semelhante. De notar aqui também que 1993 inicia um ciclo de decréscimos o que aliás se poderia prever pela tendência anterior. Este “efeito espelho” tem como consequência, nomeadamente a partir de 1991 o agravamento progressivo das existências como resultante da divergência entre fluxos de entrada mais fortes e fluxos saída mais fracos.

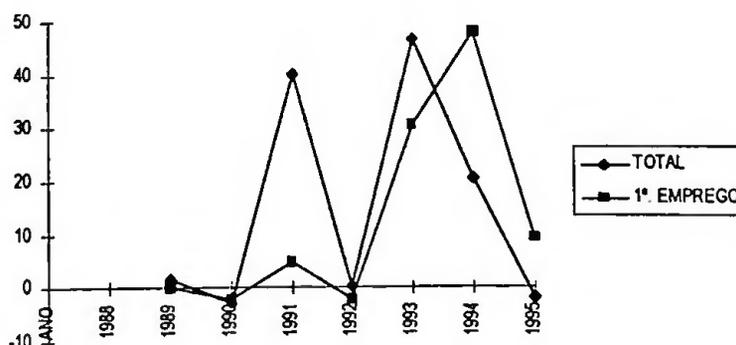
Figura 26 - Evolução nos acréscimos nos anulados no Centro de Emprego do Barreiro.



Fonte: IEFP, CE Barreiro

Ao relacionar directamente os acréscimos nos dois tipos de fluxos, isto é para verificar se nos acréscimos dos fluxos de entrada correspondem fluxos de saída da mesma amplitude verifica-se que ao longo do período predominam coeficiente de acréscimos maiores do que 0 isto é os pares anuais de fluxos são no mesmo sentido (seja positivo ou negativo), são maioritariamente maiores do que 1, correspondendo acréscimos (ou decréscimos) nas entradas superiores aos acréscimos (ou decréscimos) nas saídas. Isto revela que as variações nas entradas predominam sobre as variações das saídas. No que respeita aos “primeiros empregos” apresentam um perfil de variações semelhantes às dos “outros empregos” evoluindo até 1994 a taxas inferiores às dos “outros empregos” momento a partir do qual passam a ser superiores.

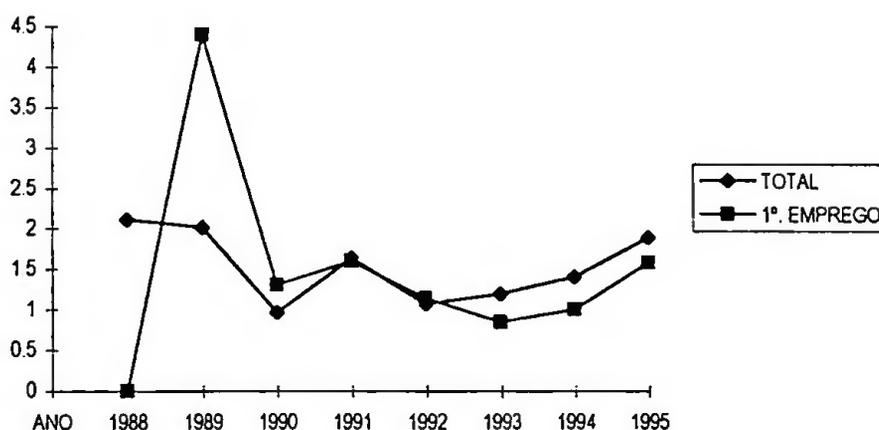
Figura 27 - Evolução dos acréscimos entre fluxos no Centro de Emprego do Barreiro.



Fonte: IEFP, CE Barreiro

Relacionando as existências com a capacidade do sistema em proceder ao seu escoamento constata-se para este CE o nível das coberturas não se agravou, situando em valores que têm variado entre 1 e 2 anos, como resultante do efeito de um aumento proporcional dos fluxos de saída em relação às existências. De notar porém que se tratam de valores médios pelo que podem vir a ser detectados desempregados no sistema há mais de 2 anos o que a verificar-se conduz a situações de recuperação difícil para o mercado de trabalho. Os “primeiros empregos” apresentam uma cobertura semelhante aos dos “outros empregos” pelo que os jovens à procura do “primeiro emprego” têm um tempo de espera no sistema semelhante aos restantes desempregados.

Figura 28 - Evolução das coberturas das existências em anos no Centro de Emprego do Barreiro.



Fonte: IEFP, CE Barreiro

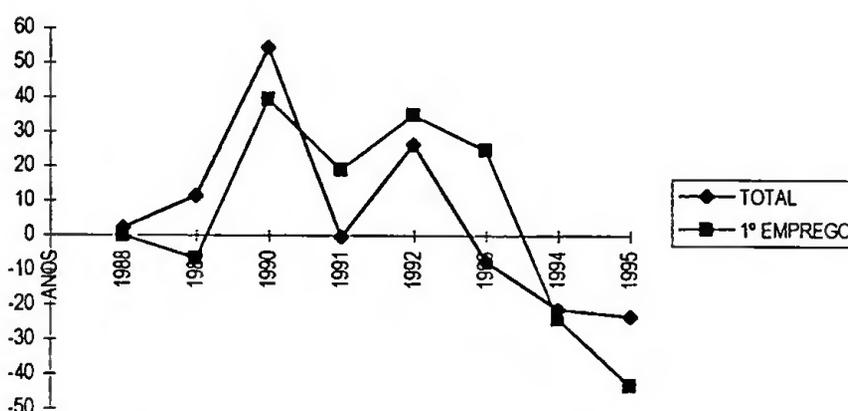
Relacionando os dois tipos de fluxos em valor absoluto com as respectivas existências para determinar a dinâmica do mercado de desemprego:

$$DINMERC = ((\text{Fluxos de saída} - \text{Fluxos de entrada}) / \text{Existências} \times 100)$$

constata-se que, a partir de 1993, o mercado deste CE está a perder dinamismo, data a partir da qual se nota um excesso sistemático das entradas sobre as saídas. Embora ainda incipientes, os valores para o “primeiro emprego” apresentam no último ano em estudo e pela primeira vez nesta década, uma taxa de dinamismo

inferior às dos “outros empregos”. De notar que o dinamismo positivo de colocação no mercado de emprego apenas se deteriora a partir de 1992 (1993, para os “primeiros empregos”) o que dá a este CE, à luz deste instrumento de medida da dinâmica do mercado, um desfasamento positivo em relação aos outros CE. O CE do Barreiro apresenta no decurso do plano em estudo valores DINMERC predominantemente positivos, nomeadamente nos primeiros 3/4 do plano em estudo.

Figura 29 - Evolução das relações entre fluxos e existências no Centro de Emprego do Barreiro.

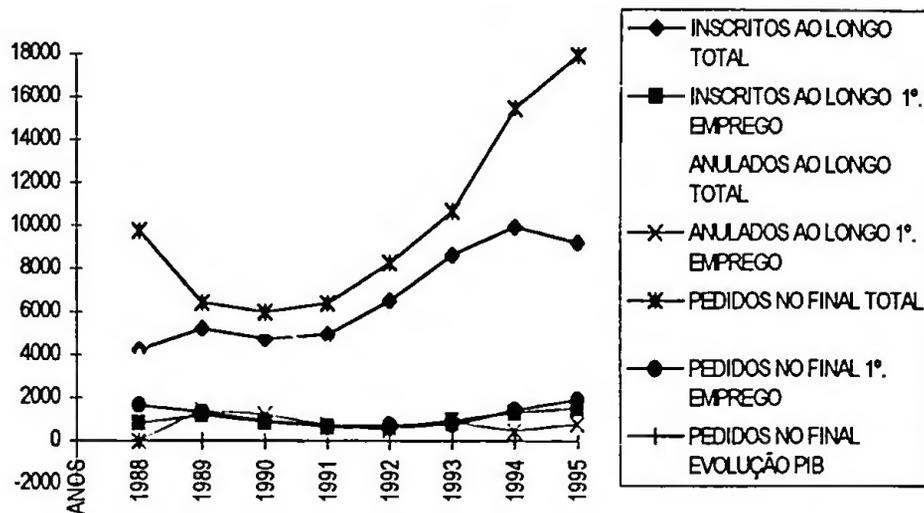


Fonte: IEFP, CE Barreiro

5.2.3. Cascais

Neste CE verifica-se a partir de 1991 um agravamento das existências de inscritos, momento a partir do qual os fluxos de entrada passam a ser superiores aos fluxos de saída. Os “primeiros empregos” representam uma reduzida importância relativa neste CE, mantendo-se os fluxos como as existências a níveis relativamente modestos. Verifica-se ainda que, a partir de 1994, para o total de inscritos que os fluxos de entrada e de saída iniciam um movimento de convergência que a se confirmar em anos posteriores pode conduzir a uma redução das existências absolutas e relativas.

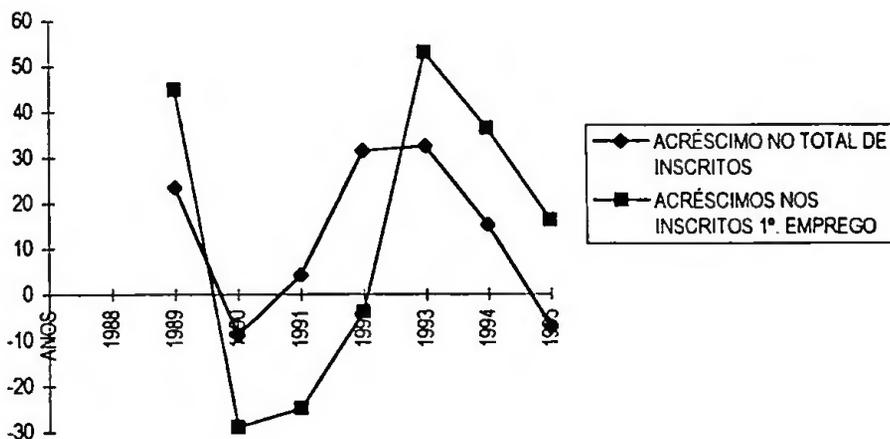
Figura 30 - Fluxos e existências no Centro de Emprego de Cascais.



Fonte: IEFP, CE Cascais

No que se refere à evolução dos inscritos que representam os fluxos de entrada no sistema de desemprego, verifica-se que a partir de 1993 os acréscimos têm declinado atingindo no final do plano. O perfil das duas curvas é muito semelhante, verificando-se que os “primeiros empregos” parecem reagir mais lentamente ao contexto do que os “outros empregos”

Figura 31 - Evolução dos acréscimos nos inscritos no Centro de Emprego de Cascais.

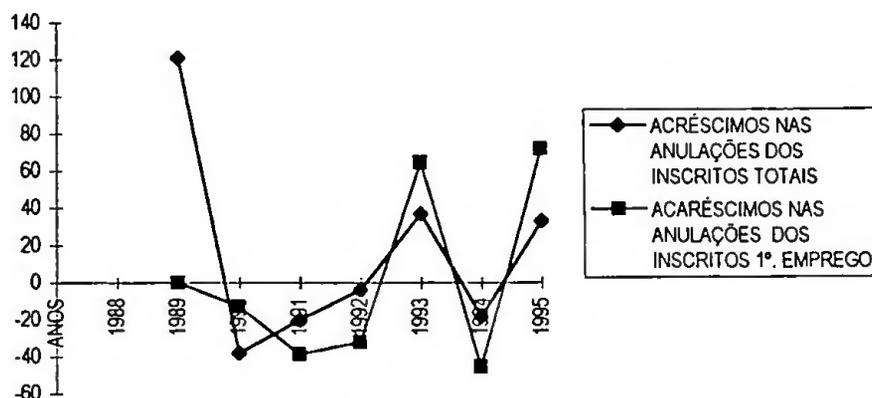


Fonte: IEFP, CE Cascais

Os acréscimos nos anulados apresentam um perfil esporadicamente oposto aos inscritos. As duas curvas (total e primeiro emprego) têm um traçado semelhante, pelo que se presume que os fluxos de saída têm componentes exógenas ao tipo de

inscrição.

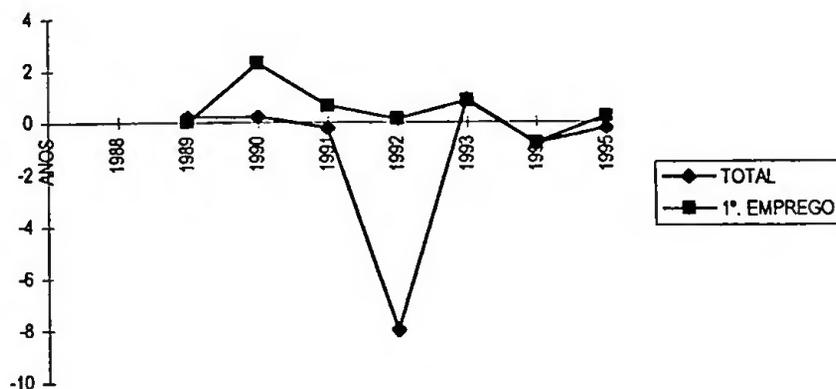
Figura 32 - Evolução dos acréscimos nos anulados no Centro de Emprego de Cascais.



Fonte: IEFP, CE Cascais

Para verificar se existe alguma relação directa entre os dois tipos de fluxos, comparou-se os acréscimos entre fluxos de entrada e de saída. Permite-se assim obter uma primeira aproximação do dinamismo do mercado de desemprego. Para o total de inscritos existe a partir de 1991 (e mais propriamente em 1992) um movimento divergente entre os fluxos, com uma relação de incrementos fortemente negativa em 1992. Para os inscritos como “primeiros empregos” as relações de incrementos são moderadamente positivas, salvo em 1994 em que existe um movimento moderadamente divergente dos fluxos.

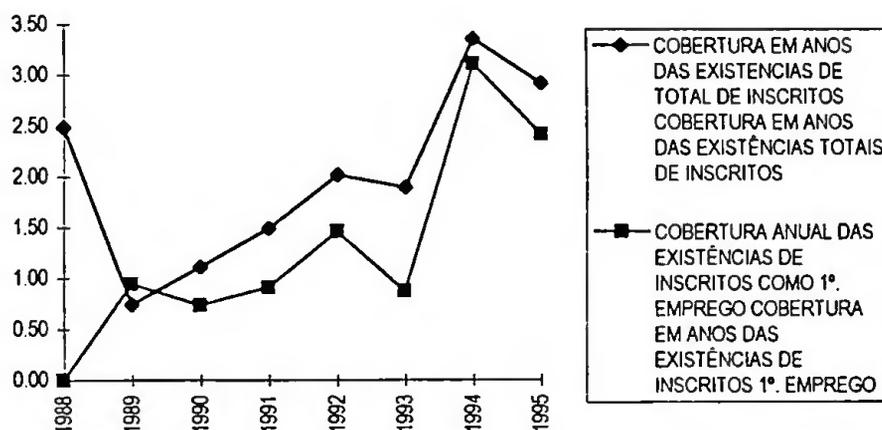
Figura 33 - Evolução dos acréscimos entre fluxos de entrada e de saída no Centro de Emprego de Cascais.



Fonte: IEFP, CE Cascais

Para quantificar a evolução do dinamismo do mercado de desemprego recorre-se, em primeiro lugar, ao cálculo das coberturas das existências face ao seu escoamento. Nota-se que, neste CE, se verificou um forte agravamento das coberturas (em anos de saída). Se em 1989, a cobertura era de inferior a 1 ano, em 1994, atingiu quase 3.5 anos. Os inscritos em “primeiro emprego” apresentam um dinamismo mais favorável, embora a curva das coberturas tenha um traçado semelhante à dos “outros empregos”. Para este valor anormalmente elevado contribuiu o contexto de 1993 que se vem a reflectir no ano seguinte.

Figura 34 - Evolução das coberturas das existências no Centro de Emprego de Cascais.

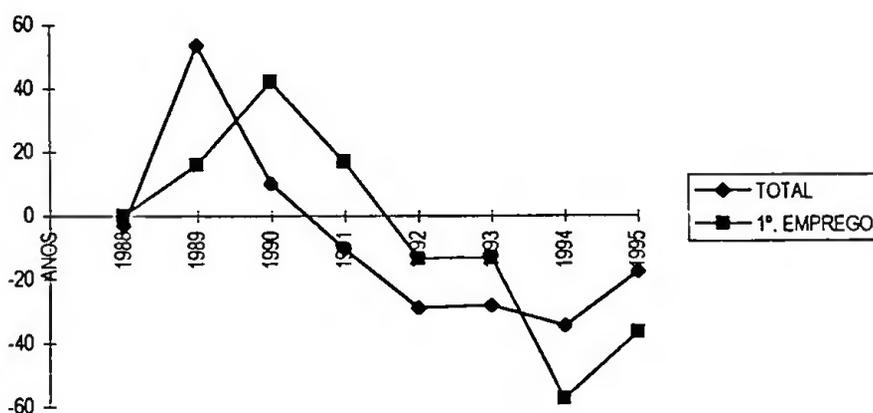


Fonte: IEFP, CE Cascais

Finalmente para deduzir a dinâmica do mercado de desemprego, através da evolução dos pares anuais de fluxos confrontados com as existências, há a referir um agravamento sistemático da capacidade de equilíbrio do mercado, passando do factor superior a 40+ unidades de DINMERC no princípio do plano para atingir factores negativos (40) em 1992. Os perfis das duas curvas são muito semelhantes reflectindo que o tipo de inscrição não é determinante na distinção entre estes tipo, muito embora os “primeiros empregos” tenham apresentado valores mais dinâmicos, entre 1990-92, do que os “outros empregos”. Evidenciando um surto de valores de índices de fraco dinamismo nos últimos anos abrangidos pelo estudo revela-se uma diminuição da

probabilidade dos indivíduos saírem do sistema de desemprego, aumentando o tempo em que vão permanecer neste estado. De notar que o dinamismo positivo de colocação no emprego se perdeu a partir de 1990 (1991 para os “primeiros empregos”) e nunca mais se recuperou no decurso do plano até 1995. O CE de Cascais apresenta, na primeira metade do plano em estudo, valores DINMERC positivos enquanto que na segunda parte valores negativos.

Figura 35 - Evolução das relações entre fluxos e existências no Centro de Emprego de Cascais.

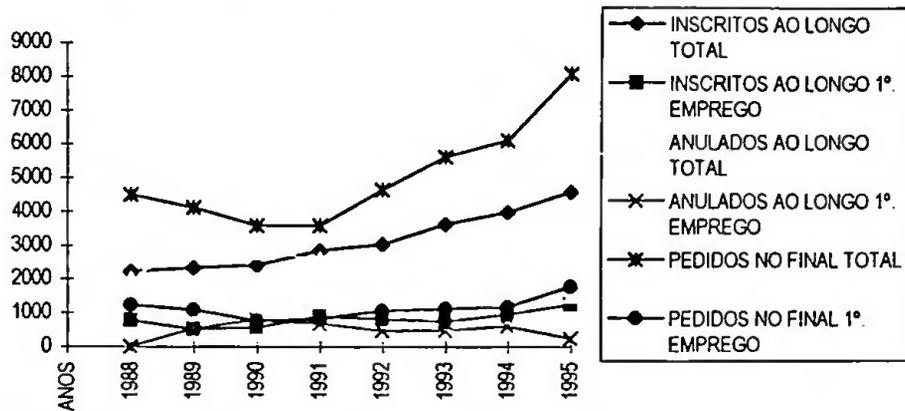


Fonte: IEFP, CE Cascais

5.2.4. Torres Vedras

Neste CE o agravamento das existências de inscritos remonta a 1991, ano em se faz uma inversão das posições relativas dos fluxos de entrada e de saída, situação que se agrava em 1995, contrariando a evolução encontrada nos outros CE. Esta situação distinta dos outros CE reflecte a divergência que se acentua nesse ano entre os fluxos de entrada e de saída para o total dos inscritos. Os inscritos como “primeiro emprego” como nos demais CE estudados têm uma participação modesta no total dos inscritos.

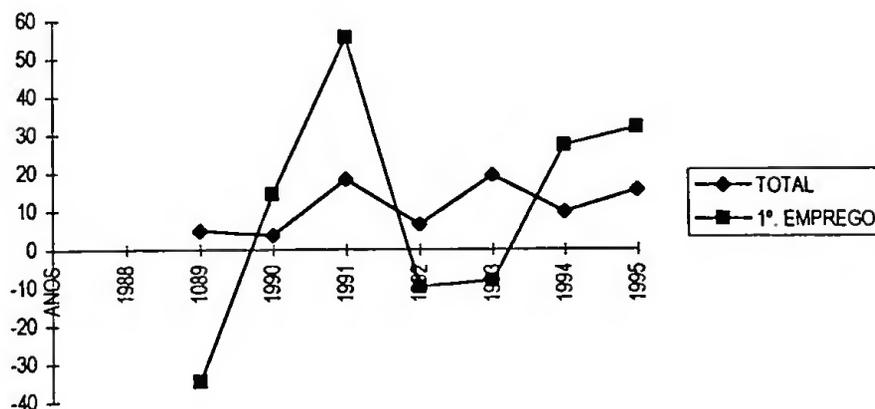
Figura 36 - Fluxos e existências no Centro de Emprego de Torres Vedras.



Fonte: IEFP, CE Torres Vedras

No que se refere à evolução dos inscritos nota-se que os inscritos como “outros empregos” têm evoluído com taxas positivas, com oscilações entre 5 e 10%, alternando-se com um perfil em “dente de serra”. Os inscritos como “primeiro emprego” têm evidenciado um ritmo de acréscimo alternando 1 ano de acréscimos mais positivos com 1 ano de acréscimos menos positivos. Não se evidencia, neste CE, analogia entre os dois tipos de inscritos e pode-se ainda concluir que os “primeiros empregos” são mais sensíveis ao mercado de emprego nesta região, apresentando, ciclos bianuais de acréscimos.

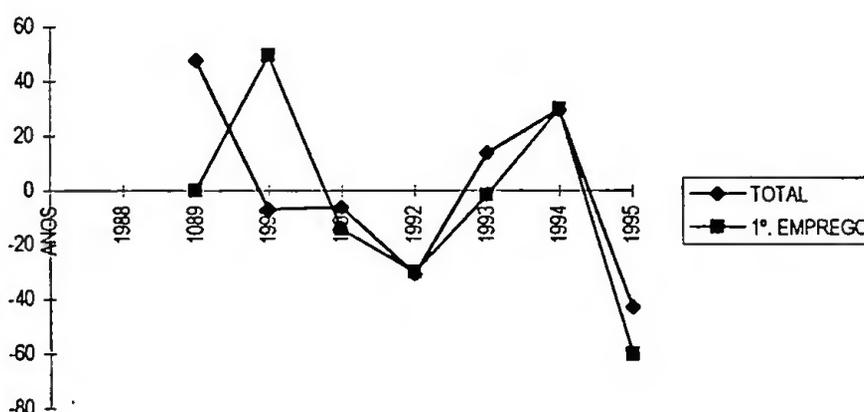
Figura 37 - Evolução dos acréscimos nos inscritos no Centro de Emprego de Torres Vedras.



Fonte: IEFP, CE Torres Vedras

Informação diferente se constata nos acréscimos anuais dos anulados. À excepção de 1990, nos restantes anos se verifica que os acréscimos nos fluxos de saída são semelhantes para qualquer dos tipos de inscritos. Também se verifica que a recessão que se verificou no PIB nacional não afectou directamente os fluxos dos anulados nesse ano de 1993 mas, porque 1991/1992 já haviam registado decréscimos nas saídas pelo que se depreende não seria possível continuar a decrescer mas antes reencontrar um certo equilíbrio no mercado de desemprego. Ao nível da retoma do crescimento ao nível nacional responde o mercado em 1995 com um decréscimo dos fluxos de saída com um significado que só os dados futuros podem responder.

Figura 38 - Evolução nos acréscimos nos anulados no Centro de Emprego de Torres Vedras.

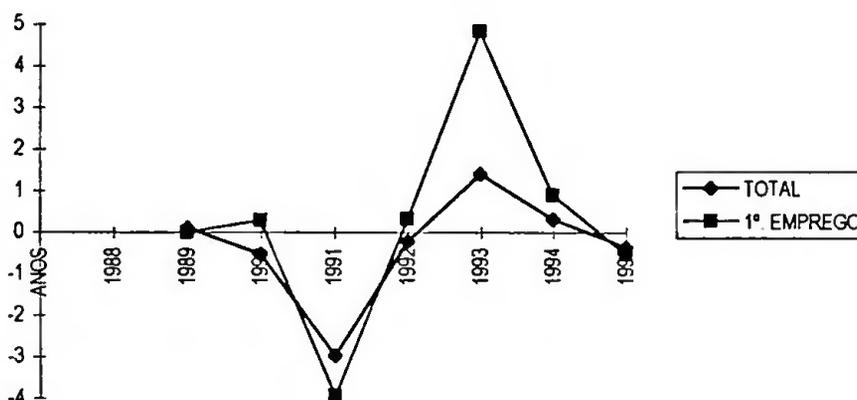


Fonte: IEFP, CE Torres Vedras

Para se iniciar a avaliação o grau de dinamismo do mercado de trabalho iniciou-se por estabelecer a relação entre os acréscimos anuais dos fluxos de entrada sobre os fluxos de saída. De forma geral os pares dos acréscimos anuais dos dois fluxos são convergentes, à excepção do período 1990-92 em que, com coeficientes de acréscimos negativos, os acréscimos dos fluxos apresentam uma certa divergência, em especial em 1990/91, período em essa divergência é especialmente acentuada, nomeadamente para os “primeiros empregos”. Verifica-se, também, que os acréscimos

apresentam traçados semelhantes para qualquer dos tipos de inscritos, sendo, contudo, mais “bruscos” os saltos no “primeiro emprego”, denotando para este tipo de inscritos maior sensibilidade a alterações no mercado de trabalho.

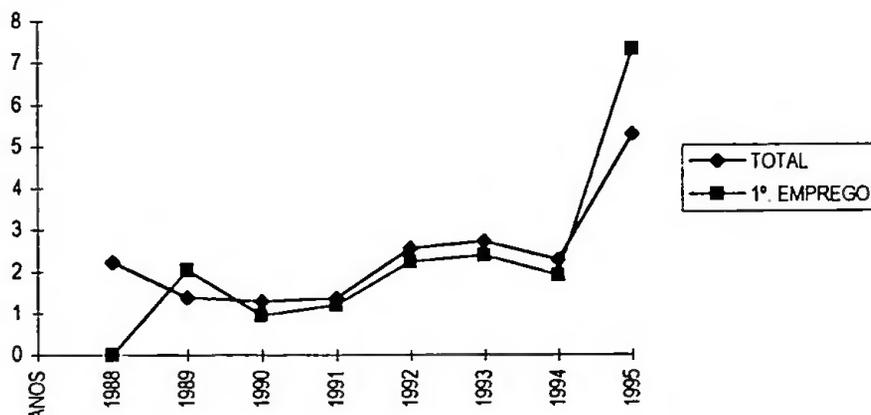
Figura 39 - Evolução dos acréscimos entre fluxos de entrada e de saída no Centro de Emprego de Torres Vedras.



Fonte: IEFP, CE Torres Vedras

A cobertura em anos das existências face a sua rotação, apresenta para 1995 uma situação que se afigura de grave, com existências com coberturas de 5 anos, isto é existirem indivíduos com uma probabilidade reduzida de saírem do desemprego nos próximos 5 anos. A situação neste CE para os “primeiros empregos” ainda é mais penalizante, pois, em 1995, este tipo de inscrito deixou de apresentar coberturas semelhantes aos “outros empregos” para saltar para 7 anos de cobertura, justificando um alerta especial sobre este fenómeno.

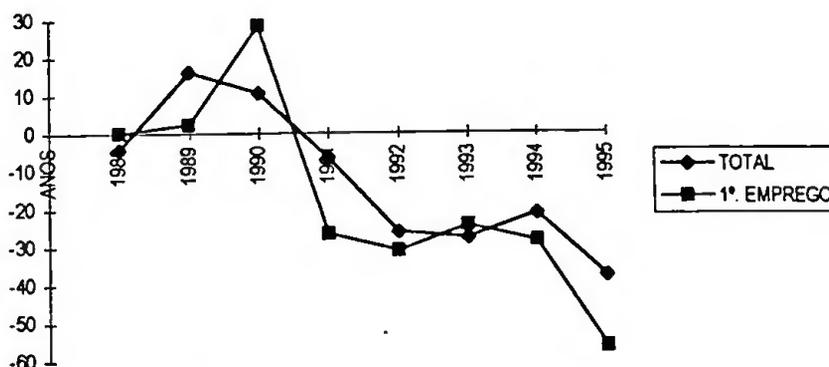
Figura 40 - Evolução das coberturas das existências no Centro de Emprego de Torres Vedras.



Fonte: IEFP, CE Torres Vedras

As relações entre fluxos e existências confirmam algumas das afirmações anteriormente descritas. A dinâmica do mercado que historicamente se apresentava com um factor 20 (30 para “primeiro emprego”), cai em 1995 para factor -40 enquanto os “primeiros empregos” caíam para o factor -50. Os “primeiros empregos” que chegaram a apresentar factores de dinamismo semelhantes aos “outros empregos” viram agravar a sua situação, nomeadamente a partir de 1990. De notar que para este CE a dinâmica positiva de equilíbrio do desemprego se perdeu a partir de 1990. O CE de Torres Vedras apresenta no primeiro terço do plano valores DINMERC positivos enquanto nos outros dois terços apresenta valores nitidamente negativos.

Figura 41 - Evolução das relações entre fluxos e existências no Centro de Emprego de Torres Vedras.



Fonte: IEFP, CE Torres Vedras

5.3. Análise dos fluxos entre Fevereiro 95 e Janeiro 96

O objectivo desta fase da investigação foi determinar a influência de certas variáveis (sexo, habilitações, residência, centro de emprego) na explicação do sucesso na colocação no mercado de emprego. Foi efectuada uma análise comparativa das variáveis que distinguem a ocorrência de sucesso na colocação no mercado de emprego dos inscritos como “primeiro emprego” nos CE do Barreiro, Cascais e Torres Vedras.

A população foi seleccionada entre dois tipos de inscritos: os que estando inscritos entre Fevereiro de 1995 e Fevereiro de 1996 obtiveram, durante esse período, sucesso na colocação e os que estando inscritos até Fevereiro de 1995, face ao mesmo mercado de trabalho, não conseguiram colocação, tendo por isso passado ao DMLD.

A metodologia adoptada foi transcrever para uma base de dados os elementos disponíveis nos CE acima indicados, já que, por razões legais não pudemos utilizar directamente a informação existente. A base de dados totalizou 1501 casos, caracterizados por apenas cinco variáveis: sexo, habilitações, localização do utente e sucesso na colocação. A investigação conduziu a uma análise dos resultados por três vertentes:

- 1) caracterização da população abrangida pela investigação
- 2) cruzamento do sucesso na colocação pelas restantes variáveis

5.3.1. Caracterização da população abrangida pela investigação

5.3.1.1. Sucesso na colocação

Na leitura do Quadro 11 constata-se que, no período de referência, apenas 1/3 dos inscritos como “primeiro emprego” teve sucesso na sua colocação. Esta informação vem confirmar os resultados observados na secção anterior, em que nos

últimos anos os fluxos de entrada (inscritos) são significativamente superiores aos fluxos de saída (colocados). De notar que cerca de 2/3 não obtendo colocação durante um período de 1 ano pelo que se classificaram como DMLD, a partir de Fevereiro de 1996.

Quadro 11 - Caracterização da amostra quanto ao sucesso na colocação.

	Valor	Frequência	Frequência acumulada
Não colocado	1049	69.9	69.9
Colocado	452	30.1	100.0
Total	1501	100.0	100.0

Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras (1996)

5.3.1.2. Centros de Emprego

Embora com uma distribuição de inscritos nos Centros de Emprego semelhante nota-se uma ligeira predominância do CE de Torres Vedras o que de certo modo vem confirmar os dados da secção anterior em que o peso relativo de inscritos no CE de Torres Vedras como “primeiro emprego” tem vindo a aumentar.

Quadro 12 - Caracterização da amostra quanto à distribuição pelos Centros de Emprego.

	Valor	Frequência	Frequência acumulada
CE Barreiro	440	29.3	29.3
CE Cascais	502	33.4	62.8
CE Torres Vedras	559	37.2	100.0
Total	1501	100.0	100.0

Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras (1996)

5.3.1.3. Habilitações

Verifica-se que a moda das habilitações se situam ao nível do 11º Ano de escolaridade (45.9%), ponto a partir do qual se verifica uma quebra abrupta do nível de habilitações dos inscritos. De notar que o nível: 9º Ano também apresenta valores significativos. Graficamente constata-se um acréscimo no nível de escolaridade dos inscritos que atinge o “pico” no 11º Ano, conforme se verifica no gráfico anterior. De

referir que 43.5% possuíam até 9º Ano de escolaridade, o que implica que nos inscritos nos CE como “primeiro emprego”, cerca de metade tinha níveis iguais ou inferiores ao 9º Ano. A mediana também é localizada no 11º Ano.

Quadro 13 - Caracterização da amostra quanto ao nível de habilitações.

	Valor	Frequência	Frequência acumulada
Analfabeto	9	0.6	0.6
Ler/escrever	2	0.1	0.7
4º Ano esc.	69	4.6	5.3
6º Ano esc.	246	16.4	21.7
9º Ano esc.	327	21.8	43.5
11º Ano esc	689	45.9	89.4
Curso médio	31	2.1	91.5
Bacharelato	47	3.1	94.6
Licenciatura	81	5.4	100.0
Total	1501	100.0	100.0

Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras (1996)

5.3.1.4. Residência

Os inscritos quando analisados em função da sua localização relativamente à sede do CE respectivo apresentam uma distribuição semelhante, sendo ligeiramente mais frequente (56.2%) os inscritos que residem na área do concelho do CE.

Quadro 14 - Caracterização da amostra quanto à área de residência.

	Valor	Frequência	Frequência acumulada
No concelho	844	56.2	56.2
Fora do Concelho	657	43.8	100.0
Total	1501	100.0	100.0

Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras (1996)

5.3.1.5. Sexo

A moda dos inscritos é vincadamente do sexo feminino, donde se afigura evidenciar-se que o fenómeno do desemprego nos jovens inscritos é mais penalizante para o sexo feminino. Este resultado já havia sido assinalado para o totalidade das regiões por Mendes e Rego (1992).

Quadro 15 - Caracterização da amostra quanto ao sexo dos inscritos.

	Valor	Frequência	Frequência acumulada
Masculino	420	28.0	28.0
Feminino	1081	72.0	100.0
Total	1501	100.0	100.0

Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras (1996)

5.3.2. Variáveis explicativas da colocação

Nesta secção apresentamos os resultados dos cruzamentos entre a variável objectivo (colocação) e as restantes variáveis disponíveis.

5.3.2.1. Centro de emprego

É assinalável a discrepância entre o CE do Barreiro e os restantes no que se refere ao sucesso na colocação. Enquanto que no Barreiro o nível de colocação alcança 70% dos inscritos nos outros dois CE o sucesso foi relativamente modesto (Cascais 18%; Torres Vedras 10%). Estes resultados verificados para o CE do Barreiro no que respeita ao sucesso na colocação dos inscritos, revestem-se de uma certa contradição, pois o número total de inscritos no CE do Barreiro é semelhante aos dois restantes, pelo que só se podem aceitar como plausíveis se considerarmos que o CE apresenta uma taxa de rotação de inscritos mais elevada que os dois restantes.

Quadro 16 - Sucesso na colocação por Centro de Emprego.

	Não colocado	Colocado	Total
CE Barreiro	134	306	440
	30.5%	69.5%	29.3%
CE Cascais	12.8%	67.7%	
	414	88	502
CE Torres Vedras	39.5%	19.5%	33.4%
	27.6%	5.9%	
Total	501	58	559
	47.8%	12.8%	37.2%
Total	33.4%	3.9%	
	1049	452	1051
	69.9%	30.1%	100%

Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras (1996)

5.3.2.2. Habilitações



No cruzamento da variável objectivo: colocação dos inscritos, por nível de escolaridade, verifica-se que são os cursos médios e 11º Ano que apresentam maior sucesso na obtenção de emprego, sendo crescente o sucesso com o acréscimo do nível de habilitações, isto é, a maiores níveis de escolaridade correspondem maiores níveis de colocação, decrescendo, no entanto, no Bacharelato e retomando ligeiramente na Licenciatura. Apercebe-se, numa primeira análise, que o mercado de trabalho valoriza o nível de escolaridade. Rejeita-se, contudo, a hipótese de uma forte dependência entre estas duas variáveis, embora não se rejeite totalmente a sua independência.

Quadro 17 - Sucesso na colocação por nível de habilitações.

	Não colocado	Colocado	Total
Analfabeto	8 88.9%	1 11.1%	9 0.6%
Ler/escrever	0.8%	0.2%	2 0.1%
4º Ano de escolaridade	2 100%	0 0%	2 0.1%
6º Ano de escolaridade	0.2%	0%	46 66.7%
8º Ano de escolaridade	23 66.7%	23 33.3%	69 4.6%
10º Ano de escolaridade	4.4%	5.1%	148 60.2%
12º Ano de escolaridade	98 60.2%	98 39.8%	246 16.4%
14º Ano de escolaridade	14.1%	21.7%	220 67.3%
16º Ano de escolaridade	107 67.3%	107 32.7%	327 21.8%
18º Ano de escolaridade	21% 21%	23.7% 23.7%	505 73.3%
20º Ano de escolaridade	184 48.1%	184 40.7%	689 45.9%
Curso médio	18 58.1%	13 41.9%	31 2.1%
Bacharelato	1.7%	2.9%	41 87.2%
Licenciatura	6 3.9%	6 1.3%	47 3.1%
Total	61 75.3%	20 24.7%	81 5.4%
	5.8%	4.4%	1049 69.9%
	452 30.1%	452 30.1%	1501 100%

Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras (1996)

5.3.2.3. Residência

A diferença entre os colocados e os não colocados, cruzados pela localização do domicílio face ao CE não se afigura ser relevante para a explicação do fenómeno. Hipótese de independência aliás confirmada pelo índice de Pearson ($R = 0.71\%$).

Quadro 18 - Sucesso na colocação por localização da residência.

	Não Colocado	Colocado	Total
No Concelho do CE	578 68.6%	265 31.4%	843 56.2%
Fora do Concelho do CE	471 71.5%	187 28.5%	658 43.8%
Total	1049 69.9%	452 30.1%	1501 100%

Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras (1996)

5.3.2.4. Sexo

O sucesso na colocação foi ligeiramente mais frequente entre os inscritos do sexo masculino (35%) do que entre os do sexo feminino (28%), o que aliás se poderia prever inicialmente, pelo perfil inicial dos inscritos, quando o número de inscritos deste sexo era já o dobro do outro sexo, pois o recurso aos CE é mais frequente entre os desempregados do sexo feminino. Estes resultados parecem significar que o mercado de trabalho, ao nível dos inscritos como “primeiro emprego”, não parece valorizar o tipo de sexo, o que não se verificou na fase anterior à inscrição, em que os homens obtiveram vantagens na colocação. Entre os inscritos que obtiveram colocação é de assinalar, no entanto, a importância dos indivíduos do sexo feminino (68%), em parte devido ao peso destes indivíduos no total dos inscritos (72%). Pelo coeficiente de Pearson não se rejeita completamente a existência de uma certa dependência entre estas duas variáveis.

Quadro 19 - Sucesso na colocação por sexo dos inscritos.

	Não Colocado	Colocado	Total
Sexo Masculino	274	146	420
	65.2%	34.8%	28. %
	26.1%	32.3%	
Sexo Feminino	775	306	1081
	71.7%	28.3%	72%
	73.9%	67.7%	
Total	1049	452	1501
	69.9%	30.1%	100%

Fonte: IEFP, CE Barreiro, Cascais e Torres Vedras (1996)

5.3.2.5. Análise de Variância

Foi realizada uma análise de variância aos resultados da variável “colocação”, tendo-se obtido o seguinte resultado:

Quadro 20 - Análise de variância.

Source of variation	Sum of Squares	d.f.	Mean square	F-ratio	Sig. level
MAIN EFFECTS					
A:BASE.CEMP	94.391618	2	47.195809	324.377	.0000
B:BASE.SEXO	.022797	1	.022797	.157	.6965
C:BASE.RESID	.028004	1	.028004	.192	.6656
D:BASE.HABIL	.609210	4	.152303	1.047	.3817
RESIDUAL	217.08087	1492	.1454966		
TOTAL (CORRECTED)	315.88807	1500			

Quanto à comparação das médias das variáveis, através do método de Duncan a 95%, chegou-se à conclusão de existirem apenas diferenças significativas devido ao Centro de Emprego, expondo-se os resultados no Quadro 21.

Quadro 20 - Contraste entre Centros de Emprego (Duncan 95%)

Method: 95 Percent Duncan			
Level	Count	LS Mean	Homogeneous Groups
3	559	.1020624	X
2	502	.1744805	X
1	440	.6904970	X
contrast		difference	
1 - 2		0.51602	*
1 - 3		0.58843	*
2 - 3		0.07242	*

Verificam-se diferenças significativas entre todos os Centros de Emprego, embora o Centro do Barreiro se destaque muito dos outros dois.

Verificou-se ainda existirem diferenças significativas a 80% para a variável “nível de habilitações”, pelo que se apresenta igualmente este resultado, no Quadro 21.

Quadro 21 - Contraste entre níveis de habilitações (Duncan 80%).

Method: 80 Percent Duncan			
Level	Count	LS Mean	Homogeneous Groups
4	78	.2671184	X
3	689	.3139258	XX
1	80	.3361214	X
2	573	.3439090	X
5	81	.3506586	X

contrast	difference
1 - 2	-0.00779
1 - 3	0.02220
1 - 4	0.06900 ▽
1 - 5	-0.01454
2 - 3	0.02998
2 - 4	0.07679 ▽
2 - 5	-0.00675
3 - 4	0.04681

Os níveis 3 e 4, correspondentes, respectivamente ao 11^o ano e bacharelato apresentam-se em desvantagem, com uma incerteza de 20%.

5.3.2.5. Análise de componentes principais

Foi executada uma análise de componentes principais, em que se confirmam os resultados da análise de variância. Nas duas dimensões do corte virtual pretendido obtiveram-se Eigenvalues de, respectivamente, 0.3139 e 0.2784. A correlação total encontrada foi de 0.5924 e a perda total de 1.4076. No Quadro 22 apresentam-se os componentes das variáveis nas dimensões principais determinadas.

Quadro 22 - Componentes das variáveis nas dimensões principais determinadas.

Variable	Row Sums	Dimension	
		1	2
CEMP	.686	.586	.100
HAB_AGR	.627	.618	.009
RESID	.443	.052	.391
SEXO	.628	.001	.627
Mean:	.596	.314	.282
Component Loadings			
Variable	Dimension		
	1	2	
CEMP	.765	.300	
HAB_AGR	-.786	.077	
RESID	-.228	.626	
SEXO	-.033	.792	

Figura 42 - Coordenadas das variáveis no modelo da análise de componentes principais.

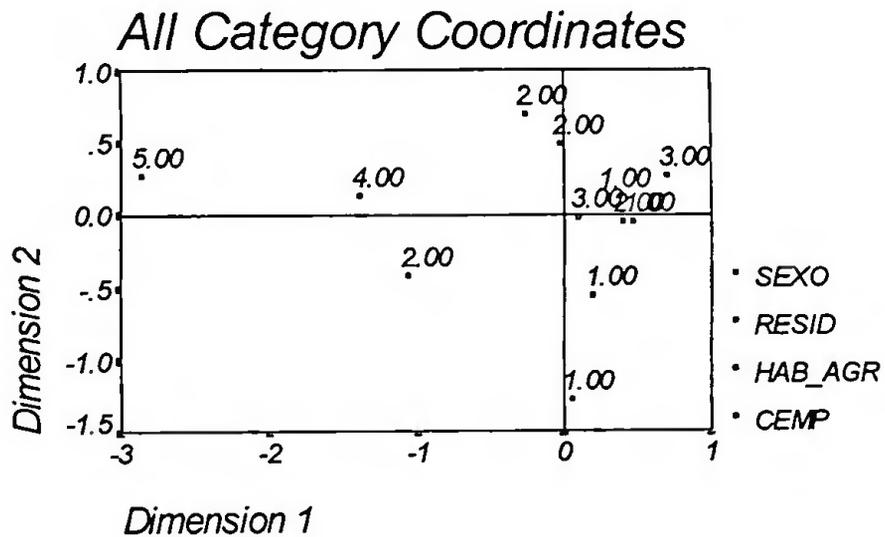
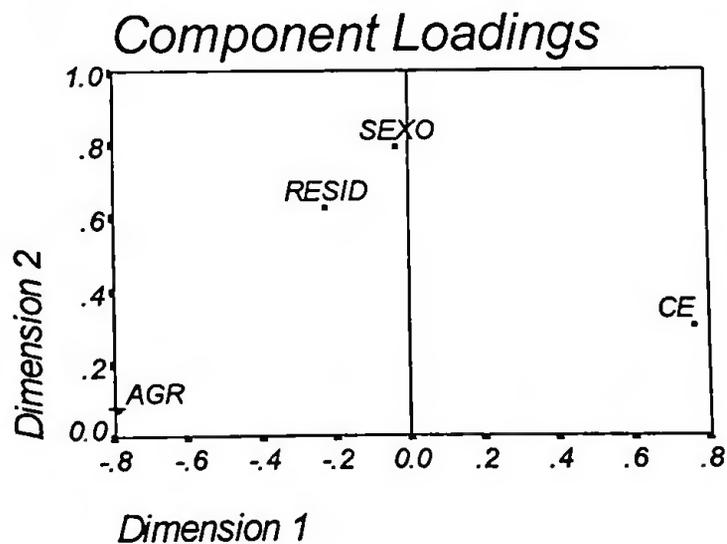


Figura 43 - Peso das variáveis estudadas nas dimensões principais determinadas.



6. Conclusões

O desemprego, tal como se apresenta actualmente em Portugal, pode-se considerar-se um fenómeno recente, sendo ainda muito reduzido o seu conhecimento. Nota-se ainda hoje alguns resíduos do passado em que o emprego era considerado homogéneo, e nessa circunstancia era abordado como um todo.

Actualmente com um mercado de trabalho que evidencia um elevado nível de especialização, as empresas são confrontadas com a necessidade de se manterem competitivas nos seus mercados, pelo que à especialização vieram-se juntar outros critérios tais como a polivalência e a flexibilidade.

Os jovens, após a passagem pelo sistema de ensino, possuem um portfólio de conhecimentos mas defrontam-se com um elevado grau de heterogeneidade de emprego. Num contexto de desemprego elevado, muitos dos jovens desistirão das suas expectativas, aceitando qualquer alternativa de emprego de forma a evitar cair na situação de Desempregado de Longa Duração. Outros, mais optimistas, optam por continuar à espera de encontrar o posto de trabalho para o qual orientaram todas as suas expectativas. Os primeiros, mesmo estando empregados, podem ainda vir a encontrar o lugar que sempre procuraram, oferecendo como novo atributo a sua experiência profissional e passando do estado de emprego para outro estado de emprego; os segundos podem continuar indefinidamente na situação de desempregados sem contudo terem estado alguma vez empregados.

Os jovens, enquanto desempregados, constituem um grupo alvo de grande preocupação social, pois ficam comprovadamente expostos a fenómenos como a prostituição, a toxicoddependência, vandalismo, etc. Afastados dos sistemas de protecção social, poderão vir no futuro a ser remetidos para estados de pobreza, o que os afasta em definitivo da sociedade.

Mesmos o que logram conseguir um lugar têm muitas vezes que aceitar deficientes relações de trabalho como sub-emprego, emprego oculto e outras formas de contratação. A não inserção dos jovens no mercado de emprego vai dificultar o rejuvenescimento da população empregada e prejudicar o financiamento do sistema de segurança social, nomeadamente do fundo de pensões e do seguro de doença.

Face aos resultados obtidos no tratamento dos dados referentes aos três centros de emprego estudados, podemos concluir:

- 1) o desemprego jovem tem grande dimensão e é mais frequente que nas outras faixas etárias;
- 2) o desemprego jovem é heterogéneo, pois quer ao nível dos inscritos (fluxos de entrada) quer ao nível das colocações, constata-se haver diferenciação entre os sexos, os diferentes níveis de escolaridade, a localização da sua residência e a localização do próprio centro de emprego;
- 3) o desemprego jovem apresenta contornos conjunturais, uma vez que é sensível às oscilações da conjuntura, o que aliás se evidencia no traçado das curvas dos inscritos no primeiro emprego. De notar que os stocks de desempregados jovens se agravaram significativamente a partir de 1993, e posteriormente estão a reduzir-se como resposta desfasada à retoma;
- 4) o desemprego jovem não pode ser considerado estrutural, pois não possuindo os jovens qualquer formação profissional direccionada, não podem ser rejeitados por essa razão. A formação profissional a que podem ser sujeitos pode criar condições para obter colocação, mas também os pode transferir para o desemprego estrutural. Aliás o desemprego em Portugal não pode ter origem estrutural, uma vez que conforme demonstra Mateus (1995) não houve alterações à estrutura empresarial;

-
- 5) o desemprego jovem não pode ser considerado friccional, uma vez que enquanto à procura de “primeiro emprego”, não revela ter tido qualquer experiência anterior, condição *sine qua non* para se classificar neste grupo;
 - 6) o desemprego jovem não pode ser considerado sazonal, pela mesma razão indicada para o desemprego friccional;
 - 7) a variável “tempo” assume uma importância assinalável, uma vez que se verificou nos três CE um agravamento substancial da cobertura média dos stocks face à fraca rotação. Isto implica que os jovens, ao caírem na vertente pessimista, podem vir a ficar definitivamente afastados do mercado de trabalho;
 - 8) o mercado de emprego para os jovens pode ser classificado como discriminatório para o sexo feminino, uma vez que no mercado dos inscritos nos CE, o indivíduos de sexo feminino representam o dobro dos inscritos nos CE. As jovens desempregadas são duplamente penalizadas: sendo o desemprego jovem mais frequente do que nas outras faixas etárias e mais frequente entre os indivíduos do sexo feminino, verifica-se, assim, coexistir uma “dupla desvantagem” para os jovens do sexo feminino;
 - 9) Os jovens evidenciam actuar como mercado “de reserva”: são os últimos a entrar nas retomas, mas são os primeiros a sair nas recessões. O mesmo se verifica para o sexo feminino. Os fluxos de saídas dos jovens do emprego para o desemprego são contracíclicos, enquanto que nas retomas são procíclicos, embora de efeito retardado;
 - 10) o processo de “matching function” pode vir a revelar-se como uma forma de discriminação: os empregadores, ao descriminarem os jovens e, nestes, mais frequentemente os do sexo feminino, podem evidenciar

critérios de natureza “matching function” reveladas por regulamentação e conceitos ainda predominantes: legislação especial para grávidas; dispensa das empregadas em determinados períodos (em especial assistência à família); turnos; etc.

11) O mercado de trabalho revela-se heterogéneo: ao aplicar o conceito de “matching function” deve ser utilizado o conceito de “hazard function”, que pode explicar porque os jovens do sexo feminino apresentaram uma probabilidade mais baixa de conseguir um posto de trabalho. O estudo do caso não revelou, à luz da Teoria “Job Search”, se à jovem desempregada não foi oferecido um posto de trabalho ou não aceitou o emprego que lhe ofereciam. Uma das razões ou ambas devem ter ocorrido;

Assim, poderemos preconizar como medidas a adoptar, à luz da doutrina consultada:

- 1) adaptar a formação profissional à evolução do mercado de emprego: submeter o jovem a formação profissional pode vir a melhorar a sua atractividade, pois pode complementar os seus conhecimentos escolares. Pode no entanto vir a revelar-se um esforço improfícuo se for ignorada a tendência que o mercado de trabalho apresenta de evoluir para a flexibilidade e a polivalência. A elevação do nível de habilitações pode revelar-se para as jovens desempregadas à procura do primeiro emprego como uma forma de melhorar a sua competitividade em relação às outras concorrentes e mesmo em relação aos do sexo masculino, mas pode vir a revelar-se, a curto prazo, como selecção adversa em mercados regionais de trabalho ainda com uma estrutura vincadamente homogénea;
- 2) melhorar a distribuição da informação: havendo informação deficiente, podem estar afastados do conhecimento da existência de lugares vagos, e

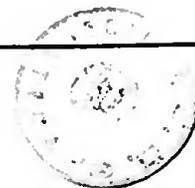
daí recomendar-se medidas de apoio a uma melhor circulação da informação, para que tanto empregadores como candidatos a emprego possam ter acesso rápido e actualizado das oportunidades do mercado de trabalho. Focamos a título de exemplo algumas iniciativas que têm sido tomadas: “clubes de emprego”, financiamento de anúncios, spots de televisão, anúncios nas rádios locais, “linha verde emprego”;

- 3) desenvolver sistemas de incentivos à criação de empresas para jovens desempregados: o emprego não esgota as alternativas de ocupação do jovem desempregado, pelo que têm sido adoptadas medidas de criação de micro-empresas orientadas para a absorção de jovens que procuram uma actividade. Julga-se que este campo permite ir ao encontro do novo conceito de empresa;
- 4) adoptar medidas direccionadas: sendo o emprego e os desempregados heterogéneos, não se encara como aconselhável a aplicação de medidas globais, de índole agregativa. A solução para o desemprego dos jovens, nomeadamente a adopção de medidas que evitem a sua passagem ao DMLD, passa por uma intervenção mais detalhada do Governo face a um fenómeno que se revela com contornos de fracasso de mercado. Não se pode recomendar medidas que se revelem discriminatórias, que poderiam facilitar o “trade-off” entre os jovens desempregados e os outros desempregados e que em termos agregados não reduziriam o desemprego. As iniciativas deveriam passar pela expansão das vantagens competitivas em áreas em que Portugal não está presente, o que marginalmente poderia vir a oferecer valor económico e apoiar a redução (senão a eliminação) do desemprego jovem;
- 5) seleccionar regiões de actuação: se o objectivo das acções for reduzir este fenómeno a nível nacional, estas podem ser centradas no Norte e Lisboa

e Vale do Tejo; se o objectivo for reduzir a importância regional, estas acções devem ser prioritariamente endereçadas ao sul do país, em especial Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo.

É o jovem que terá sempre a capacidade de lidar com o que por vezes se afigura insolúvel. Tendo crescido num mundo em mudança contínua, sabe que não é na insistência das afirmações dogmáticas que encontrará soluções para a sua vida: sabe que mais alto que as dificuldades, fala o valor da vida que tem pela frente.

Bibliografia



- Boyer, R. - La flexibilité du travail en Europe, (ed.). *La Découvert*, 1987.
- Burda, M. e Wyplosz, C. (1994) - Gross worker and job flows in Europe. *European Economic Review*.
- Burda, M. e Wyplosz, C. (1993) - *Macro-Economics: A European Text*. Oxford University Press.
- Carneiro, R. (1993) - *Portugal: Os próximos 20 anos*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- CEE (1994) - *Livro Branco da Comunidade Sobre Competitividade Crescimento e Emprego*. CEE.
- DGEFP (1995) - *MISEP*. Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional.
- Ferreira, C. et al. (1994) - *Desempregado ?*. IEFP.
- Ferreira, V. (1991) - *Formação Profissional de Jovens na CEE*. IEFP.
- Frank, R. (1993) - *Microeconomia e Comportamento*. MacGraw-Hill.
- Franz, W. (1982) - *Youth Unemployment in the Federal Republic of Germany*. Kurz des D. Bibliothek.
- Freyssinet, J. (1993), *Le Chômage*. Collection Repères.
- Hillier, F. (1988) - *Introduction to Operations Research*. J. Lieberman.
- IEFP, DSEME (1994) - *Estatísticas Mensais*. IEFP.
- Kiefer, N. e Neumann, G. (1983) - *Structural and Reduced Form Approaches Analyzing Unemployment Duration*. National Bureau of Economic Research.
- Kreps, D. (1990) - *A Course in Microeconomic Theory*. Harvester Wheatsheaf.
- Malinvaud, E. (1977) - *The Theory of Unemployment Reconsidered*. Calmam - Levy.
- Mateus, A. et al. (1995) - *Portugal XXI*. Bertrand.
- Mendes, A. et al. (1988) - *Alguns Aspectos da Evolução do DMLD*. IEFP.
- Mendes, A. et al. (1992) - *Perfil do Desempregado de Longa Duração em Portugal*. IEFP.
- Miller, R. - *Microeconomia*. MacGraw-Hill.
- Mortesen, D. (1986) - *Handbook of Labor Economics - Job Search*. O.C. Ashenfelter.

-
- Rabier, J. (1990) - *Introduction à la sociologie du Travail*. Editeurs Europeennes Erasme.
- Ribeiro, A. et al. - *Como Procurar Emprego*. IEFP.
- Rodrigues, M.J. (1991), *O sistema de emprego em Portugal - crise e mutações*, (ed.).
Publicações D. Quixote.
- Samuelson, P. (1994) - *Economia*. MacGraw-Hill.
- Sloman, (1991) - *Unemployment, Economic Issues*. Harvester Wheatsheaf.
- Stiglitz, J. (1988) - *Economics of the Public Sector*. W.W. Norton & Company, Inc.
- Summers, L. H. - *Understanding Unemployment*. The MIT Press.
- Varian, H. (1993) - *Intermediate Microeconomics: a modern approach*. W.W. Norton & Company, Inc.

